

0

FUNDAMENTO ÚLTIMO DA  
CIÊNCIA ECONÔMICA



LUDWIG VON MISES

O

FUNDAMENTO ÚLTIMO DA  
CIÊNCIA ECONÔMICA

*Um ensaio sobre o método*

Edição ampliada e revisada



Instituto Rothbard

**Título original**

*The Ultimate Foundation of Economic Science.*

**Autor**

*Ludwig von Mises*

**Tradução**

*Rick Theu*

*VAP*

**Capa**

*Rick Theu*

*VAP*

**Edição e revisão**

*Rick Theu*

*VAP*

von Mises, Ludwig.

O Fundamento Último da Ciência Econômica / Ludwig von Mises. - São Paulo: Instituto Hoppe, 2021.

1. Economia 2. Epistemologia 3. Política 4. Liberdade  
5. Filosofia I. Título.

Se Mises tem uma obra-prima não anunciada, é o *The Ultimate Foundation of Economic Science*. Existem dois sentidos em que este livro é realmente definitivo: lida com o próprio núcleo da economia como ciência e é o último livro que ele escreveu.

Se você nunca leu este livro, ficará impressionado com a prosa ardente e determinada e a ponderação do assunto. O conteúdo reflete uma vida inteira de aprendizado e seu desejo de fazer uma última declaração apaixonada para salvar a economia e a liberdade da destruição certa nas mãos do erro intelectual.

Quando sua carreira estava chegando ao fim, Mises viu que as batalhas mais ferozes sobre questões econômicas se resumem a questões de epistemologia: como podemos determinar o que é e o que não é verdade na economia? Como sabemos que a economia é uma ciência válida? Quais são os métodos que devemos usar no estudo da economia? O que constitui uma proposição verdadeira e como sabemos?

Essas questões são importantes porque, como diz Mises, o próprio futuro da liberdade e da civilização depende da ciência econômica, cujo desenvolvimento e aplicação foram "o evento mais espetacular da história moderna".

Entre os primeiros escritos de Mises sobre esse assunto e este livro, dois movimentos se firmaram: planejamento "científico" em políticas públicas e positivismo nas ciências sociais. Mises aqui luta contra ambos, primeiro mostrando como os dois estão relacionados e, segundo, demolindo a base de ambos. Ele mostra que os humanos não podem ser estudados da mesma maneira que estudamos o mundo físico. Estamos lidando com seres volitivos cujas escolhas tornam completamente impossíveis os experimentos controlados.

E, no entanto, isso implica que existe um tipo de caos na teoria econômica, que devemos levantar as mãos e nada observar que tudo está em fluxo? Nem um pouco, diz Mises. Existe uma estrutura lógica da mente humana que se manifesta na realidade econômica através de leis estritas de causa e efeito. Entender economia é ver essas leis como universais e invioláveis.

Para dar um sabor, aqui está Mises sobre a existência de causalidade:

Nenhum pensamento e ação seriam possíveis para o homem se o universo fosse caótico, isto é, se não houvesse regularidade na sucessão e concatenação de eventos. Nesse mundo de contingência ilimitada, nada podia ser percebido, senão uma mudança caleidoscópica incessante. Não haveria possibilidade do homem esperar nada. Toda experiência seria meramente histórica, o registro do que aconteceu no passado. Nenhuma inferência de eventos passados para o que pode acontecer no futuro seria permitida. Portanto, o homem não poderia agir. Ele poderia, na melhor das hipóteses, ser um espectador passivo e não seria capaz de fazer arranjos para o futuro, apenas para o futuro do instante iminente. A primeira e básica conquista do pensamento é a consciência de relações constantes entre os fenômenos externos que afetam nossos sentidos. Um pacote de eventos que são regularmente relacionados de maneira definida a outros eventos é chamado de uma coisa específica e, como tal, distingue-se de outras coisas específicas.... O que quer que os filósofos possam dizer sobre causalidade, permanece o fato de que nenhuma ação poderia ser executada por homens não guiados por ela. Nem podemos imaginar uma mente que não esteja ciente do nexos de causa e efeito. Nesse sentido, podemos falar de causalidade como uma categoria ou a priori de pensar e agir.

Essa proposição elimina o absurdo do marxismo (que postulava sem evidência a existência de leis históricas), o keynesianismo (cujas leis econômicas eram arbitrárias) e o positivismo (que erraram ao importar métodos de um campo de estudo não relacionado). Isso apenas arranha a superfície da extensão das ideologias enfrentadas aqui. Ele também confronta aqueles que reivindicam a existência de "leis estatísticas", os defensores do primitivismo, os apóstolos do polilogismo, os defensores do panfísicalismo e os semogogos do determinismo. Acima de tudo, ele eleva a ideia misesiana de praxeologia - a ciência da ação - como ponto de partida para toda teoria econômica e entendimento histórico.

De todos os livros da biblioteca misesiana, este livro é provavelmente o mais negligenciado. E injustamente. Ele o escreveu como uma defesa final de seu trabalho teórico, e o leitor fica impressionado com a extensão em que Mises completa a revolução intelectual que começou na Áustria na década de 1870, quando Carl Menger redescobriu os fundamentos da ciência econômica no entendimento de agir, escolhendo seres humanos.

Mises termina seu livro com uma conclusão que não parece exagerada após seu exame empolgante e apaixonado do assunto em questão:

O fato marcante sobre a situação ideológica contemporânea é que as doutrinas políticas mais populares visam o totalitarismo, a abolição completa da liberdade do indivíduo de escolher e agir. Não menos notável é o fato de que os defensores mais fanáticos desse sistema de conformidade se denominam cientistas, lógicos e filósofos.



# Sumário

---

Prefácio.....13

## **Algumas observações preliminares sobre a praxeologia em vez de uma introdução**

I. O Substrato Permanente da Epistemologia .....	16
II. Da ação.....	17
III. Da Economia .....	18
IV. O ponto de partida do pensamento praxeológico .....	18
V. A realidade do mundo externo .....	20
VI. Causalidade e Teleologia.....	21
VII. A categoria de ação.....	22

## **A Mente Humana**

I. A estrutura lógica da mente humana.....	24
II. Uma hipótese sobre a origem de categorias <i>a priori</i> .....	27
III. <i>A priori</i> .....	29
IV. A representação prioritária da realidade .....	31
V. Indução .....	33
VI. O paradoxo do empirismo probabilístico .....	38
VII. Materialismo .....	40
VIII. O absurdo de qualquer filosofia materialista.....	41

## **A Base Ativista do Conhecimento**

I. Homem e Ação .....	45
II. Finalidade.....	46
III. Valoração.....	48
IV. A quimera da Ciência Unificada .....	48
V. Os dois ramos das ciências da ação humana.....	51
VI. O caráter lógico da praxeologia .....	54
VII. O caráter lógico da história .....	54
VIII. O método timológico .....	56

## **Necessidade e Vontade**

I. O Infinito.....	61
II. O dado irreduzível.....	61
III. Estatística.....	63
IV. Livre Arbítrio.....	65
V. Inevitabilidade.....	68

## **Certeza e Incerteza**

I. O problema da definição quantitativa.....	71
II. Certos conhecimentos.....	72
III. A Incerteza do Futuro.....	73
IV. Quantificação e compreensão na atuação e na história.....	74
V. A precariedade da previsão em assuntos humanos.....	75
VI. Previsão econômica e a doutrina de tendências.....	76
VII. Tomada de decisão.....	77
VIII. Confirmação e refutabilidade.....	77
IX. O Exame dos Teoremas Praxeológicos.....	78

## **Sobre alguns erros populares relativos ao escopo e método da economia**

I. A Fábula da Pesquisa.....	81
II. O Estudo dos Motivos.....	82
III. Teoria e prática.....	84
IV. As armadilhas da hipostatização.....	86
V. Sobre a rejeição do individualismo metodológico.....	87
VI. A abordagem da macroeconomia.....	90
VII. Realidade e Brincadeira.....	94
VIII. Interpretação errônea do clima de opinião.....	97
IX. A crença na onipotência do pensamento.....	97
X. O conceito de um sistema perfeito de governo.....	101
XI. As Ciências do Comportamento.....	107

## **Outras implicações da negligência do pensamento econômico**

I. A Abordagem Zoológica para Problemas Humanos.....	110
II. A Abordagem das "Ciências Sociais".....	111
III. A Abordagem da Economia.....	113
IV. Uma observação sobre terminologia jurídica.....	115
V. A Soberania dos Consumidores.....	117

## **As raízes epistemológicas do monismo**

I. O caráter não experimental do monismo .....	120
II. O cenário histórico do positivismo .....	122
III. O Caso das Ciências Naturais .....	124
IV. O Caso das Ciências da Ação Humana .....	124
V. As falácias do positivismo .....	126

## **Positivismo e a crise da civilização ocidental**

I. A Interpretação Errada do Universo.....	129
II. A Interpretação Errada da Condição Humana .....	130
III. O Culto da Ciência.....	132
IV. O Suporte Epistemológico do Totalitarismo.....	133
V. As consequências.....	136



## Prefácio

---

Este ensaio não é uma contribuição para à filosofia. É apenas a exposição de certas ideias que as tentativas de lidar com a teoria do conhecimento devem levar em consideração.

A lógica e a epistemologia tradicionais produziram, de modo geral, apenas meras descrições sobre a matemática e os métodos das ciências naturais. Os filósofos consideravam a física o modelo de ciência e supuseram alegremente que todo conhecimento deveria ser moldado em seu modelo. Eles dispensaram a biologia, convencendo-se de que um dia as gerações futuras conseguiriam reduzir os fenômenos da vida à operação de elementos que podem ser totalmente descritos pela física. Eles desprezavam a história como "mera literatura" e ignoravam a existência da economia. O positivismo, como prefigurado por Laplace, batizado por Auguste Comte, e ressuscitado e sistematizado pelo positivismo lógico ou empírico contemporâneo, é essencialmente panfísicalismo, um esquema para negar que exista outro método de pensamento científico que não seja aquele a partir da gravação de "sentenças protocolares" do físico. Seu materialismo encontrou oposição apenas por parte dos metafísicos, que livremente se entregaram à invenção de entidades fictícias e de sistemas arbitrários do que eles chamavam de "filosofia da história".

Este ensaio propõe enfatizar o fato de que existe no universo algo para a descrição e análise das quais as ciências naturais não podem contribuir com nada. Existem eventos além do alcance daqueles que os procedimentos das ciências naturais são adequados para observar e descrever. Existe ação humana.

É fato que, até agora, nada foi feito para superar o abismo que se abre entre os eventos naturais em que a ciência é incapaz de encontrar uma finalidade e os atos conscientes dos homens que invariavelmente visam fins definidos. Negligenciar, no tratamento da ação humana, a referência aos fins almejados pelos agentes não é menos absurda do que os esforços para recorrer à finalidade na interpretação dos fenômenos naturais.

Seria um erro insinuar que todos os erros relativos à interpretação epistemológica das ciências da ação humana devem ser atribuídos à adoção injustificada da epistemologia do positivismo. Havia outras escolas de pensamento que confundiam o tratamento filosófico da praxeologia e da história ainda mais seriamente do que o positivismo, por exemplo, o historicismo. No entanto, a análise a seguir lida em primeiro lugar com o impacto do positivismo.<sup>1</sup>

Para evitar interpretações errôneas do ponto de vista deste ensaio, é aconselhável, até necessário, enfatizar o fato de que trata de conhecimento, ciência e crença razoável e que se refere a doutrinas metafísicas apenas na medida do necessário para demonstrar em que aspectos diferem do conhecimento científico. Endossa sem reservas o princípio de Locke de "*não aceitar nenhuma proposição com maior segurança do que as provas sobre as quais ela é fundamentada*". O vício do positivismo não deve ser visto na adoção desse princípio, mas no fato de não reconhecer outras formas de provar uma proposição além daquelas praticadas pelas ciências naturais experimentais e qualificar como metafísicas - que, no positivista jargão, é sinônimo de absurdo - todos os outros métodos do discurso racional. Expor o caráter falacioso dessa tese basilar do positivismo e retratar suas desastrosas consequências é o tema uno deste ensaio.

Embora cheia de desprezo por tudo o que considera metafísica, a epistemologia do positivismo baseia-se ela própria numa determinada espécie de metafísica. Está além do limite de uma investigação racional entrar em uma análise de qualquer variedade de metafísica, tentar avaliar seu valor ou sua estabilidade e afirmar ou rejeitá-lo. O que o raciocínio discursivo pode alcançar é apenas mostrar se a doutrina metafísica em questão contradiz ou não o que foi estabelecido como verdade cientificamente comprovada. Se isso puder ser demonstrado com relação às afirmações do positivismo sobre as ciências da ação humana, suas alegações devem ser rejeitadas como fábulas injustificadas. Os próprios positivistas, do ponto de vista de sua própria filosofia, não podiam deixar de aprovar esse veredito.

A epistemologia pode ser estudada apenas por aqueles que estão perfeitamente familiarizados com todos os ramos do conhecimento humano. Os problemas epistemológicos especiais dos diferentes campos do conhecimento são

---

<sup>1</sup> Sobre o historicismo, ver Mises, *Teoria e História* (Washington, DC: Instituto Ludwig von Mises, 1985), pp. 198 ss.

acessíveis somente àqueles que conhecem perfeitamente o respectivo campo. Não haveria necessidade de mencionar esse ponto se não fosse pela chocante ignorância de tudo sobre as ciências da ação humana que caracteriza os escritos de quase todos os filósofos contemporâneos.<sup>2</sup>

Pode-se até duvidar se é possível separar a análise dos problemas epistemológicos do tratamento das questões substantivas da ciência em questão. As contribuições básicas para a epistemologia moderna das ciências naturais foram uma conquista de Galilei, não de Bacon; de Newton e Lavoisier, não de Kant e Comte. O que é defensável nas doutrinas do positivismo lógico pode ser encontrado nas obras dos grandes físicos dos últimos cem anos, não na "Enciclopédia da Ciência Unificada". Minhas próprias contribuições à teoria do conhecimento, por mais modestas que sejam, estão nos meus escritos econômicos e históricos, especialmente nos meus livros *Ação Humana* e *Teoria e História*. O presente ensaio é apenas um complemento e um comentário sobre o que a própria economia diz sobre sua própria epistemologia.

Quem quer entender seriamente o objetivo da teoria econômica deve familiarizar-se primeiro com o que a economia ensina e só então, tendo refletido repetidamente sobre esses teoremas, volta-se para o estudo dos aspectos epistemológicos envolvidos. Sem um exame mais cuidadoso de pelo menos algumas das grandes questões do pensamento praxeológico - como, por exemplo, a lei dos rendimentos (geralmente chamada lei dos rendimentos decrescentes), a lei ricardiana da associação (mais conhecida como lei do custo comparativo), o problema do cálculo econômico e assim por diante - ninguém pode esperar compreender o que significa praxeologia e quais são seus problemas epistemológicos específicos.

---

<sup>2</sup> Um exemplo impressionante dessa ignorância, demonstrado por um eminente filósofo, é citado em Mises, *Human Action* (Chicago: Henry Regnery, 1966), p. 33 (nota).

# Algumas observações preliminares sobre a praxeologia em vez de uma introdução

---

## I. O Substrato Permanente da Epistemologia

Πάντα ἐπί, tudo está em um fluxo incessante, diz Heráclito; não há ser permanente; tudo é mudança e devir. Deve-se deixar especulações metafísicas para lidar com os problemas de saber se essa proposição pode ser confirmada do ponto de vista de uma inteligência sobre-humana e, além disso, se é possível para a mente humana pensar em mudanças sem implicar o conceito de substrato que, enquanto muda, permanece de alguma forma e sentido constante na sucessão de seus vários estados. Para a epistemologia, a teoria do conhecimento humano, há certamente algo que ele não pode deixar de considerar permanente, a saber, a estrutura lógica e praxeológica da mente humana, por um lado, e o poder dos sentidos humanos, por outro. Consciente do fato de que a natureza humana, como é nesta época de mudanças cósmicas em que vivemos, não é algo que existia desde o início de todas as coisas nem algo que permanecerá para sempre, a epistemologia deve encará-la como se fosse imutável. As ciências naturais podem tentar ir além e estudar os problemas da evolução. Mas a epistemologia é um ramo - ou melhor, a base - das ciências do homem. Ele lida com um aspecto da natureza do homem quando ele emergiu das eras do devir cósmico e como ele é neste período da história do universo. Não lida com o pensamento, a percepção e o conhecimento em geral, mas com o ser *humano*, pensando, percebendo e sabendo. Para a epistemologia, há algo que deve ser imutável, a saber, a estrutura lógica e praxeológica da mente humana.

Não se deve confundir conhecimento com misticismo. O místico pode dizer que "sombra e luz solar são iguais".<sup>3</sup> Conhecimento começa a partir da distinção clara entre A e não-A.

Sabemos que houve eras da história cósmica nas quais não existiam seres do tipo que chamamos de *Homo sapiens*, e somos livres para assumir que haverá novamente eras nas quais essa espécie não existirá. Mas é inútil especularmos sobre as condições dos seres que são, na estrutura lógica e praxeológica de suas

---

<sup>3</sup> RW Emerson, Brahma

mentes e no poder de seus sentidos, essencialmente diferentes do homem como o conhecemos e como somos nós mesmos. O conceito de Nietzsche de um super-homem é desprovido de qualquer significado epistemológico.

## II. Da ação

A epistemologia lida com os fenômenos mentais da vida humana, com o homem como ele pensa e age. A principal deficiência das tentativas epistemológicas tradicionais deve ser vista na negligência dos aspectos praxeológicos. Os epistemólogos lidavam com o pensamento como se fosse um campo separado, separado de outras manifestações do empreendimento humano. Eles lidaram com os problemas da lógica e da matemática, mas não perceberam os aspectos práticos do pensamento. Eles ignoraram o *praxeológico a priori*.

As deficiências dessa abordagem tornaram-se manifestas nos ensinamentos da teologia natural, diferentemente da teologia revelada. A teologia natural viu a marca característica da divindade na libertação das limitações da mente humana e da vontade humana. A divindade é onisciente e onipotente. Mas, ao elaborar essas ideias, os filósofos falharam em ver que um conceito de divindade que implica um Deus agindo, isto é, um Deus se comportando da maneira que o homem se comporta ao agir, é autocontraditório. O homem age porque está insatisfeito com o estado de coisas que prevalece na ausência de sua intervenção. O homem age porque lhe falta o poder de tornar as condições totalmente satisfatórias e deve recorrer a meios apropriados para torná-las menos insatisfatórias. Mas para um ser supremo todo-poderoso não pode haver nenhuma insatisfação com o estado de coisas predominante. O Todo-Poderoso não age, porque não há um estado de coisas que ele não possa tornar totalmente satisfatório sem nenhuma ação, isto é, sem recorrer a qualquer meio. Para Ele, não existe distinção entre fins e meios. É antropomorfismo atribuir ação a Deus. Partindo das limitações de sua natureza humana, o raciocínio discursivo do homem nunca pode circunscrever e definir a essência da onipotência.

No entanto, deve-se enfatizar que o que impedia as pessoas de prestar atenção às questões praxeológicas não eram considerações teológicas. Era o desejo apaixonado pela realização da quimera utópica da terra de Cocanha<sup>4</sup>. Quando a ciência da economia, a parte até agora mais bem elaborada da

---

<sup>4</sup> Alegoria medieval de um lugar paradisíaco, de satisfação corporal única — NE

praxeologia, explodiu as falácias de todo tipo de utopismo, ela foi proibida e estigmatizada como não científica.

O traço mais característico da epistemologia moderna é toda a negligência da economia, aquele ramo do conhecimento cujo desenvolvimento e aplicação prática foi o evento mais espetacular da história moderna.

### **III. Da Economia**

O estudo da economia tem sido repetidamente desviado pela ideia vã de que a economia deve prosseguir de acordo com o padrão de outras ciências. As avarias causadas por tais interpretações errôneas não podem ser evitadas, advertindo o economista a parar de lançar olhares ansiosos sobre outros campos do conhecimento ou mesmo ignorá-los completamente. A ignorância, qualquer que seja o assunto que possa interessar, não é de modo algum uma qualidade que possa ser útil na busca da verdade. O que é necessário para impedir que um estudioso desvie os estudos econômicos recorrendo aos métodos de matemática, física, biologia, história ou jurisprudência não está menosprezando e negligenciando essas ciências, mas, pelo contrário, tentando compreendê-las e dominá-las. Quem quer conseguir algo em praxeologia deve estar familiarizado com matemática, física, biologia, história e jurisprudência, para que ele não confunda as tarefas e os métodos da teoria da ação humana com as tarefas e os métodos de qualquer um desses outros ramos do conhecimento. O que havia de errado com as várias escolas históricas de economia era antes de tudo que seus adeptos eram meramente diletantes no campo da história. Nenhum matemático competente pode deixar de enxergar as falácias fundamentais de todas as variedades do que é chamado de economia matemática e, especialmente, de *econometria*. Nenhum biólogo foi enganado pelo organismo amador de autores como Paul de Lilienfeld.

Quando certa vez expressei essa opinião em uma palestra, um jovem na plateia se opôs. "*Você está pedindo muito a um economista*", observou ele; "*ninguém pode me forçar a empregar meu tempo estudando todas essas ciências*". Minha resposta foi: "*Ninguém pede ou obriga você a se tornar um economista*".

### **IV. O ponto de partida do pensamento praxeológico**

O conhecimento *a priori* da praxeologia é inteiramente diferente - categoricamente diferente - do conhecimento *a priori* da matemática ou, mais precisamente, do conhecimento matemático *a priori*, interpretado pelo

positivismo lógico. O ponto de partida de todo pensamento praxeológico não são axiomas escolhidos arbitrariamente, mas uma proposição auto-evidente, plena, clara e necessariamente presente em toda mente humana. Um abismo intransponível separa aqueles animais em cujas mentes essa cognição está presente daqueles em cujas mentes ela não está completa e claramente presente - somente ao primeiro é que se designou *homem*. A característica do homem é precisamente que ele age conscientemente. O homem é o *Homo agens*, o animal em ação.

Tudo - além da zoologia - que já foi cientificamente declarado para distinguir o homem dos mamíferos não humanos está implícito na proposição: o homem age. Agir significa: buscar objetivos, ou seja, escolher um objetivo e recorrer a meios para atingir o objetivo desejado.

A essência do positivismo lógico é negar o valor cognitivo de um conhecimento *a priori*, apontando que todas as proposições *a priori* são meramente analíticas. Eles não fornecem novas informações, mas são meramente verbais ou tautológicas, afirmando o que já está implícito nas definições e premissas. Somente a experiência pode levar a proposições sintéticas. Há uma objeção óbvia contra essa doutrina, a saber, que essa proposição de que não existem proposições sintéticas *a priori* é em si uma - como o atual escritor pensa, falsa - proposição sintética *a priori*, pois manifestamente não pode ser estabelecida pela experiência.

Toda a controvérsia é, no entanto, sem sentido quando aplicada à praxeologia. Refere-se essencialmente à geometria. Seu estado atual, especialmente seu tratamento pelo positivismo lógico, foi profundamente influenciado pelo choque que a filosofia ocidental recebeu da descoberta de geometrias não euclidianas. Antes de Bolyai e Lobachevsky, a geometria era, aos olhos dos filósofos, o modelo da ciência perfeita; supunha-se que isso proporcionasse certeza inabalável para todo o sempre. Prosseguir também em outros ramos do conhecimento *mais geométrico* era o grande ideal dos buscadores da verdade. Todos os conceitos epistemológicos tradicionais começaram a cambalear quando as tentativas de construir geometrias não euclidianas foram bem-sucedidas.

No entanto, a praxeologia não é geometria. É a pior de todas as superstições supor que as características epistemológicas de um ramo do

conhecimento devam necessariamente ser aplicáveis a qualquer outro ramo. Ao lidar com a epistemologia das ciências da ação humana, não se deve seguir a geometria, a mecânica ou qualquer outra ciência.

As suposições de Euclides já foram consideradas evidentemente verdadeiras. A epistemologia atual os considera postulados livremente escolhidos, o ponto de partida de uma cadeia hipotética de raciocínio. O que quer que isso possa significar, não tem nenhuma referência aos problemas da praxeologia.

O ponto de partida da praxeologia é uma verdade auto-evidente, a cognição da ação, isto é, a cognição do fato de que existe algo que visa conscientemente os fins. Não adianta discutir sobre essas palavras referindo-se a problemas filosóficos que não têm influência sobre o nosso problema. A verdade dessa cognição é tão evidente e indispensável para a mente humana quanto a distinção entre A e não-A.

### **V. A realidade do mundo externo**

Do ponto de vista praxeológico, não é possível questionar a existência real da matéria, dos objetos físicos e do mundo externo. A realidade deles é revelada pelo fato de o homem não ser onipotente. Existe no mundo algo que oferece resistência à realização de seus desejos e vontades. Qualquer tentativa de remover por mero decreto o que o incomoda e substituir um estado de coisas que melhor lhe convém por um estado de coisas que lhe convém menos é inútil. Se ele quer ter sucesso, deve proceder de acordo com métodos que são ajustados à estrutura de algo sobre o qual a percepção fornece algumas informações. Podemos definir o mundo externo como a totalidade de todas as coisas e eventos que determinam a viabilidade ou inviabilidade, o sucesso ou fracasso da ação humana.

A questão muito discutida se objetos físicos podem ou não ser concebidos como existindo independentemente da mente é inútil. Por milhares de anos, a mente dos médicos não percebeu os germes e não adivinhou sua existência. Mas o sucesso ou fracasso de seus esforços para preservar a saúde e a vida de seus pacientes dependia da maneira como os germes influenciavam ou não o funcionamento dos órgãos corporais dos pacientes. Os germes eram reais porque condicionavam o resultado dos eventos interferindo ou não interferindo, estando presentes ou ausentes do evento.

## VI. Causalidade e Teleologia

Ação é uma categoria que as ciências naturais não levam em consideração. O cientista atua em seu trabalho de pesquisa, mas na órbita dos eventos naturais do mundo externo que ele explora, não existe ação. Há agitação, estímulo e resposta e, o que alguns filósofos podem objetar, há causa e efeito. Existe o que parece ser uma regularidade inexorável na concatenação e sequência dos fenômenos. Existem relações constantes entre entidades que permitem ao cientista estabelecer o processo chamado medição. Mas não há nada que sugira visar os fins buscados; não existe um propósito determinável.

As ciências naturais são pesquisas de causalidade; as ciências da ação humana são teleológicas. Ao estabelecer essa distinção entre os dois campos do conhecimento humano, não expressamos nenhuma opinião sobre a questão de saber se o curso de todos os eventos cósmicos é ou não determinado em última análise pelo design de um ser sobre-humano. O tratamento desse grande problema transcende o alcance da razão do homem e está fora do domínio de qualquer ciência humana. É no domínio que a metafísica e a teologia reivindicam a si mesmas.

O propósito a que as ciências da ação humana se referem não são os planos e caminhos de Deus, mas os fins almejados pelos homens em ação na busca de seus próprios desígnios. Os esforços da disciplina metafísica comumente chamada filosofia da história para revelar no fluxo dos eventos históricos os planos ocultos de Deus ou de alguma agência mítica (como, por exemplo, no esquema de Marx, as forças produtivas materiais) não são ciência.

Ao lidar com um fato histórico definido, por exemplo, com a Primeira Guerra Mundial, o historiador precisa descobrir os fins buscados pelos vários indivíduos e grupos de indivíduos que foram fundamentais para organizar essas campanhas ou combater os agressores. Ele deve examinar o resultado das ações de todas as pessoas envolvidas e compará-lo com o estado anterior e com as intenções dos agentes. Mas não é da conta do historiador procurar um sentido "superior" ou "mais profundo" que se manifestou nos eventos ou foi realizado por eles. Talvez exista um propósito ou significado oculto, "superior" ou "mais profundo", na sucessão de eventos históricos. Mas, para o homem mortal, não há como abrir algo para aprender sobre algo "mais alto" ou "mais profundo".

## VII. A categoria de ação

Todos os elementos das ciências teóricas da ação humana já estão implícitos na categoria de ação e precisam ser explicitados ao expor seu conteúdo. Como entre esses elementos da teleologia está também a categoria de causalidade, a categoria de ação é a categoria fundamental da epistemologia, o ponto de partida de qualquer análise epistemológica.

A própria categoria ou conceito de ação compreende os conceitos de meios e fins, de preferir e deixar de lado, a saber, valorização, sucesso e fracasso, lucro e perda, custos. Como nenhuma ação poderia ser planejada e aventurada sem ideias definidas sobre a relação de causa e efeito, a teleologia pressupõe causalidade.

Os animais são forçados a se ajustar às condições naturais de seu ambiente; se não tiverem sucesso nesse processo de ajuste, serão eliminados. O homem é o único animal capaz - dentro de limites definidos - de ajustar seu ambiente propositadamente para se adequar melhor a ele.

Podemos pensar no processo evolutivo que transformou os ancestrais não humanos da humanidade em seres humanos como uma sucessão de pequenas mudanças graduais espalhadas por milhões de anos. Mas não podemos pensar em uma mente na qual a categoria de ação estaria presente apenas de forma incompleta. Não há nada entre um ser dirigido exclusivamente por instintos e impulsos fisiológicos e um ser que escolhe fins e os meios para alcançar a meta esses fins. Não podemos pensar em um ser atuante que não distinguisse *in concreto* o que é fim e o que significa, o que é sucesso e o que é fracasso, o que ele gosta mais e o que gosta menos, qual é o seu lucro ou a sua perda derivada da ação e quais são seus custos. Ao compreender todas essas coisas, ele pode, é claro, errar em seus julgamentos sobre o papel que vários eventos e materiais externos desempenham na estrutura de sua ação.

Um modo definido de comportamento é uma ação somente se essas distinções estiverem presentes na mente do homem em questão.

## VIII. As ciências da ação humana

A língua alemã desenvolveu um termo que teria sido conveniente para denotar a totalidade das ciências que lidam com a ação humana distinta das ciências naturais, a saber, o termo *Geisteswissenschaften*. Infelizmente, alguns

autores carregaram fortemente esse termo com implicações metafísicas e místicas que prejudicam sua utilidade. Em inglês, o termo *pneumatologia* (sugerido por Bentham<sup>5</sup> como o oposto da *somatologia*) teria servido ao objetivo, mas nunca foi aceito. O termo *ciências morais*, empregado por John Stuart Mill, é insatisfatório devido à sua afinidade etimológica com a disciplina normativa da ética. O termo *humanidades* é tradicionalmente empregado exclusivamente para os ramos historicistas das ciências da ação humana. Assim, somos forçados a empregar o termo bastante pesado "ciências da ação humana".

---

<sup>5</sup> Bentham, "Ensaio sobre Nomenclatura e Classificação", Apêndice No. IV de *Crestomathia* (Obras, ed. Bowring [1838-1843], VIII, 84 e 88).

## Capítulo 1

# A Mente Humana

---

### **I. A estrutura lógica da mente humana**

Na terra, o homem ocupa uma posição peculiar que o distingue e o eleva acima de todas as outras entidades que constituem nosso planeta. Enquanto todas as outras coisas, animadas ou inanimadas, se comportam de acordo com padrões regulares, apenas o homem parece gozar - dentro de limites definidos - de um pouco de liberdade. O homem medita sobre as condições de si mesmo e de seu ambiente, concebe estados de coisas que, como ele acredita, o serviriam melhor do que os estados existentes, e visa por intencionalmente à substituição de um estado menos desejado, que prevaleceria caso não interferisse, por um mais desejado.

Existe dentro da extensão infinita do que é chamado universo ou natureza, um pequeno campo no qual a conduta consciente do homem pode influenciar o curso dos eventos.

É esse fato que induz o homem a distinguir entre um mundo externo sujeito a uma necessidade inexorável e inextricável, e sua faculdade humana de pensar, conhecer e agir. A mente ou a razão contrastam com a matéria, a vontade com impulsos, instintos e processos fisiológicos involuntários. Ciente do fato de que seu próprio corpo está sujeito às mesmas forças que determinam todas as outras coisas e seres, o homem atribui sua capacidade de pensar, querer e agir a um fator invisível e intangível que ele chama de mente.

No início da história da humanidade, houve tentativas de atribuir tal faculdade de pensamento propositadamente visando fins escolhidos para muitas ou mesmo para todas as coisas não humanas. Mais tarde, as pessoas descobriram que era inútil lidar com coisas não humanas como se fossem dotadas de algo análogo à mente humana. Então, a tendência oposta se desenvolveu. As pessoas tentaram reduzir os fenômenos mentais à operação de fatores que não eram especificamente humanos. A expressão mais radical dessa doutrina já estava

implícita no famoso ditado de John Locke, segundo o qual a mente é uma folha de papel branco sobre a qual o mundo externo escreve sua própria história.

Uma nova epistemologia do racionalismo destinada à refutação desse empirismo integral. Leibniz acrescentou à doutrina que nada está no intelecto que não tenha sido previamente sentidos pela condição: exceto o próprio intelecto. Kant, despertado por Hume de seus "sono dogmático", colocou a doutrina racionalista em uma nova base. A experiência, ele ensinou, fornece apenas a matéria-prima da qual a mente forma o que é chamado conhecimento. Todo conhecimento é condicionado pelas categorias que precedem quaisquer dados da experiência, tanto no tempo quanto na lógica. As categorias são *a priori*; eles são o equipamento mental do indivíduo que lhe permite pensar e - podemos acrescentar - agir. Como todo raciocínio pressupõe as categorias *a priori*, é inútil empreender tentativas de provar ou refutá-las.

A reação empirista contra o apriorismo gira em torno de uma interpretação enganosa das geometrias não euclidianas, a contribuição mais importante do século XIX para a matemática. Ela enfatiza o caráter arbitrário de axiomas e premissas e o caráter tautológico do raciocínio dedutivo. A dedução, ensina, não pode acrescentar nada ao nosso conhecimento da realidade. Apenas torna explícito o que já estava implícito nas premissas. Como essas premissas são meramente produtos da mente e não derivam da experiência, o que é deduzido delas não pode afirmar nada sobre o estado do universo. O que a lógica, a matemática e outras teorias dedutivas apriorísticas apresentam são, na melhor das hipóteses, ferramentas convenientes ou úteis para operações científicas.<sup>6</sup> Os axiomas dos quais parte um sistema dedutivo são selecionados arbitrariamente. Eles não nos dizem nada sobre a realidade. Não existem princípios *a priori* dados à mente humana.<sup>7</sup> Essa é a doutrina do famoso "Círculo de Viena" e de outras escolas contemporâneas de empirismo radical e positivismo lógico.

Para examinar essa filosofia, vamos nos referir ao conflito entre a geometria euclidiana e as geometrias não euclidianas que deram origem a essas controvérsias. É um fato inegável que o planejamento tecnológico orientado pelo sistema euclidiano resultou em efeitos que eram esperados de acordo com as inferências derivadas desse sistema. Os prédios não desabam e as máquinas

---

<sup>6</sup> Cf. Louis Rougier, *Traité de la connaissance* (Paris, 1955), pp. 13 e segs.

<sup>7</sup> *Ibid.*, Pp. 47 e segs.

funcionam da maneira esperada. O engenheiro prático não pode negar que essa geometria o ajudou em seus esforços para desviar os eventos do mundo externo real do curso que eles teriam tomado na ausência de sua intervenção e direcioná-los para objetivos que ele queria alcançar. Ele deve concluir que essa geometria, embora baseada em ideias definidas *a priori*, afirma algo sobre a realidade e a natureza. O pragmatista não pode deixar de admitir que a geometria euclidiana funciona da mesma maneira em que funciona todo o conhecimento *a posteriori* fornecido pelas ciências naturais experimentais. Além do fato de que o arranjo de experimentos de laboratório já pressupõe e implica a validade do esquema euclidiano, não devemos esquecer que o fato de a ponte George Washington sobre o rio Hudson e muitos milhares de outras pontes oferecerem os serviços que os construtores queriam obter confirma a verdade prática, não apenas dos ensinamentos aplicados de física, química e metalurgia, mas também dos da geometria de Euclides. Isso significa que os axiomas dos quais Euclides começa nos dizem algo sobre o mundo externo que, em nossa mente, deve parecer não menos "verdadeiro" do que os ensinamentos das ciências naturais experimentais.

Os críticos do apriorismo referem-se ao fato de que, para o tratamento de certos problemas, o recurso a uma das geometrias não euclidianas parece mais conveniente do que o recurso ao sistema euclidiano. Os corpos sólidos e os raios de luz do nosso ambiente, diz Reichenbach, se comportam de acordo com as leis de Euclides. Mas isso, ele acrescenta, é apenas "um fato empírico feliz". Além do espaço do nosso ambiente, o mundo físico se comporta de acordo com outras geometrias.<sup>8</sup> Não há necessidade de discutir este ponto. Pois essas outras geometrias também partem de axiomas *a priori*, não de fatos experimentais. O que os panempiristas não conseguem explicar é como uma teoria dedutiva, partindo de postulados supostamente arbitrários, presta serviços valiosos, mesmo indispensáveis, nos esforços para descrever corretamente as condições do mundo externo e lidar com elas com sucesso.

O fato empírico afortunado a que Reichenbach se refere é o fato de que a mente humana tem a capacidade de desenvolver teorias que, embora *a priori*, são fundamentais nos esforços para construir qualquer sistema de conhecimento *a posteriori*. Embora a lógica, a matemática e a praxeologia não sejam derivadas da experiência, elas não são feitas arbitrariamente, mas são impostas a nós pelo

---

<sup>8</sup> Cf. Hans Reichenbach, O surgimento da filosofia científica (University of California Press, 1951), p. 137

mundo em que vivemos e agimos e que queremos estudar.<sup>9</sup> Elas não são vazias, nem sem sentido e não são meramente verbais. Elas são - para o homem - as leis mais gerais do universo, e sem elas nenhum conhecimento seria acessível ao homem.

As categorias *a priori* são o subsídio que permite ao homem alcançar tudo o que é especificamente humano e o distingue de todos os outros seres. Sua análise é a análise da condição humana, o papel que o homem desempenha no universo. Eles são a força que permite ao homem criar e produzir tudo o que é chamado civilização humana.

## II. Uma hipótese sobre a origem de categorias *a priori*

Os conceitos de seleção natural e evolução permitem desenvolver uma hipótese sobre o surgimento da estrutura lógica da mente humana e do *a priori*.

Os animais são movidos por impulsos e instintos. A seleção natural eliminou aqueles espécimes e espécies que desenvolveram instintos que eram um passivo na luta pela sobrevivência. Somente aqueles dotados de impulsos úteis à sua preservação sobreviveram e puderam propagar sua espécie.

Não somos impedidos de supor que, no longo caminho que levou dos ancestrais não-humanos do homem ao surgimento da espécie *Homo sapiens*, alguns grupos de antropóides avançados experimentaram, por assim dizer, conceitos conceituais diferentes dos do *Homo sapiens* e tentaram por meio deles orientar sua conduta. Mas, como essas pseudo-categorias não eram ajustadas às condições da realidade, o comportamento dirigido por um quase-raciocínio estava fadado ao fracasso e a significar um desastre para os comprometidos com ele. Somente aqueles grupos poderiam sobreviver cujos membros agiam de acordo com as categorias corretas, isto é, com aqueles que estavam em conformidade com a realidade e, portanto - para usar o conceito de pragmatismo - funcionavam.<sup>10</sup> No entanto, a referência a essa interpretação da origem das categorias *a priori* não nos permite chamá-las de precipitado de experiência, de uma experiência pré-humana e pré-lógica por assim dizer.<sup>11</sup> Não devemos apagar a diferença fundamental entre finalidade e ausência de finalidade.

---

<sup>9</sup> Cf. Morris Cohen, Um Prefácio à Lógica (Nova York: Henry Holt & Co., 1944), pp. 44 e 92; Mises, Ação Humana, pp. 72-91.

<sup>10</sup> Mises, Ação Humana, pp. 86 e segs.

<sup>11</sup> Como sugere J. Benda, La crise du rationalisme (Paris, 1949), pp. 27 e segs.

O conceito darwiniano de seleção natural tenta explicar a mudança filogenética sem recorrer à finalidade como um fenômeno natural. A seleção natural é operativa não apenas sem qualquer interferência intencional por parte de elementos externos; opera também sem nenhum comportamento intencional por parte dos vários espécimes envolvidos.

A experiência é um ato mental da parte de pensar e agir dos homens. É impossível atribuir a ele qualquer papel em uma cadeia puramente natural de causalidade cuja marca característica seja a ausência de comportamento intencional. É logicamente impossível se comprometer entre o design e a ausência de design. Os primatas que tinham as categorias adequadas sobreviveram, não porque, tendo tido a experiência de que suas categorias eram adequadas, eles decidiram se apegar a elas. Eles sobreviveram porque não recorreram a outras categorias que teriam resultado em sua própria extirpação. Da mesma maneira em que o processo evolutivo eliminou todos os outros grupos cujos indivíduos, por causa de propriedades específicas de seus corpos, não eram adequados para a vida sob as condições especiais de seu ambiente,

As categorias *a priori* não são ideias inatas. O que a criança normal - saudável - herda de seus pais não são categorias, ideias ou conceitos, mas a mente humana que tem a capacidade de aprender e conceber ideias, a capacidade de fazer seu portador se comportar como um ser humano, ou seja, agir.

No entanto, podemos pensar sobre esse problema, uma coisa é certa. Desde que as categorias *a priori* que emanam da estrutura lógica da mente humana permitiram ao homem desenvolver teorias cuja aplicação prática o ajudou em seus esforços para se manter na luta pela sobrevivência e alcançar vários fins que ele queria alcançar, essas categorias fornecem algumas informações sobre a realidade do universo. Eles não são meras suposições arbitrárias sem nenhum valor informativo, não são meras convenções que também poderiam ser substituídas por outras convenções. Eles são a ferramenta mental necessária para organizar os dados dos sentidos de maneira sistemática, transformá-los em fatos da experiência, depois esses fatos em tijolos para construir teorias e, finalmente, as teorias em técnicas para atingir os objetivos pretendidos.

Os animais também estão equipados com sentidos; alguns deles são capazes de sentir estímulos que não afetam os sentidos do homem. O que os

impede de tirar proveito do que seus sentidos lhes transmitem da maneira que o homem faz, não é uma inferioridade de seus equipamentos sensoriais, mas o fato de não terem o que é chamado de mente humana com sua estrutura lógica, suas categorias *a priori*.

Teoria difere da história na medida em que busca por relações constantes entre entidades ou, o que significa o mesmo, de regularidade na sucessão de eventos. Ao estabelecer a epistemologia como uma teoria do conhecimento, o filósofo implicitamente assume ou afirma que existe no esforço intelectual do homem algo que permanece inalterado, a saber, a estrutura lógica da mente humana.

Se não houvesse nada permanente nas manifestações da mente humana, não poderia haver nenhuma teoria do conhecimento, mas apenas um relato histórico das várias tentativas feitas pelos homens para adquirir conhecimento. A condição da epistemologia seria semelhante à dos vários ramos da história, por exemplo, o que é chamado de ciência política. Do mesmo modo que a ciência política apenas registra o que foi feito ou sugerido em seu campo no passado, mas não consegue contar nada sobre as relações invariantes entre os elementos com os quais lida, a epistemologia teria que restringir seu trabalho para a reunião de dados históricos sobre as atividades mentais do passado.

Ao enfatizar o fato de que a estrutura lógica da mente humana é comum a todos os espécimes da espécie *Homo sapiens*, não queremos afirmar que essa mente humana, como a conhecemos, é a única ou a melhor ferramenta mental possível que possa ser criada. Na epistemologia, assim como em todas as outras ciências, não estamos lidando nem com a eternidade nem com as condições em partes do universo das quais nenhum sinal atinge nossa órbita, nem com o que pode acontecer em éons futuros. Talvez existam em algum lugar no universo infinito seres cujas mentes superem nossas mentes na mesma medida em que nossas mentes superam as dos insetos. Talvez em algum lugar existam seres vivos que olharão para nós com a mesma condescendência que vemos para as amebas. Mas o pensamento científico não pode se entregar a essas imagens. É obrigado a limitar-se ao que é acessível à mente humana como ela é.

### III. *A priori*

Não se anula o significado cognitivo do *a priori*, qualificando-o como tautológico. Uma tautologia deve, por definição, ser a tautologia - reafirmação - de

algo já dito anteriormente. Se qualificarmos a geometria euclidiana como um sistema hierárquico de tautologias, poderemos dizer: o teorema de Pitágoras é tautológico, pois expressa apenas algo que já está implícito na definição de um triângulo retângulo.

Mas a questão é: como conseguimos a primeira proposição - básica - da qual a segunda proposição derivada é apenas uma tautologia? No caso das várias geometrias, as respostas dadas hoje são **(a)** por uma escolha arbitrária ou **(b)** devido à sua conveniência ou adequação. Essa resposta não pode ser dada em relação à categoria de ação.

Tampouco podemos interpretar nosso conceito de ação como um precipitado de experiência. Faz sentido falar de experiência em casos em que algo diferente do que foi experimentado no concreto poderia ter sido esperado antes da experiência. A experiência nos diz algo que não sabíamos antes e que não podíamos aprender sem termos tido a experiência. Mas a característica do conhecimento *a priori* é que não podemos pensar na verdade de sua negação ou em algo que estaria em desacordo com ela. O que o *a priori* expressa está necessariamente implícito em toda proposição concernente ao ponto em questão. Está implícito em todo o nosso pensamento e ação.

Se qualificamos um conceito ou proposição como *a priori*, queremos dizer: primeiro, que a negação do que afirma é impensável para a mente humana e lhe parece um absurdo; segundo, que esse conceito ou proposição *a priori* esteja necessariamente implícito em nossa abordagem mental de todos os problemas envolvidos, isto é, em nosso pensamento e ação em relação a esses problemas.

As categorias *a priori* são os equipamentos mentais pelos quais o homem é capaz de pensar e experimentar e, assim, adquirir conhecimento. Sua verdade ou validade não pode ser provada ou refutada, como podem as proposições *a posteriori*, porque são precisamente o instrumento que nos permite distinguir o que é verdadeiro ou válido do que não é.

O que sabemos é o que a natureza ou estrutura de nossos sentidos e de nossa mente nos torna compreensíveis. Vemos a realidade, não como "é" e pode parecer um ser perfeito, mas apenas como a qualidade de nossa mente e de nossos sentidos nos permite vê-la. O empirismo radical e o positivismo não querem admitir isso. Na descrição, a realidade escreve, como experiência, sua própria

história nos lençóis brancos da mente humana. Eles admitem que nossos sentidos são imperfeitos e não refletem plena e fielmente a realidade. Mas eles não examinam o poder da mente de produzir, a partir do material fornecido pela sensação, uma representação não distorcida da realidade. Ao lidar com *a priori*, estamos lidando com as ferramentas mentais que nos permitem experimentar, aprender, conhecer e agir. Estamos lidando com o poder da mente, e isso implica que lidemos com os limites desse poder.

Nunca devemos esquecer que nossa representação da realidade do universo é condicionada pela estrutura de nossa mente e de nossos sentidos. Não podemos excluir a hipótese de que existem características da realidade ocultas às nossas faculdades mentais, mas que podem ser percebidas por seres equipados com uma mente mais eficiente e, certamente, por um ser perfeito. Devemos tentar tomar consciência das características e limitações características de nossa mente, a fim de não ser vítima da ilusão de onisciência.

O conceito positivista de alguns dos precursores do positivismo moderno manifestou-se de forma mais evidente no ditado: Deus é um matemático. Como os mortais, equipados com sentidos manifestamente imperfeitos, reivindicam para sua mente a faculdade de conceber o universo da mesma maneira que o perfeitamente perfeito pode concebê-lo? O homem não pode analisar características essenciais da realidade sem a ajuda fornecida pelas ferramentas da matemática. Mas e o ser perfeito?

Afinal, é bastante exagerado desperdiçar tempo com controvérsias do *a priori*. Ninguém nega ou poderia negar que nenhum raciocínio humano e nenhuma busca humana de conhecimento poderiam dispensar o que esses conceitos, categorias e proposições *a priori* nos dizem. Nenhuma briga pode, no mínimo, afetar o papel fundamental desempenhado pela categoria de ação para todos os problemas da ciência do homem, da praxeologia, da economia e da história.

#### **IV. A representação prioritária da realidade**

Nenhum pensamento e ação seriam possíveis para o homem se o universo fosse caótico, isto é, se não houvesse regularidade na sucessão e concatenação de eventos. Nesse mundo de contingência ilimitada, nada podia ser percebido, senão uma mudança caleidoscópica incessante. Não haveria possibilidade do homem esperar nada. Toda experiência seria meramente histórica, o registro do que aconteceu no passado. Nenhuma inferência de eventos passados para o que pode

acontecer no futuro seria permitida. Portanto, o homem não poderia agir. Ele poderia, na melhor das hipóteses, ser um espectador passivo e não seria capaz de fazer arranjos para o futuro, apenas para o futuro do instante iminente. A primeira e básica conquista do pensamento é a consciência de relações constantes entre os fenômenos externos que afetam nossos sentidos. Um pacote de eventos que são regularmente relacionados de maneira definida a outros eventos é chamado de uma coisa específica e, como tal, distingue-se de outras coisas específicas. O ponto de partida do conhecimento experimental é a cognição de que um A é uniformemente seguido de um B. A utilização desse conhecimento para a produção de B ou para evitar o surgimento de B é chamada ação. O objetivo principal da ação é criar B ou impedir que isso aconteça.

O que quer que os filósofos possam dizer sobre causalidade, permanece o fato de que nenhuma ação poderia ser executada por homens não guiados por ela. Nem podemos imaginar uma mente que não esteja ciente do nexos de causa e efeito. Nesse sentido, podemos falar de causalidade como uma categoria ou *a priori* de pensar e agir. Para o homem ansioso por remover por conduta proposital alguma inquietação sentida, ocorre a pergunta: onde, como e quando seria necessário interferir para obter um determinado resultado? O conhecimento da relação entre uma causa e seu efeito é o primeiro passo em direção à orientação do homem no mundo e é a condição intelectual de qualquer atividade bem-sucedida. Todas as tentativas de encontrar uma base lógica, epistemológica ou metafísica satisfatória para a categoria de causalidade estavam fadadas ao fracasso. Tudo o que podemos dizer sobre a causalidade é que ela é *a priori* não apenas do pensamento humano, mas também da ação humana.

Filósofos eminentes tentaram elaborar uma lista completa das categorias *a priori*, as condições necessárias da experiência e do pensamento. Não menosprezamos essas tentativas de análise e sistematização se percebermos que qualquer solução proposta deixa uma ampla margem para a discricção do pensador individual. Há apenas um ponto sobre o qual não pode haver qualquer desacordo, a saber, que todos eles possam ser reduzidos ao entendimento *a priori* da regularidade na sucessão de todos os fenômenos observáveis do mundo externo. Em um universo sem essa regularidade, não poderia haver nenhum pensamento e nada poderia ser experimentado. Pois experiência é a consciência da identidade ou a ausência de identidade no que é percebido; é o primeiro passo para uma classificação de eventos.

Se não houvesse regularidade, seria impossível recorrer à classificação e construir uma linguagem. Todas as palavras significam feixes de atos de percepção regularmente conectados ou relações regulares entre esses feixes. Isso vale também para a linguagem da física, que os positivistas desejam elevar ao nível de uma linguagem universal da ciência. Em um mundo sem regularidade, não haveria possibilidade de formular "sentenças protocolares".<sup>12</sup> Mas mesmo que isso pudesse ser feito, essa "linguagem de protocolo" não poderia ser o ponto de partida de uma ciência da física. Seria apenas expressar fatos históricos.

Se não houvesse regularidade, nada poderia ser aprendido com a experiência. Ao proclamar a experiência como o principal instrumento de aquisição de conhecimento, o empirismo reconhece implicitamente os princípios de regularidade e causalidade. Quando o empirista se refere à experiência, o significado é: como A foi no passado seguido por B e como assumimos que prevalece uma regularidade na concatenação e sucessão de eventos naturais, esperamos que A também seja seguido no futuro por B. Portanto, há uma diferença fundamental entre o significado da experiência no campo dos eventos naturais e no campo da ação humana.

### **V. Indução**

O raciocínio é necessariamente sempre dedutivo. Isso foi implicitamente admitido por todas as tentativas de justificar a indução ampliativa, demonstrando ou provando sua legitimidade lógica, isto é, fornecendo uma interpretação dedutiva da indução. A situação difícil do empirismo consiste precisamente em seu fracasso em explicar satisfatoriamente como é possível inferir dos fatos observados algo a respeito de fatos ainda não observados.

Todo o conhecimento humano sobre o universo pressupõe e repousa sobre o conhecimento da regularidade na sucessão e concatenação de eventos observáveis. Seria inútil procurar uma regra se não houvesse regularidade. Inferência indutiva é a conclusão a partir de premissas que invariavelmente incluem a proposição fundamental de regularidade.

O problema prático da indução ampliativa deve ser claramente diferenciado do seu problema lógico. Pois os homens que embarcam em inferência

---

<sup>12</sup> Sobre a "linguagem de protocolo", cf. Carnap, "The Sprache physicalische als Universalsprache der Wissenschaft", Erkenntnis, II (1931), 432-65, e Carnap, "Über Protokollsätze", Erkenntnis, III (1932/33), 215-28.

indutiva enfrentam o problema da amostragem correta. Nós, ou não, dentre as inúmeras características de cada caso ou casos observados, escolhemos aqueles que são relevantes para a produção do efeito em questão? Sérias deficiências nos esforços para aprender algo sobre o estado da realidade, seja na busca mundana da verdade na vida cotidiana ou na pesquisa científica sistemática, são devidas a erros nessa escolha. Nenhum cientista duvida que o que está *corretamente* observado em um caso também deve ser observado em todos os outros casos que ofereçam as mesmas condições. O objetivo das experiências de laboratório é observar os efeitos de uma mudança em apenas um fator, mantendo-se todos os outros fatores inalterados. O sucesso ou fracasso de tais experimentos pressupõe, é claro, o controle de todas as condições que entram em seu arranjo. As conclusões derivadas da experimentação não se baseiam na repetição do mesmo arranjo, mas na suposição de que o que aconteceu em um caso deve necessariamente acontecer também em todos os outros casos do mesmo tipo. Seria impossível deduzir qualquer coisa de um caso ou de uma série de casos inumeráveis sem essa suposição, o que implica a categoria *a priori* de regularidade. A experiência é sempre a experiência de eventos passados, e nada nos poderia ensinar sobre os eventos futuros se a categoria da regularidade fosse mera e vã suposição.

A abordagem de probabilidade dos panfísicos ao problema da indução é uma tentativa abortada de lidar com a indução sem referência à categoria de regularidade. Se não levarmos em conta a regularidade, não há razão para inferir de algo que aconteceu no passado o que acontecerá no futuro. Assim que tentamos dispensar a categoria de regularidade, todo esforço científico parece inútil, e a busca por conhecimento sobre o que é popularmente chamado de leis da natureza se torna inútil. Sobre o que é a ciência natural, senão sobre a regularidade no fluxo de eventos?

No entanto, a categoria de regularidade é rejeitada pelos defensores do positivismo lógico. Eles fingem que a física moderna levou a resultados incompatíveis com a doutrina de uma regularidade universalmente prevalecente e mostraram que o que foi considerado pela "filosofia da escola" como a manifestação de uma regularidade necessária e inexorável é apenas o produto de um grande número de ocorrências atômicas. Na esfera microscópica, eles dizem, não há regularidade. O que a física macroscópica costumava considerar como o resultado da operação de uma estrita regularidade é apenas o resultado de um grande número de processos elementares puramente acidentais. As leis da física macroscópica não são leis estritas, mas leis estatísticas. Pode acontecer que os

eventos na esfera microscópica produzam na esfera macroscópica eventos diferentes daqueles descritos pelas leis meramente estatísticas da física macroscópica, embora, eles admitam, a probabilidade de tal ocorrência seja muito pequena. Mas, afirmam, o conhecimento dessa possibilidade destrói a ideia de que prevalece no universo uma estrita regularidade na sucessão e concatenação de todos os eventos. As categorias de regularidade e causalidade devem ser abandonadas e substituídas pelas leis da probabilidade.<sup>13</sup>

É verdade que os físicos de nossa época enfrentam um comportamento por parte de algumas entidades que eles não podem descrever como o resultado de uma regularidade discernível. No entanto, não é a primeira vez que a ciência se depara com esse problema. A busca humana por conhecimento deve sempre encontrar algo que não pode ser rastreado até outra coisa da qual pareceria o efeito necessário. Sempre há na ciência algum dado irreduzível. Para a física contemporânea, o comportamento dos átomos parece um dado irreduzível. Os físicos hoje estão perdidos para reduzir certos processos atômicos a suas causas. Não se diminui as maravilhosas conquistas da física ao estabelecer o fato de que esse estado de coisas é o que é comumente chamado de ignorância.

O que torna possível à mente humana se orientar na desconcertante multiplicidade de estímulos externos que afetam nossos sentidos, adquirir o que se chama conhecimento e desenvolver as ciências naturais é o conhecimento de uma regularidade e uniformidade inevitáveis que prevalecem na sucessão e no desenvolvimento e concatenação de tais eventos. O critério que nos induz a distinguir várias classes de coisas é o comportamento dessas coisas. Se uma coisa em apenas um aspecto se comporta (reage a um estímulo definido) de uma maneira diferente do comportamento de outras coisas às quais é igual em todos os outros aspectos, deve ser atribuída a uma classe diferente.

Podemos considerar as moléculas e os átomos cujo comportamento está no fundo das doutrinas probabilísticas, como elementos originais ou como derivados dos elementos originais da realidade. Não importa qual dessas alternativas escolhemos. De qualquer forma, seu comportamento é o resultado de sua própria natureza. (Para dizer mais corretamente: é o comportamento deles que constitui o que chamamos de natureza). Como vemos, existem diferentes classes dessas moléculas e átomos. Eles não são uniformes; o que chamamos de

---

<sup>13</sup> Cf. Reichenbach, op. cit., pp. 157 e segs.

moléculas e átomos são grupos compostos por vários subgrupos cujos membros de cada um diferem em alguns aspectos em seu comportamento dos membros dos outros subgrupos. Se o comportamento dos membros dos vários subgrupos for diferente do que é ou se a distribuição numérica da associação ao subgrupo for diferente, o efeito conjunto produzido pelo comportamento de todos os membros dos grupos também seria diferente. Esse efeito é determinado por dois fatores: o comportamento específico dos membros de cada subgrupo e o tamanho da associação ao subgrupo.

Se os proponentes da doutrina probabilística de indução tivessem reconhecido o fato de que existem vários subgrupos de entidades microscópicas, teriam percebido que o efeito conjunto da operação dessas entidades resulta no que a doutrina macroscópica chama de lei que não admite exceção. Eles teriam que confessar que hoje não sabemos por que os subgrupos diferem uns dos outros em alguns aspectos e como, pela interação dos membros dos vários subgrupos, o efeito conjunto definido emerge na esfera macroscópica. Em vez deste procedimento, eles arbitrariamente atribuem às moléculas e átomos individuais a faculdade de escolher entre várias alternativas de comportamento. Sua doutrina não difere essencialmente do animismo primitivo. Assim como os primitivos atribuídos à "alma" do rio o poder de escolher entre fluir silenciosamente em seu leito habitual ou inundar os campos adjacentes; portanto, eles acreditam que essas entidades microscópicas são livres para determinar algumas características de seu comportamento, por exemplo, a velocidade e o caminho de seus movimentos. Em sua filosofia, está implícito que essas entidades microscópicas são seres agindo como os homens.

Mas mesmo se aceitássemos essa interpretação, não devemos esquecer que a ação humana é inteiramente determinada pelo equipamento fisiológico dos indivíduos e por todas as ideias que estavam funcionando em suas mentes. Como não temos nenhum motivo para supor que essas entidades microscópicas sejam dotadas de ideias geradoras de mente, devemos assumir que o que é chamado de suas escolhas corresponde necessariamente à sua estrutura física e química. O átomo ou molécula individual se comporta em um ambiente definido e sob condições definidas, exatamente como sua estrutura o ordena. A velocidade e o caminho de seus movimentos e sua reação a qualquer encontro com fatores externos à sua própria natureza ou estrutura são estritamente determinados por essa natureza ou estrutura. Se alguém não aceita essa interpretação, cai-se na absurda suposição metafísica de que essas moléculas e átomos tenham livre-

arbítrio, no sentido em que as mais radicais e ingênuas doutrinas indeterministas atribuíram-no ao homem.

Bertrand Russell tenta ilustrar o problema comparando a posição da mecânica quântica em relação ao comportamento dos átomos com a de uma ferrovia em relação ao comportamento das pessoas que utilizam suas instalações. O recepcionista de Paddington pode descobrir, se ele escolher, que proporção de viajantes daquela estação vai para Birmingham, qual proporção de Exeter e assim por diante, mas ele não sabe nada dos motivos individuais que levam a uma escolha em um caso e outra escolha em outro. Mas Russell tem que admitir que os casos não são "totalmente análogos" porque o funcionário pode, em seus momentos não profissionais, descobrir coisas sobre seres humanos que não revelam quando estão recebendo bilhetes, enquanto o físico que observa átomos não tem essa vantagem.<sup>14</sup>

É característico do raciocínio de Russell que ele exemplifica seu caso, referindo-se à mente de um funcionário subalterno a quem é atribuída a execução invariável de um número estritamente limitado de operações simples. O que esse homem (cujo trabalho também poderia ser realizado por um autômato de vendas) pensa sobre coisas que transcendem a esfera estreita de seus deveres é inútil. Para os promotores que tomaram a iniciativa de avançar no projeto da ferrovia, para os capitalistas que investiram na empresa e para os gerentes que administram suas operações, os problemas envolvidos aparecem de uma maneira bem diferente. Eles construíram e operam a estrada porque antecipam o fato de que existem certas razões que induzirão um número de pessoas a viajar de um ponto de sua rota para outro. Eles conhecem as condições que determinam o comportamento dessas pessoas, sabem também que essas condições estão mudando e pretendem influenciar o tamanho e a direção dessas mudanças, a fim de preservar e aumentar sua clientela e os lucros da empresa. Sua conduta nos negócios não tem nada a ver com a confiança na existência de uma "lei estatística" mítica. Ele é guiado pela percepção de que existe uma demanda latente por instalações de viagens por parte de um número tão grande de pessoas que vale a pena satisfazê-lo pela operação de uma ferrovia. E eles estão plenamente conscientes do fato de que a quantidade de serviços que podem vender pode ser drasticamente reduzida um dia a tal ponto que seriam forçados a fechar o negócio.

---

<sup>14</sup> B. Russell, *Religião e Ciência* (Londres: Home University Library, 1936), pp. 152 e segs.

Bertrand Russell e todos os outros positivistas que se referem ao que chamam de "leis estatísticas" estão cometendo um erro grave ao comentar as estatísticas humanas, isto é, estatísticas que tratam de fatos da ação humana distintos dos fatos da fisiologia humana. Eles não levam em conta o fato de que todos esses números estatísticos estão mudando continuamente, às vezes mais, às vezes menos rapidamente. Não há nas avaliações humanas e, conseqüentemente, nas ações humanas, nenhuma regularidade como no campo investigado pelas ciências naturais. O comportamento humano é guiado por motivos, e o historiador que lida com o passado, bem como o empresário que pretende antecipar o futuro, deve tentar "entender" esse comportamento.<sup>15</sup>

Se os historiadores e os indivíduos atuantes não foram capazes de aplicar esse entendimento específico do comportamento de seus semelhantes, e se as ciências naturais e os indivíduos atuantes não estavam em posição de compreender algo sobre a regularidade na concatenação e sucessão de eventos naturais, o universo lhes pareceria um caos ininteligível e eles não poderiam inventar nenhum meio para alcançar fins. Não haveria raciocínio, conhecimento ou ciência, e não haveria influência intencional das condições ambientais por parte do homem.

As ciências naturais são possíveis apenas porque prevalece regularidade na sucessão de eventos externos. Certamente, existem limites para o que o homem pode aprender sobre a estrutura do universo. Existem inobserváveis e existem relações sobre as quais a ciência até agora não forneceu uma interpretação. Mas a consciência desses fatos não falsifica as categorias de regularidade e causalidade.

## **VI. O paradoxo do empirismo probabilístico**

O empirismo proclama que a experiência é a única fonte de conhecimento humano e rejeita como uma posse metafísica a ideia de que toda experiência pressupõe categorias *a priori*. Mas a partir de sua abordagem empírica, postula a possibilidade de eventos que nunca foram experimentados por nenhum homem. Assim, somos informados de que a física não pode excluir a possibilidade de que "quando você coloca um cubo de gelo em um copo de água, a água começa a ferver e o cubo de gelo fica tão frio quanto o interior de um gabinete de congelamento profundo".<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Sobre o "entendimento", veja abaixo as páginas 48 e segs.

<sup>16</sup> Cf. Reichenbach, op. cit., p. 162

No entanto, esse neoempirismo está longe de ser consistente na aplicação de sua doutrina. Se não há regularidade na natureza, nada justifica a distinção entre várias classes de coisas e eventos. Se alguém chama algumas moléculas de oxigênio e outras de nitrogênio, implica que cada membro dessas classes se comporte de maneira definida diferente do comportamento dos membros de outras classes. Se alguém assume que o comportamento de uma molécula individual pode se desviar do modo como outras moléculas se comportam, é preciso atribuí-lo a uma classe especial ou assumir que seu desvio foi induzido pela intervenção de algo ao qual outros membros de sua molécula classe não tinha sido exposta. Se alguém disser que não pode excluir a possibilidade "de algum dia as moléculas do ar em nosso quarto, por puro acaso,<sup>17</sup> organizem-se de forma que disponham as de oxigênio de um lado e as de nitrogênio de outro, implica-se que não há nada na natureza do oxigênio e do nitrogênio ou no ambiente em que eles residem que resulta na maneira como eles são distribuídos no ar. Supõe-se que o comportamento das moléculas individuais em todos os outros aspectos seja determinado por sua constituição, mas que eles são "livres" para escolher o local de sua habitação. Supõe-se arbitrariamente que uma das características das moléculas, a saber, seu movimento, não é determinada, enquanto todas as outras características são determinadas. Implica que existe algo na natureza das moléculas - somos tentados a dizer: em sua "alma" - que lhes dá a faculdade de "escolher" o caminho de suas andanças. Não se percebe que uma descrição completa do comportamento das moléculas também deva incluir seus movimentos. Teria que lidar com o processo que faz com que as moléculas de oxigênio e nitrogênio se associem da maneira que fazem no ar.

Se Reichenbach tivesse vivido como um contemporâneo de mágicos e homens da medicina tribal, ele teria argumentado: algumas pessoas sofrem com uma doença com sintomas definidos que os matam; outros permanecem saudáveis e vivos. Não sabemos de nenhum fator cuja presença possa causar sofrimento às pessoas atingidas e sua ausência causaria imunidade a outros. É óbvio que esses fenômenos não podem ser tratados cientificamente se você se apegar ao conceito supersticioso de causalidade. Tudo o que podemos saber sobre eles é a "lei estatística" de que X% da população foi atingida e o resto não.

---

<sup>17</sup> Ibid., P. 161

## VII. Materialismo

O determinismo deve ser claramente distinguido do materialismo. O materialismo declara que os únicos fatores que produzem mudanças são aqueles acessíveis à investigação pelos métodos das ciências naturais. Isso não nega necessariamente o fato de que ideias humanas, julgamentos de valor e volições também são reais e podem produzir mudanças definidas. Mas, na medida em que não nega isso, afirma que esses fatores "ideais" são o resultado inevitável de eventos externos que necessariamente geram na estrutura corporal das reações definitivas dos homens. É apenas uma deficiência do estado atual das ciências naturais que nos impede de imputar todas as manifestações da mente humana aos eventos materiais - físicos, químicos, biológicos e fisiológicos - que os provocaram. Um conhecimento mais perfeito, eles dizem, mostrará como os fatores materiais necessariamente produziram no homem Mohammed a religião muçulmana; no homem Descartes, a geometria analítica; e no homem Racine, *Fedra*.

É inútil discutir com os defensores de uma doutrina que apenas estabelece um programa sem indicar como ele poderia ser efetivado. O que pode ser feito e deve ser feito é divulgar como seus precursores se contradizem e quais conseqüências devem resultar de sua aplicação consistente.

Se o surgimento de toda ideia deve ser tratado como se lida com o surgimento de todos os outros eventos naturais, não é mais permitido distinguir entre proposições verdadeiras e falsas. Então, os teoremas de Descartes não são nem melhores nem piores do que os erros de Pedro, um candidato insípido para um diploma, em seu exame. Os fatores materiais não podem errar. Eles produziram no homem Descartes a geometria e no homem Pedro algo que seu professor, não iluminado pelo evangelho do materialismo, considera absurdo. Mas o que autoriza esse professor a julgar a natureza? Quem são os filósofos materialistas para condenar o que os fatores materiais produziram nos corpos dos filósofos "idealistas".

Seria inútil para os materialistas apontar para a distinção do pragmatismo entre o que funciona e o que não funciona. Pois essa distinção introduz na cadeia de raciocínio um fator estranho às ciências naturais, a saber, a *finalidade*. Uma doutrina ou proposição funciona se a conduta dirigida por ela produz o fim pretendido. Mas a escolha do fim é determinada por ideias, é em si um fato mental. Assim também é o julgamento de se o fim escolhido foi ou não alcançado. Para o

materialismo consistente, não é possível distinguir entre ação intencional e vida meramente vegetativa.

Os materialistas pensam que sua doutrina apenas elimina a distinção entre o que é moralmente bom e moralmente ruim. Eles falham em ver que isso não menos elimina qualquer diferença entre o que é verdadeiro e o que é falso e, assim, priva todos os atos mentais de qualquer significado. Se houver entre as "coisas reais" do mundo externo e os atos mentais, nada que possa ser encarado como essencialmente diferente da operação das forças descritas pelas ciências naturais tradicionais, então devemos aturar esses fenômenos mentais no mundo da mesma maneira que reagimos a eventos naturais. Para uma doutrina que afirma que os pensamentos estão na mesma relação com o cérebro em que a bÍlis está com o fÍgado,<sup>18</sup> não é mais permitido distinguir entre ideias verdadeiras e falsas do que entre bÍlis verdadeira e falsa.

### **VIII. O absurdo de qualquer filosofia materialista**

As dificuldades intransponÍveis encontradas em qualquer interpretação materialista da realidade podem ser mostradas em uma análise da filosofia materialista mais popular, o materialismo dialéctico marxista.

Certamente, o que se chama materialismo dialéctico não é uma doutrina materialista genuÍna. Em seu contexto, o fator que produz todas as mudanças nas condições ideológicas e sociais da história do homem são as "*forças produtivas materiais*". Nem Marx nem nenhum de seus seguidores definiram esse termo. Mas de todos os exemplos que eles forneceram, é preciso inferir que o que eles tinham em mente eram as ferramentas, máquinas e outros artefatos que os homens empregam em suas atividades produtivas. No entanto, esses instrumentos não são, em si mesmos, coisas materiais fundamentais, mas produtos de um processo mental intencional.<sup>19</sup> Mas o marxismo é a única tentativa de levar uma doutrina materialista ou quase materialista além da mera enunciação de um princípio metafísico e deduzir dela todas as outras manifestações da mente humana. Portanto, devemos nos referir a ele, se queremos mostrar a falha fundamental do materialismo.

---

<sup>18</sup> Karl Vogt, *Köhlerglaube und Wissenschaft* (2ª ed.; Giessen, 1855), p. 32

<sup>19</sup> Cf. Mises, *Teoria e História*, pp. 108 e segs.

Na visão de Marx, as forças produtivas materiais produzem - independentemente da vontade dos homens - as "relações de produção", isto é, o sistema social das leis de propriedade e sua "superestrutura ideológica", isto é, as questões jurídicas, políticas, religiosas, etc. ideias artísticas ou filosóficas.<sup>20</sup> Nesse esquema, ação e vontade são atribuídas às forças produtivas materiais. Eles querem atingir um objetivo definido, isto é, querem se libertar de grilhões que estão dificultando seu desenvolvimento. Os homens se enganam quando acreditam que eles próprios estão pensando, recorrendo a julgamentos de valor e agindo. De fato, as relações de produção, o efeito necessário do estágio predominante das forças produtivas materiais, estão determinando suas ideias, volições e ações. Todas as mudanças históricas são produzidas em última análise pelas mudanças nas forças produtivas materiais, que - como Marx implica implicitamente - são independentes da influência humana. Todas as ideias humanas são a superestrutura adequada das forças produtivas materiais. Essas forças visam, finalmente, o estabelecimento do socialismo, uma transformação que está prestes a acontecer "com a inexorabilidade de uma lei da natureza".

Agora, por uma questão de argumento, admitamos que as forças produtivas materiais têm uma constituição tal que estão continuamente tentando se libertar dos grilhões ao desenvolverem-se. Mas por que, dessas tentativas, deve surgir o primeiro capitalismo e, numa fase posterior de seu desenvolvimento, o socialismo? Essas forças refletem sobre seus próprios problemas e finalmente chegam à conclusão de que as relações de propriedade existentes, por terem sido formas de seu próprio desenvolvimento (a saber, as forças), se transformaram em grilhões<sup>21</sup>e, portanto, não correspondem mais ("*entsprechen*") até o estágio atual de seu desenvolvimento (a saber, as forças)?<sup>22</sup> E eles, com base nesse insight, resolvem que esses grilhões precisam "explodir em pedaços" e então procedem à ação que os faz explodir em pedaços? E eles determinam que novas relações de produção devem substituir as que estão estouradas?

O absurdo de atribuir esse pensamento e agir às forças produtivas materiais é tão flagrante que o próprio Marx prestou pouca atenção à sua famosa doutrina quando mais tarde, em seu tratado principal, *Do Capital*, ele tornou mais específico seu prognóstico sobre a vinda do socialismo. Aqui ele se refere não apenas à ação por parte das forças produtivas materiais. Ele fala das massas

---

<sup>20</sup> Cf. Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Oekonomie*, org. Kautsky (Stuttgart, 1897), pp. X-xii.

<sup>21</sup> Marx, op. cit., p. XI.

<sup>22</sup> Marx e Engels, *O Manifesto Comunista*, I.

proletárias que, insatisfeitas com o empobrecimento progressivo que o capitalismo supostamente traz sobre elas, visam o socialismo, obviamente porque o consideram um sistema mais satisfatório.<sup>23</sup>

Toda variedade de metafísica materialista ou quase materialista deve implicar a conversão de um fator inanimado em um quase homem e atribuir a ele o poder de pensar, emitir julgamentos de valor, escolher fins e recorrer a meios para atingir os fins escolhidos; deve mudar a faculdade especificamente humana de agir para uma entidade não humana que dota implicitamente de inteligência e discernimento humanos. Não há como eliminar de uma análise do universo qualquer referência à mente. Aqueles que tentam simplesmente substituem a realidade por um fantasma de sua própria invenção.

Do ponto de vista de seu materialismo professado - e, a esse respeito, do ponto de vista de qualquer doutrina materialista - Marx não tinha o direito de rejeitar como falsas quaisquer doutrinas desenvolvidas por aqueles com quem ele discordava. Seu materialismo teria ordenado a ele um tipo de reconhecimento apático de qualquer opinião e uma prontidão para anexar a toda ideia promovida por um ser humano o mesmo valor que a qualquer outra ideia promovida por outra pessoa. Para escapar de uma conclusão tão derrotista, Marx recorreu ao seu esquema de filosofia da história. Ele fingiu que, por força de um carisma especial, negado a outros mortais, ele teve uma revelação que lhe dizia que curso a história deve necessariamente e inevitavelmente seguir. A história leva ao socialismo. O significado da história, o propósito para o qual o homem foi criado (não se diz, por quem) é realizar o socialismo. Não há necessidade de prestar atenção às ideias de pessoas a quem esta mensagem não chegou ou que se recusam teimosamente a acreditar nela.

O que a epistemologia tem que aprender com esse estado de coisas é esta: qualquer doutrina que ensina que algumas forças "reais" ou "externas" escrevem sua própria história na mente humana e, assim, tenta reduzir a mente humana a um aparato que transforma a "realidade" em ideias da maneira pela qual os órgãos digestivos assimilam os alimentos não conseguem distinguir entre o que é verdadeiro e o que não é. A única maneira de evitar um ceticismo radical que não tem meios de filtrar a verdade da falsidade nas ideias é distinguir entre homens

---

<sup>23</sup> Marx, *Das Kapital* (7ª ed.; Hamburgo, 1914), vol. Eu, cap. xxiv, p. 728. Para uma análise crítica dessa argumentação, ver Mises, *Theory and History*, pp. 102 e segs.

"bons", isto é, aqueles que estão equipados com a faculdade de julgar em conformidade com o misterioso poder sobre-humano que dirige todos os assuntos do universo e homens "maus", que não possuem essa faculdade. Deve considerar inútil qualquer tentativa de mudar as opiniões dos homens "maus" por raciocínio discursivo e persuasão. O único meio de pôr fim ao conflito de ideias antagônicas é exterminar os homens "maus", ou seja, os portadores de ideias diferentes das dos homens "bons". Assim, o materialismo finalmente gera os mesmos métodos de lidar com a dissidência que os tiranos usavam sempre e em qualquer lugar.

Ao estabelecer esse fato, a epistemologia fornece uma pista para a compreensão da história de nossa era.

## Capítulo 2

# A Base Ativista do Conhecimento

---

### I. Homem e Ação

A característica do homem é a ação. O homem tem como objetivo alterar algumas das condições de seu ambiente, a fim de substituir um estado de coisas que menos lhe convém por outro estado que mais lhe convém. Todas as manifestações de vida e comportamento em relação às quais o homem difere de todos os outros seres e coisas conhecidas por ele são exemplos de ação, e só podem ser tratadas pelo que podemos chamar de ponto de vista ativista. O estudo do homem, na medida em que não é biologia, começa e termina com o estudo da ação humana.

Ação é conduta intencional. Não é apenas comportamento, mas comportamento gerado por julgamentos de valor, visando um fim definido e guiado por ideias relativas à adequação ou inadequação de meios definidos. É impossível lidar com isso sem as categorias de causalidade e finalidade. É um comportamento consciente. Está fazendo escolhas. É volição; é uma demonstração da vontade.

Às vezes, a ação é vista como a variedade humana da luta pela sobrevivência comum a todos os seres vivos. No entanto, o termo "luta pela sobrevivência" aplicado a animais e plantas é uma metáfora. Seria um erro inferir algo de seu uso. Ao aplicar literalmente o termo luta a animais e plantas, seria atribuído a eles o poder de tomar consciência de fatores que ameaçam sua existência, a vontade de preservar sua própria integridade e a faculdade mental de encontrar meios para sua preservação.

Visto do ponto de vista ativista, o conhecimento é uma ferramenta de ação. Sua função é aconselhar o homem como proceder em seus esforços para remover o desconforto. Nos estágios mais altos da evolução do homem, desde as condições da Idade da Pedra até as da era do capitalismo moderno, a inquietação também é sentida pela mera prevalência da ignorância em relação à natureza e ao significado de todas as coisas, independentemente do conhecimento sobre essas coisas

fundamentais seriam úteis para qualquer planejamento tecnológico. Viver em um universo com cuja estrutura final e real não se conhece, cria em si um sentimento de ansiedade. Remover essa angústia e dar aos homens certeza sobre as últimas coisas tem sido desde os primeiros dias a preocupação da religião e da metafísica. Mais tarde, a filosofia do Iluminismo e suas escolas afiliadas prometeram que as ciências naturais resolveriam todos os problemas envolvidos. De qualquer forma, é fato que refletir sobre a origem e a essência das coisas, a natureza do homem e seu papel no universo, é uma das preocupações de muitas pessoas. Visto por esse ângulo, a pura busca de conhecimento, não motivada pelo desejo de melhorar as condições externas da vida, também é ação, isto é, um esforço para alcançar um estado de coisas mais desejável.

Outra questão é se a mente humana está preparada para a solução completa dos problemas envolvidos. Pode-se argumentar que a função biológica da razão é auxiliar o homem em sua luta pela sobrevivência e a remoção do desconforto. Dizem que qualquer passo além dos limites traçados por essa função leva a fantásticas especulações metafísicas que não são suscetíveis de demonstração nem de refutação. A onisciência é para sempre negada ao homem. Toda busca pela verdade deve, mais cedo ou mais tarde, mas inevitavelmente, levar a um dado irredutível.<sup>24</sup>

A categoria de ação é a categoria fundamental do conhecimento humano. Implica todas as categorias de lógica e a categoria de regularidade e causalidade. Implica a categoria de tempo e a de valor. Ela abrange todas as manifestações específicas da vida humana, distintas das manifestações da estrutura fisiológica do homem que ele tem em comum com todos os outros animais. Ao agir, a mente do indivíduo se vê diferente de seu ambiente, o mundo externo, e tenta estudar esse ambiente, a fim de influenciar o curso dos eventos que acontecem nele.

## **II. Finalidade**

O que distingue o campo da ação humana do campo dos eventos externos investigados pelas ciências naturais é a categoria da finalidade. Não sabemos de nenhuma causa final operando no que chamamos de natureza. Mas sabemos que o homem visa metas definidas escolhidas propositadamente. Nas ciências naturais buscamos relações constantes entre diversos eventos. No trato com a ação

---

<sup>24</sup> Veja abaixo, p. 53

humana, buscamos os fins que o ator deseja ou desejou alcançar e o resultado que sua ação trouxe ou trará.

A distinção clara entre um campo de realidade sobre o qual o homem não pode aprender outra coisa senão que é caracterizado por uma regularidade na concatenação e sucessão de eventos e um campo no qual ocorre a busca proposital de fins escolhidos é uma realização de uma longa evolução. O homem, ele mesmo um ser atuante, foi primeiro inclinado a explicar todos os eventos como a manifestação da ação dos seres agindo de uma forma que não era essencialmente diferente da sua. O animismo atribuiu a todas as coisas do universo a faculdade de ação. Quando a experiência levou as pessoas a abandonar essa crença, ainda se presumia que Deus ou a natureza age de uma forma não diferente das formas da ação humana. A emancipação desse antropomorfismo é um dos fundamentos epistemológicos da ciência natural moderna.

A filosofia positivista, que hoje se denomina também filosofia científica, acredita que esta rejeição do finalismo pelas ciências naturais implica a refutação de todas as doutrinas teológicas, bem como dos ensinamentos das ciências da ação humana. Pretende que as ciências naturais podem resolver todos os "enigmas do universo" e fornecer uma resposta supostamente científica a todas as questões que podem perturbar a humanidade.

No entanto, as ciências naturais não contribuíram e não podem contribuir em nada para o esclarecimento daqueles problemas com os quais a religião tenta lidar. O repúdio ao antropomorfismo ingênuo que imaginava um ser supremo tanto como ditador quanto como relojoeiro foi uma conquista da teologia e da metafísica. Com respeito à doutrina de que Deus é totalmente diferente do homem e que sua essência e natureza não podem ser apreendidas pelo homem mortal, as ciências naturais e uma filosofia derivada delas nada têm a dizer. O transcendente está além do domínio sobre o qual a física e a fisiologia transmitem informações. A lógica não pode provar nem refutar o cerne das doutrinas teológicas. Tudo o que a ciência - além da história - pode fazer a esse respeito é expor as falácias da magia e das superstições e práticas fetichistas.

Ao negar a autonomia das ciências da ação humana e sua categoria de causas finais, o positivismo enuncia um postulado metafísico que não pode substanciar com nenhuma das descobertas dos métodos experimentais das ciências naturais. É um passatempo gratuito aplicar à descrição do

comportamento do homem os mesmos métodos que as ciências naturais aplicam para lidar com o comportamento dos ratos ou do ferro. Os mesmos eventos externos produzem em homens diferentes e nos mesmos homens em momentos diferentes reações diferentes. As ciências naturais ficam impotentes diante dessa "irregularidade". Seus métodos podem lidar apenas com eventos que são governados por um padrão regular. Além disso, eles não têm nenhum espaço para os conceitos de significado, de valoração e de fins.

### **III. Valoração**

Valorizar é a reação emocional do homem aos vários estados de seu meio ambiente, tanto o do mundo externo quanto o das condições fisiológicas de seu próprio corpo. O homem distingue entre estados mais e menos desejáveis, como os otimistas podem expressar, ou entre males maiores e menores, como os pessimistas estão dispostos a dizer. Ele age quando acredita que a ação pode resultar na substituição de um estado menos desejável por um mais desejável.

O fracasso das tentativas de aplicar os métodos e os princípios epistemológicos das ciências naturais aos problemas da ação humana é causado pelo fato de essas ciências não possuírem um instrumento para lidar com a valoração. Na esfera dos fenômenos que estudam, não há espaço para nenhum comportamento intencional. O próprio físico e sua pesquisa física são entidades fora da órbita que investiga. Os julgamentos de valor não podem ser percebidos pelas atitudes observacionais do experimentador e não podem ser descritos nas sentenças protocolares da linguagem da física. No entanto, eles são, também do ponto de vista das ciências naturais, fenômenos reais, pois são um elo necessário em cadeias de eventos que produzem fenômenos físicos definidos.

O físico pode rir hoje da doutrina que interpretava certos fenômenos como o efeito de um *horror vacui*. Mas ele falha em perceber que os postulados do panfiscalismo não são menos ridículos. Se alguém elimina qualquer referência a julgamentos de valor, é impossível dizer algo sobre as ações do homem, ou seja, sobre todo o comportamento que não é meramente a consumação de processos fisiológicos que ocorrem no corpo humano.

### **IV. A quimera da Ciência Unificada**

O objetivo de todas as marcas de positivismo é silenciar as ciências da ação humana. Por uma questão de argumento, podemos nos abster de analisar as contribuições do positivismo para a epistemologia das ciências naturais, tanto no

que diz respeito à sua originalidade quanto à sua solidez. Tampouco precisamos nos deter por muito tempo nos motivos que incitaram os ataques apaixonados dos autores positivistas ao "procedimento não científico" da economia e da história. Eles estão defendendo reformas políticas, econômicas e culturais definidas que, como eles acreditam, trarão a salvação da humanidade e o estabelecimento da bem-aventurança eterna. Como não podem refutar a crítica devastadora que seus planos fantásticos receberam por parte dos economistas, eles querem suprimir a "ciência sombria".

A questão de saber se o termo "ciência" deve ser aplicado apenas às ciências naturais ou também à praxeologia e à história é meramente linguística e sua solução difere com o uso de várias línguas. Em inglês, o termo ciência para muitas pessoas refere-se apenas às ciências naturais.<sup>25</sup> Em alemão costuma-se falar de uma *Geschichtswissenschaft* e chamar vários ramos da história *Wissenschaft*, como *Literaturwissenschaft*, *Sprachwissenschaft*, *Kunstwissenschaft*, *Kriegswissenschaft*. Pode-se descartar o problema como meramente verbal, uma discussão fútil sobre palavras.

Auguste Comte postulou uma ciência empírica da sociologia que, modelada a partir do esquema da mecânica clássica, deveria lidar com as leis da sociedade e os fatos sociais. As muitas centenas e milhares de adeptos de Comte se autodenominam sociólogos e os livros que estão publicando são contribuições à sociologia. Na verdade, eles lidam com vários capítulos da história até agora mais ou menos negligenciados e, em geral, procedem de acordo com os métodos bem testados de pesquisa histórica e etnológica. É irrelevante que mencionem no título dos seus livros a época e a zona geográfica de que tratam. Seus estudos "empíricos" necessariamente sempre se referem a uma época definida da história e descrevem fenômenos que passam a existir, mudam e desaparecem com o passar do tempo.

Não há como confirmar ou rejeitar pelo raciocínio discursivo as ideias metafísicas que estão na base do programa descaradamente anunciado da "Ciência Unificada", conforme exposto na Enciclopédia Internacional da Ciência Unificada, a escritura sagrada do positivismo lógico, panfiscalismo e empirismo intolerante.

---

<sup>25</sup> Diz RG Collingwood ( *The Idea of History* [Oxford, 1946], p. 249): "Há um uso de gíria, como aquele para o qual 'hall' significa um music hall ou 'imagens' imagens em movimento, segundo as quais 'ciência' significa ciência natural." Mas "na tradição do discurso europeu ... continuando ininterrupta até os dias atuais, a palavra 'ciência' significa qualquer corpo organizado de conhecimento." Sobre o uso francês, ver Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie* (5ª ed. : Paris, 1947), pp. 933-40.

Paradoxalmente, essas doutrinas, que começaram com uma rejeição radical da história, nos pedem que consideremos todos os eventos como parte do assunto de uma história cósmica abrangente. O que sabemos sobre eventos naturais, por exemplo, o comportamento do sódio e das alavancas, pode, como dizem, ser válido apenas para o período de agregação cósmica em que nós vivemos e as gerações anteriores de cientistas. Não há razão alguma para atribuir às afirmações químicas e mecânicas "qualquer tipo de universalidade" em vez de tratá-las como históricas.<sup>26</sup> Vistas desse ponto de vista, as ciências naturais se transformam em um capítulo da história cósmica. Não há conflito entre o fiscalismo e a história cósmica.

Devemos admitir que nada sabemos sobre as condições em um período da história cósmica para o qual as afirmações do que chamamos em nosso período de ciências naturais não serão mais válidas. Ao falar sobre ciência e conhecimento, temos em mente apenas as condições que nossa vida, pensamento e ação nos permitem investigar. O que está além das condições desse estado de coisas - talvez temporariamente limitado - é para nós uma região desconhecida e incognoscível. Naquele setor do universo acessível à nossa mente perscrutadora, prevalece um dualismo na sucessão e concatenação dos eventos. Existe, por um lado, o campo dos acontecimentos externos, do qual só podemos aprender que prevalecem relações mútuas constantes entre eles, e existe o campo da ação humana, sobre o qual nada podemos aprender sem recorrer à categoria de finalidade. Todas as tentativas de desconsiderar esse dualismo são ditadas por preconceitos metafísicos arbitrários, trazem à tona apenas tolices e são inúteis para a ação prática.

A diferença que existe em nosso ambiente entre o comportamento do sódio e o de um autor que em seus escritos se refere ao sódio não pode ser eliminada por qualquer referência à possibilidade de que houve ou haverá nos períodos futuros da história cósmica sobre o condições das quais nada sabemos. Todo nosso conhecimento deve levar em conta o fato de que, em relação ao sódio, nada sabemos sobre as causas finais que direcionam seu comportamento, ao passo que sabemos que o homem, por exemplo, ao escrever um ensaio sobre o sódio, visa fins definidos. As tentativas de behaviorismo (ou "behavioristas")<sup>27</sup> para lidar com a ação humana de acordo com o esquema estímulo-resposta falharam

---

<sup>26</sup> Otto Neurath, *Foundations of the Social Sciences* ( *International Encyclopedia of Unified Science* , Vol. II, No. 1 [3ª impressão; University of Chicago Press, 1952]), p. 9

<sup>27</sup> *Ibidem* , p. 17

lamentavelmente. É impossível descrever qualquer ação humana se não nos referirmos ao significado que o agente homem vê no estímulo, bem como no final que sua resposta visa.

Sabemos também o fim que impulsiona os campeões de todos esses modismos que hoje desfilam sob o nome de Ciência Unificada. Seus autores são movidos pelo complexo ditatorial. Eles querem lidar com seus semelhantes da mesma forma que um engenheiro lida com os materiais com os quais constrói casas, pontes e máquinas. Eles querem substituir a "engenharia social" pelas ações de seus concidadãos e seu próprio plano abrangente e exclusivo para os planos de todas as outras pessoas. Eles se veem no papel do ditador - o *duce*, o *Führer*, o *czar* da produção - em cujas mãos todos os outros espécimes da humanidade são meros peões. Se eles se referem à sociedade como um agente ativo, eles se referem a si mesmos. Se eles dizem que a ação consciente da sociedade deve ser substituída pela anarquia prevalecente do individualismo, eles se referem apenas à sua própria consciência e não a de qualquer outra pessoa.

## V. Os dois ramos das ciências da ação humana

Existem dois ramos das ciências da ação humana: a praxeologia de um lado, a história do outro.

A praxeologia é *a priori*. Parte da categoria de ação *a priori* e desenvolve a partir dela tudo o que ela contém. Por razões práticas, a praxeologia em regra não dá muita atenção aos problemas que não servem para o estudo da realidade da ação do homem, mas restringe seu trabalho aos problemas que são necessários para a elucidação do que está acontecendo na realidade. Sua intenção é lidar com a ação que ocorre sob condições que o agente homem tem de enfrentar. Isso não altera o caráter puramente apriorístico da praxeologia. Apenas circunscreve o campo que os praxeologistas costumam escolher para seu trabalho. Eles se referem à experiência apenas para separar aqueles problemas que são de interesse para o estudo do homem como ele realmente é e age de outros problemas que oferecem um interesse meramente acadêmico. A resposta à questão de saber se teoremas definidos da praxeologia se aplicam ou não a um problema definido de ação depende do estabelecimento do fato se as suposições especiais que caracterizam este teorema têm algum valor para a cognição da realidade. Com certeza, não depende da resposta à questão se essas suposições correspondem ou não ao estado real das coisas que os praxeólogos desejam investigar. As construções imaginárias que são a principal - ou, como algumas

peças preferem dizer, a única - ferramenta mental da praxeologia descrevem condições que nunca podem estar presentes na realidade da ação. No entanto, eles são indispensáveis para conceber o que está acontecendo nesta realidade.<sup>28</sup>

Seguindo na esteira das análises de Kant, os filósofos levantaram a questão: como pode a mente humana, pelo pensamento apriorístico, lidar com a realidade do mundo externo? No que diz respeito à praxeologia, a resposta é óbvia. Ambos, pensamento e raciocínio *a priori* de um lado, e ação humana do outro, são manifestações da mente humana. A estrutura lógica da mente humana cria a realidade da ação. Razão e ação são congêneres e homogêneas, dois aspectos do mesmo fenômeno. Nesse sentido, podemos aplicar à praxeologia a máxima de Empédocles: *similia similibus percipiuntur* — há conhecimento do semelhante pelo semelhante.

Alguns autores levantaram a questão um tanto superficial de como um praxeologista reagiria a uma experiência que contradiz os teoremas de sua doutrina apriorística. A resposta é: da mesma forma que um matemático reagirá à "experiência" de que não há diferença entre duas maçãs e sete maçãs ou um lógico à "experiência" que A e não-A são idênticos. A experiência relativa à ação humana pressupõe a categoria da ação humana e tudo o que dela deriva. Se não se refere ao sistema do *a priori* praxeológico, não se deve e não se pode falar de ação, mas apenas de eventos que devem ser descritos em termos das ciências naturais. A consciência dos problemas que preocupam as ciências da ação humana é condicionada pela familiaridade com as categorias *a priori* da praxeologia. A propósito, podemos também observar que qualquer experiência no campo da ação humana é especificamente experiência histórica, ou seja, a experiência de fenômenos complexos, que nunca pode falsificar qualquer teorema da maneira que um experimento de laboratório pode fazer com relação às declarações das ciências naturais.

Até agora, a única parte da praxeologia que se desenvolveu em um sistema científico é a **economia**. Um filósofo polonês, Tadeusz Kotarbinski, está tentando desenvolver um novo ramo da praxeologia, a teoria praxeológica do conflito e da guerra, em oposição à teoria da cooperação ou economia.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Mises, *Human Action*, pp. 237ss.

<sup>29</sup> T. Kotarbinski, "Considérations sur la théorie générale de la lutte," Apêndice de *Z Zagadnien Ogólnej Teorii Walki* (Varsóvia, 1938), pp. 65-92; o mesmo autor, "Idée de la methodologie générale praxeologie", *Travaux du IXe Congrès International de Philosophie* (Paris, 1937), IV, 190-94. A teoria

O outro ramo das ciências da ação humana é a história. Compreende a totalidade dos eventos vividos sobre a ação humana. É o registro metodicamente organizado da ação humana, a descrição dos fenômenos como aconteceram, a saber, no passado. O que distingue as descrições da história daquelas das ciências naturais é que elas não são interpretadas à luz da categoria da regularidade. Quando o físico diz: se A encontra B, o resultado é C, ele quer, independentemente do que os filósofos possam dizer, afirmar que C surgirá sempre e onde quer que A encontrar B sob condições análogas. Quando o historiador se refere à batalha de Canas, ele sabe que está falando sobre o passado e que essa batalha em particular nunca mais será travada.

A experiência é uma atividade mental uniforme. Não existem dois ramos diferentes de experiência, um utilizado nas ciências naturais, o outro na pesquisa histórica. Cada ato de experiência é uma descrição do que aconteceu em termos do equipamento lógico e praxeológico do observador e seu conhecimento das ciências naturais. É a atitude do observador que interpreta a experiência adicionando-a ao seu próprio estoque de fatos experimentados já previamente acumulado. O que distingue a experiência do historiador daquela do naturalista e do físico é que ele busca o significado que o evento teve ou tem para aqueles que foram instrumentais em sua realização ou foram afetados por seu acontecimento.

As ciências naturais desconhecem as causas finais. Pois a finalidade da praxeologia é a categoria fundamental. Mas a praxeologia abstrai do conteúdo concreto dos fins que os homens visam. É uma história que trata dos fins concretos. Para a história a questão central é: qual foi o significado que os atores atribuíram à situação em que se encontravam e qual foi o significado de sua reação e, por fim, qual foi o resultado dessas ações? A autonomia da história ou, podemos dizer, das várias disciplinas históricas consiste em sua dedicação ao estudo do significado.

Talvez não seja supérfluo enfatizar repetidamente que, quando os historiadores dizem "significado", eles se referem ao significado que os homens individuais - os próprios atores e aqueles afetados por suas ações ou os historiadores - viram nas ações. A história como tal nada tem em comum com o

ponto de vista das filosofias da história que pretendem saber o significado que Deus ou um quase-Deus - como as forças produtivas materiais no esquema de Marx - atribui aos vários eventos.

## **VI. O caráter lógico da praxeologia**

A praxeologia é *a priori*. Todos os seus teoremas são produtos do raciocínio dedutivo que parte da categoria de ação. As questões de saber se os julgamentos da praxeologia devem ser chamados analíticos ou sintéticos e se seu procedimento deve ou não ser qualificado como "meramente" tautológico são de interesse apenas verbal.

O que a praxeologia afirma com relação à ação humana em geral é estritamente válido sem nenhuma exceção para cada ação. Há ação e há ausência de ação, mas não há nada no meio. Toda ação é uma tentativa de trocar um estado de coisas por outro, e tudo o que a praxeologia afirma a respeito da troca refere-se estritamente a ela. Ao lidar com cada ação, encontramos os conceitos fundamentais fim e meio, sucesso ou fracasso, lucro ou perda, custos. A troca pode ser direta ou indireta, ou seja, efetuada por meio da interposição de uma etapa intermediária. Se uma ação definida foi uma troca indireta, isso deve ser determinado pela experiência. Mas se foi troca indireta, então tudo o que a praxeologia diz sobre troca indireta em geral se aplica estritamente a ela.

Todo teorema da praxeologia é deduzido pelo raciocínio lógico da categoria da ação. Ele compartilha da certeza apodítica fornecida pelo raciocínio lógico que parte de uma categoria *a priori*.

Na cadeia do raciocínio praxeológico, o praxeologista introduz certos pressupostos relativos às condições do ambiente em que uma ação ocorre. Em seguida, ele tenta descobrir como essas condições especiais afetam o resultado a que seu raciocínio deve conduzir. A questão de saber se as condições reais do mundo externo correspondem ou não a essas suposições deve ser respondida pela experiência. Mas se a resposta for afirmativa, todas as conclusões tiradas pelo raciocínio praxeológico logicamente correto descrevem estritamente o que está acontecendo na realidade.

## **VII. O caráter lógico da história**

A história no sentido mais amplo do termo é a totalidade da experiência humana. História é experiência e toda experiência é histórica. A história

compreende também toda a experiência das ciências naturais. O que caracteriza as ciências naturais como tais é o fato de abordarem o material da experiência com a categoria de uma regularidade estrita na sucessão de eventos. História no sentido mais restrito do termo, ou seja, a totalidade da experiência relativa à ação humana, não deve e não se refere a essa categoria. Isso o distingue epistemologicamente das ciências naturais.

A experiência é sempre uma experiência do passado. Não há experiência nem história do futuro. Seria desnecessário repetir esse truísmo se não fosse pelo problema da previsão de negócios pelos estatísticos, sobre o qual algo será dito mais tarde.<sup>30</sup>

A história é o registro das ações humanas. Estabelece o fato de que os homens, inspirados por determinadas ideias, fizeram determinados julgamentos de valor, escolheram determinados fins e recorreram a determinados meios a fim de atingir os fins escolhidos, e trata, além disso, do resultado de suas ações, o estado de coisas a ação provocada.

O que distingue as ciências da ação humana das ciências naturais não são os eventos investigados, mas a maneira como são vistos. O mesmo evento parece diferente quando visto à luz da história e quando visto à luz da física ou da biologia. O que interessa ao historiador em um caso de homicídio ou incêndio não é o que interessa ao fisiologista ou ao químico se eles não atuam como peritos de um tribunal. Para o historiador, os eventos do mundo externo estudados pelas ciências naturais contam apenas na medida em que afetam a ação humana ou são produzidos por ela.

O dado irreduzível na história é chamado individualidade. Quando o historiador chega a um ponto além do qual não pode ir mais longe, ele se refere à individualidade. Ele "explica" um evento - a origem de uma ideia ou o desempenho de uma ação - remontando-o à atividade de um homem ou de uma multidão de homens. Aqui ele enfrenta a barreira que impede as ciências naturais de lidar com as ações dos homens, a saber, nossa incapacidade de aprender como eventos externos definidos produzem nas mentes dos homens reações definidas, isto é, ideias e volições.

---

<sup>30</sup> Veja abaixo, p. 67

Tentativas inúteis têm sido feitas para rastrear a ação humana até fatores que podem ser descritos pelos métodos das ciências naturais. Ressaltando o fato de que o desejo de preservar a própria vida e de propagar a própria espécie está embutido em cada criatura, a fome e o sexo foram proclamados como as principais ou mesmo como as únicas fontes da ação humana. No entanto, não se poderia negar que prevalecem diferenças consideráveis entre a maneira como esses impulsos biológicos afetam o comportamento do homem e dos seres não humanos e que o homem, além de almejar a satisfação de seus impulsos animais, também pretende atingir outros fins que são especificamente humano e, portanto, geralmente denominado fins superiores. Nunca foi esquecido pelos historiadores que a estrutura fisiológica do corpo humano - em primeiro lugar os apetites da barriga e das glândulas sexuais - afeta as escolhas do agente homem. Afinal, o homem é um animal. Mas ele é o animal atuante; ele escolhe entre fins conflitantes. É precisamente este o tema da praxeologia e da história.

### **VIII. O método timológico**

O ambiente em que o homem atua é moldado por eventos naturais, por um lado, e pela ação humana, por outro. O futuro para o qual ele planeja será codeterminado pelas ações de pessoas que estão planejando e agindo como ele. Se ele deseja ter sucesso, deve antecipar sua conduta.

A incerteza do futuro é causada não apenas pela incerteza sobre as ações futuras de outras pessoas, mas também pelo conhecimento insuficiente sobre muitos eventos naturais que são importantes para a ação. A meteorologia fornece algumas informações sobre os fatores que determinam as condições atmosféricas; mas esse conhecimento, na melhor das hipóteses, permite ao especialista prever o tempo com certa probabilidade por alguns dias, nunca por períodos mais longos. Existem outros campos em que a previsão do homem é ainda mais limitada. Tudo o que o homem pode fazer ao lidar com tais condições insuficientemente conhecidas é usar o que as ciências naturais lhe dão, por mais escasso que seja.

Radicalmente diferentes dos métodos aplicados para lidar com eventos naturais são aqueles aos quais o homem recorre ao antecipar a conduta de seus semelhantes. A filosofia e a ciência por muito tempo prestaram pouca atenção a esses métodos. Eles foram considerados não científicos e indignos de nota por parte de pensadores sérios. Quando os filósofos começaram a lidar com eles, eles os chamaram de psicológicos. Mas este termo tornou-se impróprio quando as técnicas de psicologia experimental foram desenvolvidas e quase tudo o que as

gerações anteriores chamaram de psicologia foi rejeitado como não científico ou atribuído a uma classe de atividades desdenhosamente denominadas de "mera literatura" ou "psicologia literária".

Na verdade, a psicologia experimental não tem nada a dizer e nunca disse nada sobre os problemas que as pessoas têm em mente quando se referem à psicologia no que diz respeito às ações de seus semelhantes. O problema principal e central da "psicologia literária" é o significado, algo que está além dos limites de qualquer ciência natural e de qualquer atividade de laboratório. Enquanto a psicologia experimental é um ramo das ciências naturais, a "psicologia literária" trata da ação humana, a saber, das ideias, julgamentos de valor e volições que determinam a ação. Como o termo "psicologia literária" é um tanto incômodo e não permite formar um adjetivo correspondente, sugeri substituí-lo pelo termo *timologia*.<sup>31</sup>

A *timologia* é um ramo da história ou, como Collingwood a formulou, pertence "à esfera da história".<sup>32</sup> Trata-se das atividades mentais dos homens que determinam suas ações. Trata-se dos processos mentais que resultam em um tipo definido de comportamento, com as reações da mente às condições do ambiente do indivíduo. Trata-se de algo invisível e intangível que não pode ser percebido pelos métodos das ciências naturais. Mas as ciências naturais devem admitir que esse fator deve ser considerado real também do seu ponto de vista, pois é um elo de uma cadeia de eventos que resultam em mudanças na esfera cuja descrição consideram como o campo específico de sua estudos.

---

<sup>31</sup> Mises, *Theory and History*, pp. 264 e segs.

<sup>32</sup> Quando H. Taine, em 1863, escreveu "L'histoire au fond est un problemspolème de psychologie" (*Histoire de la littérature anglaise* [10<sup>a</sup> ed.; Paris, 1899], Vol. I, Introdução, p. Xlv), ele não o fez perceber que o tipo de psicologia que ele tinha em mente não era a ciência natural chamada psicologia experimental, mas aquele tipo de psicologia que chamamos de *timologia* e que a *timologia* é em si uma disciplina histórica, uma *Geisteswissenschaft* na terminologia de W. Dilthey (*Einleitung in die Geisteswissenschaften* [Leipzig, 1883]). RG Collingwood (a ideia de história [Oxford, 1946], pág. 221) distingue entre "pensamento histórico" que "estuda a mente como agindo de certas maneiras determinadas em certas situações determinadas" e uma outra forma problemática de estudar a mente, viz., "Investigando suas características gerais na abstração de qualquer situação ou ação particular." O último seria "não história, mas ciência mental, psicologia ou filosofia da mente". Tal "uma ciência mental positiva como elevar-se acima da esfera da história e estabelecer as leis permanentes e imutáveis da natureza humana", ele aponta (p. 224), é "possível apenas para uma pessoa que confunde as condições transitórias de um certo idade histórica para as condições permanentes da vida humana."

Ao analisar e demolir as afirmações do positivismo de Comte, um grupo de filósofos e historiadores conhecido como *südwestdeutsche Schule* elaborou a categoria de compreensão (*Verstehen*) que já era, em um sentido menos explícito, familiar aos autores mais antigos. Essa compreensão específica das ciências da ação humana visa estabelecer os fatos de que os homens atribuem um significado definido ao estado de seu meio ambiente, que valorizam esse estado e, motivados por esses julgamentos de valor, recorrem a determinados meios a fim de preservar ou para atingir um determinado estado de coisas diferente daquele que prevaleceria se eles se abstivessem de qualquer reação proposital. A compreensão lida com julgamentos de valor, com a escolha dos fins e dos meios a que recorrer para a consecução desses fins, e com a valorização do resultado das ações realizadas.

Os métodos de investigação científica não são categoricamente diferentes dos procedimentos aplicados por todos em seu comportamento mundano diário. Eles são apenas mais refinados e, tanto quanto possível, purificados de inconsistências e contradições. A compreensão não é um método de procedimento peculiar apenas aos historiadores. É praticado por bebês assim que superam o estágio meramente vegetativo de seus primeiros dias e semanas. Não há resposta consciente do homem a qualquer estímulo que não seja dirigido pelo entendimento.

A compreensão pressupõe e implica a estrutura lógica da mente humana com todas as categorias *a priori*. A lei biogenética representa a ontogenia do indivíduo como uma recapitulação abreviada da filogenia das espécies. De maneira análoga, pode-se descrever mudanças na estrutura intelectual. A criança recapitula em seu desenvolvimento pós-natal a história da evolução intelectual da humanidade.<sup>33</sup> O lactente torna-se timologicamente humano quando começa vagamente a amanhecer em sua mente que um fim desejado pode ser alcançado por um determinado modo de conduta. Os animais não humanos nunca vão além dos impulsos instintivos e reflexos condicionados.

O conceito de compreensão foi elaborado pela primeira vez por filósofos e historiadores que queriam refutar a depreciação dos positivistas aos métodos da história. Isso explica por que ele foi originalmente tratado apenas como a

---

<sup>33</sup> *Língua, pensamento e cultura*, ed. por Paul Henle (University of Michigan Press, 1958), p. 48. É claro que a analogia não é completa, pois a imensa maioria para em sua evolução cultural muito antes de atingir o pico timológico de sua idade.

ferramenta mental do estudo do passado. Mas o entendimento dos serviços prestados ao homem ao lançar luz sobre o passado são apenas um estágio preliminar nos esforços para antecipar o que pode acontecer no futuro. Visto do ponto de vista prático, o homem parece estar interessado no passado apenas para poder prever o futuro. As ciências naturais lidam com a experiência - que necessariamente é sempre o registro do que aconteceu no passado - porque as categorias de regularidade e causalidade tornam tais estudos úteis para a orientação da ação tecnológica, que inevitavelmente sempre visa um arranjo das condições futuras. A compreensão do passado desempenha um serviço semelhante ao tornar a ação o mais bem-sucedida possível. A compreensão visa antecipar as condições futuras, na medida em que elas dependam das ideias, avaliações e ações humanas. Não existe, exceto para Robinson Crusoe antes de conhecer Sexta-Feira, nenhuma ação que pudesse ser planejada ou executada sem prestar atenção total ao que os companheiros do agente farão. Ação implica compreender as reações de outros homens,

A antecipação de eventos na esfera explorada pelas ciências naturais é baseada nas categorias de regularidade e causalidade. Existem em alguns desvios, pontes que desmoronariam se um caminhão carregado com dez toneladas passasse por cima delas. Não esperamos que tal carga faça a ponte George Washington tombar. Confiamos firmemente nas categorias que fundamentam nosso conhecimento físico e químico.

Ao lidar com as reações de nossos semelhantes, não podemos confiar em tal regularidade. Presumimos que, em geral, a conduta futura das pessoas, em igualdade de condições, não se desviará sem razão especial de sua conduta passada, porque assumimos que o que determinou sua conduta passada também determinará sua conduta futura. Por mais diferentes que possamos saber que somos das outras pessoas, tentamos adivinhar como elas reagirão às mudanças em seu ambiente. Com base no que sabemos sobre o comportamento passado de um homem, construímos um esquema sobre o que chamamos de seu caráter. Presumimos que esse caráter não mudará se nenhuma razão especial interferir e, dando um passo adiante, tentamos até mesmo prever como mudanças definidas nas condições afetarão suas reações. Em comparação com a certeza aparentemente absoluta fornecida por algumas das ciências naturais, essas suposições e todas as conclusões delas derivadas parecem um tanto instáveis; os positivistas podem ridicularizá-los como não científicos. No entanto, eles são a

única abordagem disponível para os problemas em questão e indispensáveis para qualquer ação a ser realizada em um ambiente social.

A compreensão não lida com o lado praxeológico da ação humana. Refere-se a julgamentos de valor e à escolha de fins e meios por parte de nossos semelhantes. Não se refere ao campo da praxeologia e da economia, mas ao campo da história. É uma categoria timológica. O conceito de caráter humano é um conceito timológico. Seu conteúdo concreto em cada instância é derivado da experiência histórica.

Nenhuma ação pode ser planejada e executada sem a compreensão do futuro. Mesmo uma ação de um indivíduo isolado é guiada por suposições definidas sobre os julgamentos de valor futuros do agente e é até agora determinada pela imagem que o ator tem de seu próprio personagem.

O termo "especular" foi originalmente empregado para significar qualquer tipo de meditação e formação de opinião. Hoje, é empregado com uma conotação ultrajante para depreciar aqueles homens que, na economia de mercado capitalista, se destacam em antecipar melhor as reações futuras de seus semelhantes do que o homem médio. O fundamento lógico desse uso semântico deve ser visto na incapacidade das pessoas míopes de perceber a incerteza do futuro. Essas pessoas não percebem que todas as atividades de produção visam satisfazer as necessidades futuras mais urgentes e que hoje nenhuma certeza sobre as condições futuras está disponível. Eles não estão cientes do fato de que existe um problema qualitativo em precaver-se para o futuro. Em nenhum ensaio socialista vê-se a mais mínima alusão ao fato de que um dos principais problemas da condução das atividades de produção consiste em antecipar as demandas futuras dos consumidores.<sup>34</sup>

Toda ação é uma especulação, ou seja, guiada por uma opinião definitiva sobre as condições incertas do futuro. Mesmo em atividades de curto prazo, essa incerteza prevalece. Ninguém pode saber se algum fato inesperado não tornará vão tudo o que ele providenciou para o dia seguinte ou para a hora seguinte.

---

<sup>34</sup> Mises, *Theory and History*, pp. 140 ff.

## Capítulo 3

# Necessidade e Vontade

---

### I. O Infinito

A negação, a noção da ausência ou inexistência de algo ou da negação de uma proposição, é concebível para a mente humana. Mas a noção de uma negação absoluta de tudo, a representação de um nada absoluto, está além da compreensão do homem. O mesmo acontece com a noção de emergência de algo do nada, a noção de um começo absoluto. O Senhor, ensina a Bíblia, criou o mundo do nada; mas o próprio Deus estava lá desde a eternidade e estará lá na eternidade, sem começo e sem fim.

Como a mente humana vê, tudo o que acontece, acontece com algo que existia antes. O surgimento de algo novo é visto como a evolução - o amadurecimento - de algo que já estava potencialmente presente no que existia antes. A totalidade do universo como era ontem incluía já potencialmente a totalidade do universo como é hoje. O universo é um contexto abrangente de elementos, uma continuidade que se estende para trás e para a frente no infinito, uma entidade para a qual atribuir uma origem ou um fim está além da capacidade mental do homem.

Tudo o que é, o é tal como é e não algo diferente, porque o que o precedeu era de uma forma e estrutura definidas e não de uma forma e estrutura diferentes.

Não sabemos o que uma mente sobre-humana e totalmente perfeita pensaria sobre essas questões. Somos apenas homens equipados com uma mente humana e não podemos sequer imaginar a potência e a capacidade de uma mente tão perfeita, essencialmente diferente de nossos poderes mentais.

### II. O dado irreduzível

Segue-se que a pesquisa científica nunca terá sucesso em fornecer uma resposta completa para o que é chamado de enigmas do universo. Nunca pode mostrar como de um nada inconcebível emergiu tudo o que é e como um dia tudo o que existe pode desaparecer novamente e o "nada" sozinho permanecerá.

A pesquisa científica, mais cedo ou mais tarde, mas inevitavelmente, encontra algo em última análise, dado que não pode remontar a outra coisa da qual apareceria como um derivado regular ou necessário. O progresso científico consiste em empurrar ainda mais para trás este dado em última análise. Mas sempre restará algo que - para a mente humana sedenta de pleno conhecimento - é, em determinado estágio da história da ciência, o ponto de parada provisória. Foi apenas a rejeição de todo pensamento filosófico e epistemológico por alguns físicos brilhantes, mas unilaterais das últimas décadas, que interpretou como uma refutação do determinismo o fato de que eles não conseguiam rastrear certos fenômenos - que para eles eram um dado irreduzível - a alguns outros fenômenos. Talvez seja verdade, embora não seja provável, que a física contemporânea em alguns pontos atingiu uma barreira além da qual nenhuma expansão posterior do conhecimento é possível para o homem. Mas, seja como for, não há em todos os ensinamentos das ciências naturais nada que pudesse de forma alguma ser considerado incompatível com o determinismo.

As ciências naturais são inteiramente baseadas na experiência. Tudo o que sabem e com que lidam deriva da experiência. E a experiência não poderia ensinar nada se não houvesse regularidade na concatenação e sucessão de eventos.

Mas a filosofia do positivismo tenta afirmar muito mais do que pode ser aprendido com a experiência. Pretende saber que não existe nada no universo que não possa ser investigado e totalmente esclarecido pelos métodos experimentais das ciências naturais. Mas é reconhecido por todos que até agora esses métodos nada contribuíram para a explicação dos fenômenos da vida distintos dos fenômenos físico-químicos. E todos os esforços desesperados para reduzir o pensamento e a avaliação a princípios mecânicos falharam.

Não é de forma alguma o objetivo das observações anteriores expressar qualquer opinião sobre a natureza e estrutura da vida e da mente. Este ensaio não é, como foi dito nas primeiras palavras de seu prefácio, uma contribuição à filosofia. Temos que nos referir a esses problemas apenas para mostrar que o tratamento que o positivismo lhes concede implica um teorema para o qual nenhuma justificativa experimental pode ser fornecida, a saber, o teorema de que todos os fenômenos observáveis são passíveis de uma redução a princípios físicos e químicos. De onde os positivistas derivam esse teorema? Certamente seria errado qualificá-lo como uma suposição *a priori*. Uma marca característica de uma

categoria *a priori* é que qualquer suposição diferente com relação ao tópico em questão parece à mente humana impensável e contraditória. Mas certamente esse não é o caso do dogma positivista com o qual estamos lidando. As ideias ensinadas por certos sistemas religiosos e metafísicos não são impensáveis nem contraditórias. Não há nada em sua estrutura lógica que force qualquer homem razoável a rejeitá-los pelas mesmas razões que ele, por exemplo, teria que rejeitar a tese de que não há diferença e distinção entre A e não-A.

O abismo que separa na epistemologia os eventos no campo investigado pelas ciências naturais daqueles no campo do pensamento e da ação não foi estreitado por nenhuma das descobertas e realizações das ciências naturais. Tudo o que sabemos sobre a relação mútua e interdependente desses dois reinos da realidade é metafísica. A doutrina positivista que nega a legitimidade de qualquer doutrina metafísica não é menos metafísica do que muitas outras doutrinas em desacordo com ela. Isso significa: o que um homem no estado atual da civilização e do conhecimento da humanidade diz sobre questões como a alma, a mente, acreditar, pensar, raciocinar e querer não tem o caráter epistemológico das ciências naturais e não pode de forma alguma ser considerado como conhecimento científico.

Um homem honesto, perfeitamente familiarizado com todas as conquistas das ciências naturais contemporâneas, teria que admitir livre e sem reservas que as ciências naturais não sabem o que é a mente e como ela funciona e que seus métodos de pesquisa não são adequados para lidar com o problemas tratados pelas ciências da ação humana.

Teria sido sábio da parte dos defensores do positivismo lógico levar a sério o conselho de Wittgenstein: "Do que não se pode falar, deve-se calar."<sup>35</sup>

### III. Estatística

Estatística é a descrição em termos numéricos de experiências relativas a fenômenos não sujeitos a uniformidade regular. Na medida em que haja regularidade perceptível na sucessão dos fenômenos, não é necessário recorrer à estatística. O objetivo das estatísticas vitais não é estabelecer o fato de que todos os homens são mortais, mas dar informações sobre a duração da vida humana,

---

<sup>35</sup> L. Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus* (Nova York, 1922), pp. 188 e segs.

uma magnitude que não é uniforme. A estatística é, portanto, um método específico de história.

Onde há regularidade, as estatísticas não poderia mostrar algo mais do que A é seguido em todos os casos por P e em nenhum caso por algo diferente do P. Se as estatísticas mostram que A está em X% de todos os casos seguido por P e em (100-X) % de todos os casos por Q, devemos assumir que um conhecimento mais perfeito terá que dividir A em dois fatores — B e C — dos quais o primeiro é regularmente seguido por P e o último por Q.

A estatística é um dos recursos da pesquisa histórica. Existem no campo da ação humana certas ocorrências e eventos, características que podem ser descritas em termos numéricos. Assim, por exemplo, o impacto de uma doutrina definida na mente das pessoas não permite qualquer expressão numérica. Sua "quantidade" só pode ser determinada pelo método da compreensão específica das disciplinas históricas.<sup>36</sup> Mas o número de pessoas que perderam a vida em lutas para arranjar, por meio de guerras, revoluções e assassinatos, condições sociais de acordo com uma doutrina definida pode ser determinado com precisão em números se toda a documentação exigida estiver disponível.

A estatística fornece informações numéricas sobre fatos históricos, ou seja, sobre eventos que aconteceram em um determinado período de tempo para pessoas definidas em uma área definida. Trata-se do passado e não do futuro. Como qualquer outra experiência passada, pode ocasionalmente prestar serviços importantes no planejamento para o futuro, mas não diz nada que seja diretamente válido para o futuro.

Não existem leis estatísticas. As pessoas recorrem aos métodos estatísticos precisamente onde não estão em posição de encontrar regularidade na concatenação e sucessão de eventos. A conquista estatística mais celebrada, as tábuas de mortalidade, não mostram estabilidade, mas sim mudanças nas taxas de mortalidade da população. A duração média da vida humana muda ao longo da história, mesmo que nenhuma mudança surja no ambiente natural, porque muitos fatores que o afetam são o resultado da ação humana, por exemplo, violência, dieta, medidas médicas e profiláticas, o fornecimento de gêneros alimentícios e outros.

---

<sup>36</sup> Veja abaixo, p. 65)

O conceito de "lei estatística" surgiu quando alguns autores, ao lidar com a conduta humana, falharam em perceber por que certos dados estatísticos mudam apenas lentamente e, num entusiasmo cego, identificaram apressadamente a lentidão da mudança com a ausência de mudança. Assim, eles acreditavam ter descoberto regularidades - leis - na conduta das pessoas para as quais nem eles próprios nem ninguém tinha outra explicação além da - como deve ser enfatizado, sem base - suposição de que as estatísticas as haviam demonstrado.<sup>37</sup> Da filosofia instável desses autores, os físicos tomaram emprestado o termo "lei estatística", mas deram a ele uma conotação que difere daquela que lhe é atribuída no campo da ação humana. Não é nossa tarefa lidar com o significado que esses físicos e gerações posteriores de físicos atribuíram a esse termo ou com os serviços que as estatísticas podem prestar à pesquisa experimental e à tecnologia.

A órbita das ciências naturais é o campo no qual a mente humana é capaz de descobrir relações constantes entre vários elementos. O que caracteriza o campo das ciências da ação humana é a ausência de relações constantes distantes das tratadas pela praxeologia. No primeiro grupo de ciências, existem leis (da natureza) e medição. Neste último, não há medição e - fora a praxeologia - não há leis; há apenas história, incluindo estatísticas.

#### **IV. Livre Arbítrio**

O homem não é, como os animais, uma marionete obsequiosa de instintos e impulsos sensuais. O homem tem o poder de suprimir desejos instintivos, ele tem uma vontade própria, ele escolhe entre fins incompatíveis. Nesse sentido, ele é uma pessoa moral; nesse sentido, ele é livre.

No entanto, não é permitido interpretar essa liberdade como independência do universo e de suas leis. O homem também é um elemento do universo, descendente do X original, do qual tudo se desenvolveu. Ele herdou da linha infinita de seus progenitores o equipamento fisiológico de seu eu; em sua vida pós-natal, ele foi exposto a uma variedade de experiências físicas e mentais. Ele é, em qualquer momento de sua vida - sua peregrinação terrena - um produto de toda a história do universo. Todas as suas ações são o resultado inevitável de sua individualidade moldada por tudo o que o precedeu. Um ser onisciente pode ter antecipado corretamente cada uma de suas escolhas. (No entanto, não temos

---

<sup>37</sup> Sobre o exemplo mais eminente desta doutrina, o de H. Th. Buckle, veja Mises, *Theory and History*, pp. 84 ff.

que lidar com os intrincados problemas teológicos que o conceito de onisciência levanta.)

A liberdade de vontade (livre-arbítrio) não significa que as decisões que orientam a ação de um homem caem, por assim dizer, de fora na estrutura do universo e acrescentam a ele algo que não tinha relação e era independente dos elementos que formaram o universo antes. As ações são dirigidas por ideias, e as ideias são produtos da mente humana, que é definitivamente uma parte do universo e cujo poder é estritamente determinado por toda a estrutura do universo.

O termo "liberdade de vontade" se refere ao fato de que as ideias que induzem um homem a tomar uma decisão (uma escolha) são, como todas as outras ideias, não "produzidas" por "fatos externos", "não" refletem "as condições da realidade, e não são" exclusivamente determinados "por qualquer fator externo determinável ao qual poderíamos imputá-los da maneira como imputamos em todas as outras ocorrências um efeito a uma causa definida. Não há nada mais que se possa dizer sobre uma instância definida da ação e escolha de um homem do que atribuí-la à individualidade desse homem.

Não sabemos como, do encontro de uma individualidade humana, isto é, um homem tal como foi formado por tudo o que herdou e por tudo o que experimentou, e uma nova experiência resultam ideias definidas e determinam a conduta do indivíduo. Não temos nem mesmo nenhuma suposição de como tal conhecimento poderia ser adquirido. Mais do que isso, percebemos que se tal conhecimento fosse alcançável para o homem, e se, conseqüentemente, a formação das ideias e, portanto, a vontade pudessem ser manipuladas da forma como as máquinas são operadas pelo engenheiro, as condições humanas seriam essencialmente alteradas. Haveria um grande abismo entre aqueles que manipulam as ideias e vontades de outras pessoas e aqueles cujas ideias e vontades são manipuladas por outros.

É justamente a falta desse conhecimento que gera a diferença fundamental entre as ciências naturais e as ciências da ação humana.

Ao referirmo-nos ao livre-arbítrio, estamos assinalando que, na produção de eventos, algo pode ser instrumental sobre o qual as ciências naturais não podem transmitir nenhuma informação, algo que as ciências naturais nem mesmo

percebem. No entanto, nossa impotência para determinar um começo absoluto do nada nos força a supor que também esse algo invisível e intangível - a mente humana - é uma parte inerente do universo, um produto de toda a sua história.<sup>38</sup>

O tratamento tradicional do problema do livre arbítrio refere-se à vacilação do agente antes da resolução final. Nesse estágio, o ator oscila entre diferentes cursos de ação, cada um dos quais parece ter alguns méritos e deméritos que os outros carecem. Ao comparar seus prós e contras, ele tem a intenção de encontrar a decisão que está de acordo com sua personalidade e com as condições específicas do instante em que ele os vê e, assim, satisfazer melhor todas as suas preocupações. Isso significa que sua individualidade - o produto de tudo o que ele herdou ao nascer de seus ancestrais e de tudo o que ele mesmo experimentou até o momento crítico - determina a resolução final. Se mais tarde ele revê seu passado, ele está ciente do fato de que seu comportamento em qualquer situação foi totalmente determinado pelo tipo de homem que ele era no momento da ação.

Ninguém está em posição de prever com a mesma segurança com que as ciências naturais fazem previsões como ele próprio e outras pessoas agirão no futuro. Não existe nenhum método que nos permitiria aprender sobre uma personalidade humana tudo o que seria necessário para fazer tais prognósticos com o grau de certeza que a tecnologia atinge em suas previsões.

A maneira como historiadores e biógrafos procedem ao analisar e explicar as ações dos homens com quem estão lidando reflete uma visão mais correta dos problemas envolvidos do que volumosos tratados sofisticados de filosofia moral. O historiador se refere ao meio espiritual e às experiências anteriores do agente, ao seu conhecimento ou ignorância de todos os dados que poderiam influenciar sua decisão, ao seu estado de saúde e a muitos outros fatores que poderiam ter influenciado. Mas então, mesmo depois que toda atenção foi dada a todas essas questões, algo permanece que desafia qualquer tentativa de interpretação posterior, a saber, a personalidade ou individualidade do agente. No final das contas, não há outra resposta para a pergunta por que César cruzou o Rubicão do que: porque ele era César.

---

<sup>38</sup> Sobre esses problemas, consulte Mises, , pp. 76-93.

Os homens são desiguais; os indivíduos diferem uns dos outros. Eles diferem porque sua história pré-natal, bem como sua história pós-natal nunca é idêntica.

### **V. Inevitabilidade**

Tudo o que aconteceu, nas condições prevalecentes, estava fadado a acontecer. Aconteceu porque as forças que operam em sua produção foram mais poderosas do que as forças contrárias. Seu acontecimento foi, nesse sentido, inevitável.

No entanto, o historiador que, em retrospecto, fala da inevitabilidade não está cedendo a um pleonasma. O que ele quer dizer é qualificar um evento definido ou conjunto de eventos A como a força motriz que produz um segundo evento B; a condição: desde que não apareça nenhum fator de neutralização suficientemente poderoso, é auto-evidente. Se não houvesse tal contra-ataque, A estava fadado a resultar em B, e é permitido chamar o resultado B de inevitável.

Na previsão de eventos futuros, além do campo coberto pela lei praxeológica, a referência à inevitabilidade é um floreio sem sentido. Não acrescenta nada à força conclusiva de uma previsão. Apenas atesta a paixão de seu autor. Isso é tudo o que precisa ser dito com respeito às efusões proféticas dos vários sistemas de filosofia da história.<sup>39</sup> A "inexorabilidade de uma lei da natureza" (*Notwendigkeit eines Naturprozesses*) que Marx alegou para sua profecia<sup>40</sup> é apenas um truque retórico.

As mudanças importantes que ocorrem no curso da história cósmica e humana são o efeito composto de uma infinidade de eventos. Cada um desses eventos contribuintes é estritamente determinado pelos fatores que o precederam e produziram e, portanto, é a parte que cada um deles desempenha na produção da mudança significativa. Mas se e na medida em que as cadeias de causalidade das quais depende a ocorrência desses vários eventos contribuintes forem independentes umas das outras, pode resultar uma situação que tenha induzido alguns historiadores e filósofos a exagerar o papel que o acaso desempenha na história da humanidade. Eles deixam de perceber que os eventos devem ser classificados de acordo com seu tamanho do ponto de vista do peso de seus efeitos

---

<sup>39</sup> Sobre filosofia da história, ver Mises, *Theory and History*, pp. 159 e segs.

<sup>40</sup> Marx, *Das Kapital*, vol. I, ch. xxiv, ponto 7.

e de sua cooperação na produção do efeito composto. Se apenas um dos eventos menores for alterado, a influência sobre o resultado total será, também pequena.

É uma maneira um tanto insatisfatória de argumentar: se a polícia de Sarajevo tivesse sido mais eficiente em 28 de junho de 1914, o arquiduque não teria sido assassinado e a Guerra Mundial e todas as suas consequências desastrosas teriam sido evitadas. O que tornou - no sentido referido acima - a grande guerra inevitável foram os conflitos irreconciliáveis entre os vários grupos linguísticos (nacionalidades) da Monarquia dos Habsburgos, por um lado, e, por outro lado, os esforços alemães para construir uma marinha forte o suficiente para derrotar as forças navais britânicas. A revolução russa estava prestes a acontecer, pois o sistema czarista e seus métodos burocráticos foram rejeitados apaixonadamente pela imensa maioria da população; a eclosão da guerra não acelerou sua chegada; em vez disso, atrasou por um curto período de tempo. O nacionalismo e estatismo inflamados dos povos europeus não podiam deixar de resultar em guerra. Esses foram os fatores que tornaram a grande guerra e suas consequências inevitáveis, não importa se os nacionalistas sérvios tiveram sucesso ou fracassaram em suas tentativas de assassinar o herdeiro do trono austríaco.

Assuntos políticos, sociais e econômicos são o resultado da cooperação de todas as pessoas. Embora existam diferenças consideráveis no que diz respeito à importância das contribuições dos vários indivíduos, elas são comensuráveis e, em geral, podem ser substituídas pelas de outros indivíduos. Um acidente que elimina o trabalho de um indivíduo, mesmo que eminente, desvia o curso dos acontecimentos apenas ligeiramente da linha que teriam seguido se não tivesse ocorrido.

As condições são diferentes no campo das maiores performances intelectuais e artísticas. O feito do gênio está fora do fluxo regular dos negócios humanos. O gênio também é, em muitos aspectos, determinado pelas condições de seu ambiente. Mas o que dá ao seu trabalho seu brilho específico é algo único e não pode ser repetido por mais ninguém. Não sabemos que combinação de genes produz as potencialidades inatas do gênio, nem que tipo de condições ambientais são necessárias para trazê-los à fruição. Se ele conseguir evitar todos os perigos que podem prejudicá-lo e suas realizações; o melhor para a humanidade. Se um acidente o aniquila, todas as pessoas perdem algo insubstituível.

Se Dante, Shakespeare ou Beethoven morressem na infância, a humanidade perderia o que deve a eles. Nesse sentido, podemos dizer que o acaso desempenha um papel nos assuntos humanos. Mas enfatizar esse fato não contradiz em nada a categoria *a priori* do determinismo.

## Capítulo 4

# Certeza e Incerteza

---

### **I. O problema da definição quantitativa**

Experimentos de laboratório e observação de fenômenos externos permitem às ciências naturais prosseguir com a medição e a quantificação do conhecimento. Referindo-se a esse fato, costumava-se denominar essas ciências como ciências exatas e menosprezar a falta de exatidão nas ciências da ação humana.

Hoje ninguém mais nega que, por causa da insuficiência de nossos sentidos, que a medição nunca é perfeita e precisa no sentido pleno desses termos. É apenas mais ou menos aproximado. Além disso, o princípio de Heisenberg mostra que existem relações que o homem não pode medir. Não existe exatidão quantitativa em nossa descrição dos fenômenos naturais. No entanto, as aproximações que a medição de objetos físicos e químicos podem fornecer são em geral suficientes para fins práticos. A órbita da tecnologia é uma órbita de medição aproximada e definição quantitativa aproximada.

Na esfera da ação humana não existem relações constantes entre quaisquer fatores. Consequentemente, não há medição e quantificação possível. Todas as magnitudes mensuráveis que as ciências da ação humana encontram são quantidades do ambiente em que o homem vive e age. São fatos históricos, por exemplo, fatos da história econômica ou militar, e devem ser claramente distinguidos dos problemas com os quais a ciência teórica da ação - a praxeologia e especialmente também sua parte mais desenvolvida, a economia - lida.

Iludidos pela ideia de que as ciências da ação humana devem imitar a técnica das ciências naturais, muitos autores pretendem uma quantificação da economia. Eles acham que a economia deve imitar a química, que progrediu de um estado qualitativo para um quantitativo.<sup>41</sup> Seu lema é a máxima positivista: Ciência

---

<sup>41</sup> J. Schumpeter, *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie* (Leipzig, 1908), pp. 606 e seguintes; W. Mitchell, "Quantitative Analysis in Economic Theory", *American*

é medição. Apoiados por fundos ricos, eles estão ocupados reimprimindo e reorganizando dados estatísticos fornecidos por governos, associações comerciais e por corporações e outras empresas. Eles tentam calcular as relações aritméticas entre vários desses dados e, assim, determinar o que chamam, por analogia com as ciências naturais, de correlações e funções. Eles não conseguem perceber que no campo da estatística da ação humana é sempre história e que as alegadas "correlações" e "funções" não descrevem nada mais do que o que aconteceu em um determinado instante de tempo em uma área geográfica definida como o resultado do ações de um determinado número de pessoas.<sup>42</sup> Como método de análise econômica, a econometria é uma brincadeira infantil com cifras que em nada contribui para a elucidação dos problemas da realidade econômica.

## II. Certos conhecimentos

O empirismo radical rejeita a ideia de que certos conhecimentos relativos às condições do universo sejam acessíveis às mentes dos homens mortais. Considera as categorias *a priori* da lógica e da matemática como pressupostos ou convenções, livremente escolhidas em função de sua conveniência para a obtenção do tipo de conhecimento que o homem é capaz de adquirir. Tudo o que se infere por dedução dessas categorias *a priori* é meramente tautológico e não transmite nenhuma informação sobre o estado de realidade. Mesmo que aceitássemos o dogma insustentável da regularidade na concatenação e sucessão dos eventos naturais, a falibilidade e a insuficiência dos sentidos humanos tornam impossível atribuir certeza a qualquer conhecimento *a posteriori*. Nós, seres humanos como somos, devemos concordar com esse estado de coisas. Como as coisas "realmente" são ou parecem ser aos olhos de uma inteligência super-humana, essencialmente distinta de uma mente humana tal como ela funciona na presente era da história cósmica, é, para nós, inescrutável.

No entanto, esse ceticismo radical não se refere ao conhecimento praxeológico. A praxeologia também parte de uma categoria *a priori* e prossegue pelo raciocínio dedutivo. No entanto, as objeções levantadas pelo ceticismo contra a conclusividade das categorias *a priori* e do raciocínio *a priori* não se aplicam a ela. Pois, como deve ser enfatizado novamente, a realidade cuja elucidação e interpretação cabe a praxeologia é congênere da estrutura lógica da mente humana. A mente humana gera o pensamento humano e a ação humana. A ação

---

Economic Review, XV, I ff.; G. Cassel, On Quantitative Thinking in Economics (Oxford, 1935); e uma crescente inundação diária de livros e artigos.

<sup>42</sup> Mises, Human Action, pp. 347 e segs.

humana e o pensamento humano derivam da mesma fonte e são, nesse sentido, homogêneos. Não há nada na estrutura de ação que a mente humana não possa explicar completamente. Nesse sentido, a praxeologia fornece conhecimentos exatos.

O homem como ele existe neste planeta no presente período da história cósmica pode um dia desaparecer. Mas, enquanto houver seres da espécie *Homo sapiens*, haverá ação humana do tipo categorial de que trata a praxeologia. Nesse sentido restrito, a praxeologia fornece conhecimento exato das condições futuras.

No campo da ação humana, todas as magnitudes determinadas quantitativamente referem-se apenas à história e não transmitem nenhum conhecimento que significasse algo além da constelação histórica específica que as gerou. Todo conhecimento geral, isto é, todo conhecimento aplicável não apenas a uma constelação definida do passado, mas a todas as constelações praxeologicamente idênticas do passado, bem como do futuro, é conhecimento dedutivo derivado em última análise da categoria de ação *a priori*. Refere-se rigidamente a qualquer realidade de ação como apareceu no passado e aparecerá no futuro. Ele transmite conhecimento preciso de coisas reais.

### III. A Incerteza do Futuro

De acordo com um ditado frequentemente citado de Auguste Comte, o objetivo das ciências - naturais - é saber para prever o que acontecerá no futuro. Essas previsões são, na medida em que se referem aos efeitos da ação humana, condicionais. Eles dizem: Se A, então B. Mas eles não dizem nada sobre a emergência de A. Se um homem absorver cianeto de potássio, ele morrerá. Mas se ele vai engolir esse veneno ou não, não está decidido.

As previsões da praxeologia são, dentro do alcance de sua aplicabilidade, absolutamente certas. Mas eles nada nos dizem sobre os julgamentos de valor dos indivíduos agentes e a maneira como eles determinarão suas ações. Tudo o que podemos saber sobre esses julgamentos de valor tem o caráter categorial da compreensão específica das ciências históricas da ação humana. Se nossas antecipações - nossas próprias ou de outras pessoas - futuros julgamentos de valor e dos meios que serão utilizados para ajustar a ação a esses julgamentos de valor serão corretas ou não, não podemos saber com antecedência.

Essa incerteza do futuro é uma das principais marcas da condição humana. Ele contamina todas as manifestações de vida e ação.

O homem está à mercê de forças e poderes além de seu controle. Ele age para evitar o máximo possível o que, como ele pensa, irá prejudicar a si mesmo. Mas ele só pode ter sucesso dentro de uma margem estreita. E ele nunca pode saber de antemão em que medida sua atuação atingirá o fim pretendido e, se o atingir, se esta ação aparecerá em retrospecto - para si mesmo ou para as outras pessoas que a observam - como a melhor escolha entre aqueles que foram aberto para ele no instante em que embarcou nele.

A tecnologia baseada nas conquistas das ciências naturais visa o controle total dentro de uma esfera definida, que, naturalmente, compreende apenas uma fração dos eventos que determinam o destino do homem. Embora o progresso das ciências naturais tenda a ampliar a esfera de tal ação cientificamente direcionada, ele nunca cobrirá mais do que uma estreita margem de eventos possíveis. E mesmo dentro desta margem nunca pode haver certeza absoluta. O resultado almejado pode ser frustrado pela invasão de forças ainda não suficientemente conhecidas ou além do controle humano. A engenharia tecnológica não elimina o elemento aleatório da existência humana; apenas restringe um pouco seu campo. Sempre resta uma órbita que para o conhecimento limitado do homem aparece como uma órbita do puro acaso e marca a vida como uma aposta. O homem e suas obras estão sempre expostos ao impacto de acontecimentos imprevistos e incontroláveis. Ele não pode deixar de contar com a sorte de não ser atingido por eles. Mesmo as pessoas estúpidas não podem deixar de perceber que seu bem-estar depende, em última análise, da operação de forças além da sabedoria, conhecimento, previsão e provisão do homem. Com relação a essas forças, todo planejamento humano é vão. Isso é o que a religião tem em mente quando se refere aos decretos insondáveis do Céu e se volta para a oração.

#### **IV. Quantificação e compreensão na atuação e na história**

Muitos dados com os quais a mente se preocupa tanto em retrospecto quanto no planejamento para o futuro podem ser expressos em termos numéricos. Outras magnitudes relevantes só podem ser colocadas em palavras de uma linguagem não matemática. Em relação a tais magnitudes, a compreensão específica das ciências da ação humana é um substituto, por assim dizer, para a inviabilidade de medição.

Nesse sentido, tanto o historiador quanto o agente homem falam da relevância de diferentes eventos e ações em relação à produção de outros eventos e de estados de coisas definidos. Nesse sentido, eles distinguem entre eventos e fatos mais importantes e menos importantes e entre homens maiores e homens menores.

Erros de julgamento nessa avaliação quase quantitativa da realidade são perniciosos se ocorrerem no planejamento de ações. As especulações estão fadadas ao fracasso se baseadas em uma antecipação ilusória das condições futuras. Mesmo que sejam "qualitativamente" corretos, ou seja, se as condições que eles anteciparam realmente aparecerem, eles podem trazer um desastre se estiverem "quantitativamente" errados, ou seja, se eles erraram quanto às dimensões dos efeitos ou quanto ao tempo de sua aparência. É isso que torna as especulações de longo alcance dos estadistas e dos empresários especialmente perigosas.

### **V. A precariedade da previsão em assuntos humanos**

Ao prever o que pode ou vai acontecer no futuro, o homem pode estar certo ou enganado. Mas sua antecipação de eventos futuros não pode influenciar o curso da natureza. O que quer que o homem possa esperar, a natureza seguirá seu próprio caminho, sem ser afetada por quaisquer expectativas, desejos, desejos e esperanças humanas.

É diferente na esfera em que a ação humana pode operar. A previsão pode revelar-se equivocada se induzir os homens a proceder com sucesso de uma forma que é projetada para evitar a ocorrência dos eventos de previsão. O que impele as pessoas a ouvir as opiniões dos adivinhos ou a consultá-los é frequentemente o desejo de evitar o surgimento de eventos indesejáveis que, segundo essas profecias, o futuro lhes reserva. Se, por outro lado, o que o oráculo prometeu coincidissem com seus desejos, eles poderiam reagir à profecia de duas maneiras. Confiando no oráculo, eles poderiam se tornar indolentes e negligenciar fazer o que tinha de ser feito para cumprir a previsão do fim. Ou podem, cheios de confiança, dobrar o esforço para atingir o objetivo desejado.

Podemos ilustrar o problema nos referindo à previsão de negócios. Se as pessoas ouvirem em maio que o *boom* continuará por vários meses e não terminará em um *crash* antes de dezembro, elas tentarão vender o mais rápido

possível, pelo menos antes de dezembro. Então, o *boom* chegará ao fim antes do dia indicado pela previsão.

## **VI. Previsão econômica e a doutrina de tendências**

A economia pode prever os efeitos esperados de determinadas medidas de políticas econômicas. Pode responder à questão de saber se uma política definida é capaz de atingir os fins pretendidos e, se a resposta for negativa, quais serão seus efeitos reais. Mas, é claro, essa previsão pode ser apenas "qualitativa". Não pode ser "quantitativa", pois não há relações constantes entre os fatores e efeitos em questão. O valor prático da economia pode ser visto neste poder nitidamente circunscrito de prever o resultado de medidas definidas.

Os que rejeitam a ciência apriorística da economia por causa de seu apriorismo, os adeptos das várias escolas do historicismo e do institucionalismo, devem, do ponto de vista de seus próprios princípios epistemológicos, ser impedidos de expressar qualquer juízo sobre os efeitos futuros esperados e em qualquer determinada política. Eles nem podem saber que determinada medida, quando quer que se a tenha tomado, provocou no passado. Pois o que aconteceu foi sempre o resultado da operação conjunta de uma infinidade de fatores. A medida em questão foi apenas um dos muitos fatores que contribuíram para o surgimento do resultado final. Mas, mesmo que esses estudiosos sejam ousados o suficiente para afirmar que uma medida definida no passado resultou em um efeito definido, eles não estariam - do ponto de vista de seus próprios princípios - justificados em presumir que, portanto, o mesmo efeito também será alcançado no futuro. O Historicismo e o institucionalismo consistentes teriam de se abster de emitir qualquer opinião sobre os efeitos - necessariamente futuros - de qualquer medida ou política. Eles teriam que restringir seus ensinamentos ao tratamento da história econômica. (Podemos ignorar a questão de como a história econômica poderia ser tratada sem a teoria econômica.)

Porém, o interesse do público pelos estudos rotulados como econômicos se deve inteiramente à expectativa de que se aprenda algo sobre os métodos a serem utilizados para a obtenção de fins definidos. Os alunos que frequentam os cursos de professores de "economia", bem como os governos que indicam assessores "econômicos", estão ansiosos por obter informações sobre o futuro, não sobre o passado. Mas tudo o que esses especialistas podem dizer a eles, se permanecerem fiéis a seus próprios princípios epistemológicos, se refere ao passado.

Para confortar seus clientes - estadistas, empresários e estudantes - esses estudiosos desenvolveram a doutrina da tendência. Eles presumem que as tendências que prevaleceram no passado recente - inadequadamente apelidadas de presente - também continuarão no futuro. Se consideram a tendência indesejável, recomendam medidas para alterá-la. Se o consideram desejável, tendem a declará-lo como inevitável e irresistível e não levam em conta o fato de que as tendências manifestadas na história podem mudar, muitas vezes, ou melhor, sempre mudaram, e podem mudar mesmo no futuro imediato.

### **VII. Tomada de decisão**

Existem modismos e manias no tratamento de problemas científicos e na terminologia da linguagem científica.

O que a praxeologia chama de escolha é, hoje, no que concerne à escolha dos meios, denominado tomada de decisão. O neologismo visa desviar a atenção do fato de que o que importa não é simplesmente fazer uma escolha, mas fazer a melhor escolha possível. Isso significa: proceder de tal maneira que não seja satisfeito um fim desejado com menos urgência, se sua satisfação impedir a obtenção de um fim desejado com mais urgência. Nos processos de produção dirigidos na economia de mercado por empresas com fins lucrativos, isso é realizado, tanto quanto possível, com a ajuda intelectual do cálculo econômico. Num sistema auto-suficiente, fechado, socialista, que não pode recorrer a nenhum cálculo econômico, a tomada de decisões sobre os meios é um mero jogo.

### **VIII. Confirmação e refutabilidade**

Nas ciências naturais, uma teoria só pode ser mantida se estiver de acordo com os fatos estabelecidos experimentalmente. Este acordo foi, até há pouco tempo, considerado como confirmação. Karl Popper, em 1935, em *Logik und Forschung*<sup>43</sup> apontou que os fatos não podem confirmar uma teoria; eles podem apenas refutá-la. Portanto, uma formulação mais correta deve declarar: uma teoria não pode ser mantida se for refutada pelos dados da experiência. Desse modo, a experiência restringe o arbítrio do cientista na construção de teorias. Uma hipótese deve ser abandonada quando os experimentos mostram que ela é incompatível com os fatos estabelecidos da experiência.

---

<sup>43</sup> Agora também disponível em uma edição em inglês, *The Logic of Scientific Discovery* (Nova York, 1959).

É óbvio que tudo isso não pode se referir de forma alguma aos problemas das ciências da ação humana. Não existem nesta órbita fatos estabelecidos experimentalmente. Toda experiência neste campo é, como deve ser repetido continuamente, experiência histórica, isto é, experiência de fenômenos complexos. Tal experiência nunca pode produzir algo que tenha o caráter lógico do que as ciências naturais chamam de "fatos da experiência".

Se aceitarmos a terminologia do positivismo lógico e especialmente também a de Popper, uma teoria ou hipótese é "não científica" se, *em princípio*, não puder ser refutada pela experiência. Consequentemente, todas as teorias *a priori*, incluindo matemática e praxeologia, são "não científicas". Este é apenas um trocadilho verbal. Nenhum homem sério perde seu tempo discutindo tal questão terminológica. A praxeologia e a economia manterão seu significado primordial para a vida e a ação humana, independentemente de como as pessoas as classifiquem e descrevam.

O prestígio popular de que gozam as ciências naturais em nossa civilização, é claro, não se baseia na condição meramente negativa de que seus teoremas não foram refutados. Além do resultado de experimentos de laboratório, existe o fato de que as máquinas e todos os outros implementos construídos de acordo com os ensinamentos da ciência funcionam da maneira antecipada com base nesses ensinamentos. Os motores movidos a eletricidade fornecem uma confirmação das teorias da eletricidade nas quais sua produção e operação foram fundadas. Sentado em uma sala iluminada por lâmpadas elétricas, equipada com telefone, refrigerada por corrente elétrica e limpa por aspirador de pó, o filósofo, assim como o leigo, não pode furtar-se a admitir que possa haver, nas teorias da eletricidade, algo mais do que, até agora, não se tenha refutado por um experimento.

### **IX. O Exame dos Teoremas Praxeológicos**

O epistemólogo que começa suas elucubrações a partir da análise dos métodos das ciências naturais e que as cegas impedem de perceber qualquer coisa além desse campo nos diz apenas que as ciências naturais são as ciências naturais e que o que não é ciência natural não é ciência natural. Sobre as ciências da ação humana ele nada sabe e, portanto, tudo o que diz sobre elas não tem importância.

Não é uma descoberta feita por esses autores que as teorias da praxeologia não possam ser refutadas por experimentos nem confirmadas por seu emprego bem-sucedido na construção de vários dispositivos. Esses fatos são precisamente um aspecto do nosso problema.

A doutrina positivista implica que a natureza e a realidade, ao fornecer os dados dos sentidos que as sentenças protocolares registram, escrevem sua própria história na folha branca da mente humana. O tipo de experiência a que se referem ao falar em verificabilidade e refutabilidade é, como eles pensam, algo que não depende de forma alguma da estrutura lógica da mente humana. Ele fornece uma imagem fiel da realidade. Por outro lado, eles supõem, a razão é arbitrária e, portanto, sujeita a erro e má interpretação.

Essa doutrina não apenas falha em permitir a falibilidade de nossa apreensão dos objetos dos sentidos; não percebe que a percepção é mais do que apenas apreensão sensual, que é um ato intelectual realizado pela mente. A esse respeito, tanto o associacionismo quanto a psicologia da Gestalt concordam. Não há razão para atribuir à operação que a mente realiza no ato de se tornar ciente de um objeto externo uma dignidade epistemológica mais elevada do que a operação que a mente realiza ao descrever seus próprios modos de procedimento.

Na verdade, nada é mais certo para a mente humana do que o que a categoria da ação humana traz em relevo. Não há ser humano para quem seja alheia a intenção de substituir por uma conduta apropriada um estado de coisas por outro que prevaleceria se ele não interferisse. Só onde há ação existem homens.

O que sabemos sobre nossas próprias ações e sobre as de outras pessoas é condicionado por nossa familiaridade com a categoria de ação que devemos a um processo de auto-exame e introspecção, bem como de compreensão da conduta de outras pessoas. Questionar esse *insight* não é menos impossível do que questionar o fato de estarmos vivos.

Quem quiser atacar um teorema praxeológico deve rastreá-lo, passo a passo, até chegar a um ponto em que, na cadeia de raciocínio que resultou no teorema em questão, um erro lógico possa ser desmascarado. Mas se esse processo regressivo de dedução termina na categoria de ação sem ter descoberto um elo vicioso na cadeia de raciocínio, o teorema está totalmente confirmado. Os positivistas que

rejeitam tal teorema sem tê-lo submetido a esse exame não são menos tolos do que aqueles astrônomos do século XVII que se recusaram a olhar pelo telescópio que teria mostrado a eles que Galileu estava certo e eles errados.

## Capítulo 5

# Sobre alguns erros populares relativos ao escopo e método da economia

---

### I. A Fábula da Pesquisa

As ideias populares a respeito dos métodos que os economistas empregam ou deveriam empregar no desenvolvimento de seus estudos são moldadas pela crença de que os métodos das ciências naturais também são adequados para o estudo da ação humana. Essa fábula é sustentada pelo hábito de confundir história econômica com economia. Um historiador, quer lide com o que se denomina história geral ou com história econômica, tem que estudar e analisar os registros disponíveis. Ele deve embarcar na pesquisa. Embora as atividades de pesquisa de um historiador sejam epistemológica e metodologicamente diferentes das de um físico ou biólogo, não há mal nenhum em empregar para todos eles a mesma denominação, a saber, pesquisa. A pesquisa não é apenas demorada. Também é mais ou menos caro.

Mas a economia não é história. A economia é um ramo da praxeologia, a teoria apriorística da ação humana. O economista não baseia suas teorias na pesquisa histórica, mas no pensamento teórico como o do lógico ou do matemático. Embora a história seja, como todas as outras ciências, o pano de fundo de seus estudos, ele não aprende diretamente com a história. É, ao contrário, a história econômica que precisa ser interpretada com o auxílio das teorias desenvolvidas pela economia.

A razão é óbvia, como já foi apontado. O historiador nunca pode derivar teoremas sobre causa e efeito da análise do material disponível. A experiência histórica não é experiência de laboratório. É a experiência de fenômenos complexos, do resultado da operação conjunta de várias forças.

Isso mostra por que é errado afirmar que "é da observação que mesmo a economia dedutiva obtém suas premissas últimas".<sup>44</sup> O que podemos "observar" são sempre apenas fenômenos complexos. O que a história econômica, observação ou experiência pode nos dizer são fatos como estes: durante um determinado período do passado, o minerador John nas minas de carvão da empresa X na vila Y ganhou  $p$  dólares por um dia de trabalho de  $n$  horas. Não há maneira que conduza da reunião de tais dados e semelhantes a qualquer teoria sobre os fatores que determinam a altura dos salários.

Existem muitas instituições para supostas pesquisas econômicas. Recolhem materiais diversos, comentam de forma mais ou menos arbitrária os acontecimentos a que esses materiais se referem e são até ousados o suficiente para fazer, com base nesse conhecimento do passado, prognósticos sobre o curso futuro dos negócios. Considerando a previsão do futuro como seu principal objetivo, eles chamam a série de dados coletados de "ferramentas". Considerando a elaboração de planos de ação governamental como seu objetivo mais eminente, eles aspiram ao papel de um "estado-maior econômico" auxiliando o comandante supremo do esforço econômico da nação. Competindo com os institutos de pesquisa de ciências naturais por verbas governamentais e de fundações, eles chamam seus escritórios de "laboratórios" e seus métodos ". Seu esforço pode ser altamente valorizado sob vários pontos de vista, mas não se trata de economia. Trata-se de história da economia de um passado recente.

## II. O Estudo dos Motivos

A opinião pública ainda sofre com o fracasso da economia clássica em lidar com o problema do valor. Incapazes de resolver o aparente paradoxo da avaliação, os economistas clássicos não conseguiram rastrear a cadeia de transações do mercado até o consumidor, mas foram forçados a começar seu raciocínio a partir das ações do empresário, para quem as avaliações dos compradores são um fato dado. A conduta do empresário na qualidade de comerciante ao serviço do público é pertinentemente descrita pela fórmula: compre pelo mais barato e venda pelo preço mais caro. A segunda parte desta fórmula refere-se à conduta dos compradores cujas avaliações determinam a altura dos preços que estão dispostos a pagar pela mercadoria. Mas nada é dito sobre o processo que configura essas avaliações. Eles são tomadas como um dado. Se aceitarmos essa fórmula simplificada demais, certamente é possível distinguir entre a conduta empresarial

---

<sup>44</sup> John Neville Keynes, *The Scope and Method of Political Economy* (Londres, 1891), p. 165.

(falsamente denominada conduta econômica ou racional) e a conduta determinada por outras considerações que não as dos negócios (falsamente denominada conduta antieconômica ou irracional). Mas este modo de classificação não faz sentido se o aplicarmos ao comportamento do consumidor.

O dano causado por essas e outras tentativas semelhantes de fazer distinções foi que elas removeram a economia da realidade. A tarefa da economia, como muitos epígonos dos economistas clássicos a praticaram, era lidar não com os eventos como eles realmente aconteceram, mas apenas com as forças que contribuíram de alguma maneira não claramente definida para o surgimento do que realmente aconteceu. A economia não pretendia, de fato, explicar a formação dos preços de mercado, mas sim a descrição de algo que, juntamente com outros fatores, desempenhou certo papel, não claramente descrito, nesse processo. Praticamente não lidava com seres vivos reais, mas com um fantasma, o "homem econômico", uma criatura essencialmente diferente do homem real.

O absurdo desta doutrina torna-se manifesto assim que se levanta a questão em que difere este homem econômico do homem real. Ele é considerado um egoísta perfeito, onisciente e exclusivamente dedicado a acumular mais e mais riquezas. Mas não faz qualquer diferença para a determinação dos preços de mercado se um comprador "egoísta" compra porque deseja desfrutar do que comprou ou se um comprador "altruísta" compra por outras razões, por exemplo, para fazer um presente a uma instituição de caridade. Tampouco faz diferença no mercado se o consumidor, ao comprar, é guiado por opiniões que um espectador não afetado considera verdadeiras ou falsas. Ele compra porque acredita que adquirir a mercadoria em questão o satisfará melhor do que ficar com o dinheiro ou gastá-lo em outra coisa. Quer ele almeje ou não acumular riqueza, ele sempre almeja empregar o que possui para aqueles fins que, como ele pensa, irão satisfazê-lo melhor.

Existe apenas um motivo que determina todas as ações de todos os homens, a saber, remover, direta ou indiretamente, tanto quanto possível qualquer desconforto sentido. Na busca desse objetivo, os homens são afetados por todas as fragilidades e fraquezas da existência humana. O que determina o curso real dos eventos, a formação dos preços e todos os outros fenômenos comumente chamados de econômicos, bem como todos os outros eventos da história humana, são as atitudes desses homens falíveis e os efeitos produzidos por suas ações passíveis de erro. A eminência da abordagem da economia da

utilidade marginal moderna consiste no fato de que ela dá total atenção a esse estado de coisas. Não trata das ações de um homem ideal, essencialmente diferente do homem real, mas das escolhas de todos aqueles que participam da cooperação social sob a divisão do trabalho.

A economia, dizem muitos de seus críticos, pressupõe que todos se comportam em todas as suas ações de maneira perfeitamente "racional" e visam exclusivamente ao maior ganho possível, como os especuladores comprando e vendendo na bolsa de valores. Mas o homem real, eles afirmam, é diferente. Ele visa também outros fins além das vantagens materiais que podem ser expressas em termos monetários.

Há um monte de erros e mal-entendidos nesse raciocínio popular. O homem que opera na bolsa de valores é movido nessa atividade por um único propósito, o de ampliar sua competência. Mas exatamente a mesma intenção anima a atividade aquisitiva de todas as outras pessoas. O fazendeiro quer vender sua produção pelo preço mais alto que puder obter, e o assalariado está ansioso para vender sua produção pelo preço mais alto possível. O fato de que, ao comparar a remuneração que lhe é oferecida, o vendedor de mercadorias ou serviços leva em consideração não apenas o que ele recebe em termos de dinheiro, mas também todos os outros benefícios envolvidos, está em plena consonância com seu comportamento, conforme caracterizado nesta descrição.

Os objetivos específicos que as pessoas visam na ação são muito diferentes e mudam continuamente. Mas toda ação é invariavelmente induzida por um único motivo, a saber, substituir um estado que convém melhor ao ator pelo estado que prevaleceria na ausência de sua ação.

### **III. Teoria e prática**

Uma opinião popular considera a economia como a ciência das transações comerciais. Ele pressupõe que a economia está na mesma relação com as atividades de um empresário assim com a disciplina de tecnologia ensinada nas escolas e exposta em livros para as atividades de mecânicos, engenheiros e artesãos. O empresário é aquele que faz coisas sobre as quais o economista apenas fala e escreve. Portanto, um empresário tem, na sua qualidade de profissional, um conhecimento mais bem fundamentado e mais realista, informações privilegiadas, sobre os problemas de economia do que o teórico que observa os negócios de fora.

O melhor método que o teórico pode escolher para aprender algo sobre as condições reais é ouvir o que os *performers* dizem.

No entanto, a economia não trata especificamente dos negócios; trata de todos os fenômenos do mercado e de todos os seus aspectos, não apenas da atividade de um empresário. A conduta do consumidor - isto é, de todos - não é menos um tópico de estudos econômicos do que qualquer outra pessoa. O empresário, na sua qualidade de empresário, não está mais intimamente relacionado ou envolvido no processo que produz os fenômenos de mercado do que qualquer outra pessoa. A posição do economista em relação ao objeto de seus estudos não deve ser comparada à do autor de livros sobre tecnologia aos engenheiros e operários práticos, mas sim à do biólogo aos seres vivos - incluindo os homens - cujas funções vitais que ele tenta descrever. Os peritos em oftalmologia não são as pessoas com a melhor visão, mas os oftalmologistas, mesmo que sejam míopes.

É um fato histórico que alguns empresários, principalmente David Ricardo, deram contribuições notáveis à teoria econômica. Mas havia outros economistas eminentes que eram "meros" teóricos. O que há de errado com a disciplina que hoje em dia é ensinada na maioria das universidades sob o rótulo enganoso de economia não é que os professores e os autores dos livros-texto não sejam homens de negócios ou fracassaram em seus empreendimentos comerciais. A falha está em sua ignorância em economia e em sua incapacidade de pensar logicamente.

O economista - como o biólogo e o psicólogo - lida com questões que estão presentes e operantes em cada homem. Isso distingue seu trabalho daquele do etnólogo que deseja registrar os costumes e hábitos de uma tribo primitiva. O economista não precisa se deslocar; ele pode, apesar de todos os escárnios, como o lógico e o matemático, realizar seu trabalho em uma poltrona. O que o distingue de outras pessoas não é a oportunidade esotérica de lidar com algum material especial não acessível a outros, mas a maneira como ele olha as coisas e descobre nelas aspectos que outras pessoas não percebem. Era isso que Philip Wicksteed tinha em mente quando escolheu para seu grande tratado um lema do *Fausto* de Goethe: Vida humana - todo mundo a vive, mas apenas alguns poucos são conhecidos.

#### IV. As armadilhas da hipostatização

O pior inimigo do pensamento claro é a propensão a hipostasiar, ou seja, atribuir substância ou existência real a construções ou conceitos mentais.

Nas ciências da ação humana, o exemplo mais evidente dessa falácia é a maneira como o termo *sociedade* é empregado por várias escolas de pseudociências. Não há mal nenhum em empregar o termo para significar a cooperação de indivíduos unidos em esforços para atingir fins definidos. É um aspecto definido das ações de vários indivíduos que constitui o que é chamado de sociedade ou a "grande sociedade". Mas a própria sociedade não é uma substância, nem um poder, nem um ser atuante. Apenas indivíduos agem. Algumas das ações dos indivíduos são direcionadas pela intenção de cooperar com outras pessoas. A cooperação dos indivíduos produz um estado de coisas que o conceito de sociedade descreve. A sociedade não existe separada dos pensamentos e ações das pessoas. Não tem "interesses" nem metas. O mesmo é válido para todos os outros coletivos.

A hipostatização não é apenas uma falácia epistemológica e não apenas engana a busca pelo conhecimento. Nas chamadas ciências sociais, na maioria das vezes serve a aspirações políticas definidas ao reivindicar para o coletivo como tal uma dignidade mais elevada do que para o indivíduo ou mesmo atribuir existência real apenas ao coletivo e negar a existência do indivíduo, chamando-o de mera abstração.

Os próprios coletivistas discordam uns dos outros na apreciação dos vários construtos coletivistas. Eles reivindicam uma realidade e dignidade moral mais elevadas para um coletivo do que para outros ou, de uma forma mais radical, até negam tanto a existência real quanto a dignidade aos construtos coletivistas de outras pessoas. Assim, os nacionalistas consideram a "nação" como o único verdadeiro coletivo, ao qual somente todos os indivíduos que consideram compatriotas devem fidelidade exclusiva, e estigmatizam todos os outros coletivos - por exemplo, as comunidades religiosas - como de menor categoria. No entanto, a epistemologia não precisa lidar com as controvérsias políticas que isto implica.

Ao negar aos coletivos seu *per se*, isto é, a existência independente e própria, não se nega em absoluto a realidade dos efeitos produzidos pela cooperação dos indivíduos. Estabelece-se apenas o fato de que os coletivos surgem pelos pensamentos e ações dos indivíduos e desaparecem quando os indivíduos

adotam uma forma diferente de pensar e agir. Os pensamentos e ações de um determinado indivíduo são instrumentais no surgimento não apenas de um, mas de vários coletivos. Assim, por exemplo, as várias atitudes do mesmo indivíduo podem servir para constituir a nação coletiva, a comunidade religiosa, o partido político e assim por diante. Por outro lado, um homem pode, sem descontinuar inteiramente sua pertença a um coletivo definido, ocasionalmente ou mesmo regularmente em algumas de suas ações proceda de uma maneira que seja incompatível com a preservação de sua condição de membro. Assim, por exemplo, aconteceu na história recente de várias nações que católicos praticantes votaram a favor de candidatos que declararam abertamente sua hostilidade às aspirações políticas da Igreja e desprezaram seus dogmas como fábulas. Ao lidar com coletivos, o historiador deve atentar para o grau em que as várias ideias de cooperação determinam o pensamento e as ações de seus membros. Assim, ao tratar da história do *Ressurgimento Italiano*, ele tem que desvendar até que ponto e de que maneira as ideias de um Estado Nacional Italiano e de um Estado Papal Secular influenciaram as atitudes dos vários indivíduos e grupos cuja conduta constitui seu objeto de estudo.

As condições políticas e ideológicas da Alemanha de sua época induziram Marx a empregar, no anúncio de seu programa de nacionalização dos meios de produção, o termo "sociedade" em vez do termo "Estado" (*Staat*), que é o alemão equivalente do termo inglês "nação". A propaganda socialista dotou o termo "sociedade" e o adjetivo "social" de uma aura de santidade que se manifesta pela estima quase religiosa que goza o "trabalho social", ou seja, a gestão da distribuição de esmolas e atividades semelhantes.

### **V. Sobre a rejeição do individualismo metodológico**

Nenhuma proposição sensata a respeito da ação humana pode ser afirmada sem referência ao que os indivíduos atuantes estão objetivando e o que eles consideram como sucesso ou fracasso, como lucro ou perda. Se estudarmos as ações dos indivíduos, aprendemos tudo o que pode ser aprendido sobre o agir, visto que não há, pelo que podemos ver, no universo nenhuma outra entidade ou ser que, insatisfeito com o estado de coisas que prevaleceria em a ausência de sua interferência, têm a intenção de melhorar as condições pela ação. Ao estudar a ação, tomamos consciência tanto dos poderes do homem quanto dos limites de seus poderes. O homem carece de onipotência e nunca pode atingir um estado de satisfação plena e duradoura. Tudo o que ele pode fazer é substituir, recorrendo a

meios apropriados, um estado de insatisfação menor por um estado de insatisfação maior.

Ao estudar as ações dos indivíduos, aprendemos também tudo sobre os coletivos e a sociedade. Pois o coletivo não tem existência e realidade senão nas ações dos indivíduos. Ele passa a existir por meio de ideias que movem os indivíduos a se comportarem como membros de um grupo definido e deixa de existir quando o poder persuasivo dessas ideias diminui. A única forma de conhecer os coletivos é a análise da conduta de seus membros.

Não há necessidade de acrescentar nada ao que já foi dito pela praxeologia e economia para justificar o individualismo metodológico e rejeitar a mitologia do coletivismo metodológico.<sup>45</sup> Mesmo os defensores mais fanáticos do coletivismo lidam com as ações dos indivíduos enquanto fingem lidar com as ações dos coletivos. As estatísticas não registram eventos que estão acontecendo nos ou aos coletivos. Ele registra o que acontece com indivíduos formando grupos definidos. O critério que determina a constituição desses grupos são as características definitivas dos indivíduos. A primeira coisa que deve ser estabelecida ao falar de uma entidade social é a definição clara do que justifica logicamente a contagem ou não de um indivíduo como membro desse grupo.

Isso é válido também para aqueles grupos que são aparentemente constituídos por "fatos e realidades materiais" e não por "meros" fatores ideológicos, por exemplo, os grupos de pessoas descendentes da mesma linhagem ou de pessoas que vivem na mesma área geográfica. Não é "natural" nem "necessário" que os membros da mesma raça ou os habitantes do mesmo país cooperem uns com os outros mais estreitamente do que com membros de outras raças ou habitantes de outros países. As ideias de solidariedade racial e ódio racial não são menos ideias do que quaisquer outras ideias, e somente quando são aceitas pelos indivíduos elas resultam em ações correspondentes. Além disso, a tribo primitiva de selvagens é mantida unida como uma unidade de atuação - uma sociedade - pelo fato de seus membros estarem imbuídos da ideia de que a lealdade ao clã é o caminho certo ou mesmo o único caminho aberto para eles cuidarem de si mesmos. É verdade que essa ideologia primitiva não foi seriamente contestada por milhares de anos. Mas o fato de uma ideologia dominar a mente

---

<sup>45</sup> Ver especialmente Mises, *Human Action*, pp. 41-44 e *Human Action* 145-153, e *Theory and History*, pp. 250 ff.

das pessoas por muito tempo não altera seu caráter praxeológico. Outras ideologias também desfrutaram de considerável longevidade, por exemplo, o princípio monárquico de governo.

A rejeição do individualismo metodológico implica a suposição de que o comportamento dos homens é dirigido por algumas forças misteriosas que desafiam qualquer análise e descrição. Pois, se alguém percebe que o que põe em movimento a ação são as ideias, não pode deixar de admitir que essas ideias se originam na mente de alguns indivíduos e são transmitidas a outros. Mas então se aceitou a tese fundamental do individualismo metodológico, a saber, que são as ideias sustentadas pelos indivíduos que determinam sua lealdade ao grupo, e um coletivo não aparece mais como uma entidade agindo por conta própria e por iniciativa própria.

Todas as relações inter-humanas são o desdobramento de ideias e a conduta de indivíduos dirigidos por essas ideias. O déspota governa porque seus súditos preferiram obedecê-lo do que resistir-lhe abertamente. O dono de escravos está em posição de lidar com seus escravos como se fossem bens móveis, porque os escravos estão dispostos a ceder às suas pretensões, quer queira quer não. É uma transformação ideológica que em nossa época enfraquece e ameaça dissolver inteiramente a autoridade de pais, professores e clérigos.

O significado do individualismo filosófico foi lamentavelmente mal interpretado pelos arautos do coletivismo. A seu ver, o dilema é se as preocupações - interesses - dos indivíduos deveriam ser classificadas antes das de um dos - selecionados arbitrariamente - coletivos. No entanto, a controvérsia epistemológica entre individualismo e coletivismo não tem referência direta a essa questão puramente política. O individualismo como princípio da análise filosófica, praxeológica e histórica da ação humana significa o estabelecimento dos fatos de que todas as ações podem ser atribuídas aos indivíduos e que nenhum método científico pode conseguir determinar como eventos externos definidos, passíveis de uma descrição pelos métodos das ciências naturais, produziram dentro da mente humana ideias definidas, julgamentos de valor e volições. Nesse sentido, o indivíduo que não se pode dissolver em componentes é, a um só tempo, o ponto de partida e o dado irredutível de todos os esforços de lidar com a ação humana.

O método coletivista é antropomórfico, pois simplesmente parte do pressuposto de que todos os conceitos da ação dos indivíduos podem ser aplicados

aos dos coletivos. Não vê que todos os coletivos são o produto de uma maneira definida pela qual os indivíduos agem; são um desdobramento de ideias que determinam a conduta dos indivíduos.

### **VI. A abordagem da macroeconomia**

Os autores que pensam ter substituído, na análise da economia de mercado, uma abordagem holística ou social ou universalista ou institucional ou macroeconômica por aquilo que desprezam como uma abordagem individualista espúria iludem a si próprios e ao seu público. Pois todo raciocínio concernente à ação deve lidar com a avaliação e com a busca por fins definidos, pois não há ação não orientada por causas finais. É possível analisar as condições que prevaleceriam dentro de um sistema socialista em que apenas o czar supremo determina todas as atividades e todos os outros indivíduos apagam sua própria personalidade e se convertem virtualmente em meros instrumentos nas mãos das ações do czar. Para a teoria do socialismo integral, pode parecer suficiente considerar apenas as avaliações e ações do czar supremo. Todavia, ao se lidar com um sistema em que os esforços de mais de um indivíduo dirigem ou afetam as ações, não se pode deixar de seguir os rastros deixados pela ação até o ponto em que a análise não possa mais prosseguir, isto é, até os juízos de valor dos indivíduos e os fins que eles buscam obter.

A abordagem macroeconômica considera um segmento arbitrariamente selecionado da economia de mercado (como regra: uma nação) como se fosse uma unidade integrada. Tudo o que acontece neste segmento são ações de indivíduos e grupos de indivíduos agindo em conjunto. Mas a macroeconomia procede como se todas essas ações individuais fossem de fato o resultado da operação mútua de uma magnitude macroeconômica sobre outra.

A distinção entre macroeconomia e microeconomia é, no que diz respeito à terminologia, emprestada da distinção da física moderna entre física microscópica, que lida com sistemas em escala atômica, e física molar, que lida com sistemas em uma escala apreciável aos sentidos grosseiros do homem. Isso implica que, idealmente, as leis microscópicas sozinhas são suficientes para cobrir todo o campo da física, as leis molares sendo meramente uma adaptação conveniente delas a um problema especial, mas que ocorre frequentemente. A lei molar aparece como uma versão condensada e eliminada da lei microscópica.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> A. Eddington, *The Philosophy of Physical Science* (New York e Cambridge, 1939), pp. 28 ff.

Assim, a evolução que conduziu da física macroscópica para a física microscópica é vista como um progresso de um método menos satisfatório para um método mais satisfatório de lidar com os fenômenos da realidade.

O que os autores que introduziram a distinção entre macroeconomia e microeconomia na terminologia que trata dos problemas econômicos têm em mente é exatamente o oposto. Sua doutrina implica que a microeconomia é uma forma insatisfatória de estudar os problemas envolvidos e que a substituição da macroeconomia pela microeconomia equivale à eliminação de um método insatisfatório pela adoção de um método mais satisfatório.

O macroeconomista se ilude se em seu raciocínio empregar preços monetários determinados no mercado por compradores e vendedores individuais. Uma abordagem macroeconômica consistente teria que evitar qualquer referência a preços e dinheiro. A economia de mercado é um sistema social no qual os indivíduos atuam. As avaliações dos indivíduos, conforme manifestadas nos preços de mercado, determinam o curso de todas as atividades de produção. Se se quiser opor à realidade da economia de mercado a imagem de um sistema holístico, deve-se abster-se de qualquer uso de preços.

Vamos exemplificar um aspecto das falácias do método macroeconômico por meio da análise de um de seus esquemas mais populares, a chamada abordagem da renda nacional.

A receita é um conceito dos métodos contábeis de negócios com fins lucrativos. O empresário atende o consumidor para ter lucro. Ele mantém contas para saber se essa meta foi atingida ou não. Ele (e também capitalistas, investidores, que não são eles próprios ativos no negócio, e, claro, também agricultores e proprietários de todos os tipos de bens imóveis) compara o equivalente em dinheiro de todos os bens dedicados à empresa em dois instantes diferentes de tempo e assim aprende qual foi o resultado de suas transações no período entre esses dois instantes. Desse cálculo emergem os conceitos de lucro ou perda em contraste com o de capital. Se o dono da roupa a que se refere esta contabilidade chama o lucro obtido de "receita", o que ele quer dizer é: se eu consumir tudo, não reduzo o capital investido na empresa.

As modernas leis tributárias chamam de "renda" não apenas o que o contador considera como o lucro obtido por uma determinada unidade de

negócios e o que o proprietário dessa unidade considera como a receita derivada das operações dessa unidade, mas também o lucro líquido dos profissionais e os salários e vencimentos dos funcionários. Somando-se para o todo de uma nação o que é renda no sentido contábil e o que é renda meramente no sentido das leis tributárias, obtém-se o valor denominado "renda nacional".

A ilusão desse conceito de renda nacional pode ser vista não apenas em sua dependência de mudanças no poder de compra da unidade monetária. Quanto mais a inflação avança, maior aumenta a renda nacional. Dentro de um sistema econômico em que não há aumento da oferta de moeda e meios fiduciários, a progressiva acumulação de capital e o aprimoramento dos métodos tecnológicos de produção que ela engendra resultariam em uma queda progressiva dos preços ou, o que quer que seja, uma aumento do poder de compra da unidade monetária. A quantidade de bens disponíveis para consumo aumentaria e o padrão de vida médio melhoraria, mas essas mudanças não seriam visíveis nos números das estatísticas de renda nacional.

O conceito de renda nacional oblitera inteiramente as condições reais de produção em uma economia de mercado. Implica a ideia de que não são as atividades dos indivíduos que provocam a melhora (ou diminuição) da quantidade de bens disponíveis, mas algo que está acima e fora dessas atividades. Esse algo misterioso produz uma quantidade chamada "renda nacional" e então um segundo processo "distribui" essa quantidade entre os vários indivíduos. O significado político deste método é óbvio. Critica-se a "desigualdade" que prevalece na "distribuição" da renda nacional. Bane-se a questão de saber o que causa a alta ou a baixa da renda nacional e implica-se não haver desigualdade entre as contribuições e realizações dos indivíduos que geram o total da renda nacional.

Quando se questiona quais são os fatores que fazem aumentar a renda nacional, só se tem uma resposta: a melhoria dos equipamentos, das ferramentas e das máquinas empregadas na produção, por um lado, e a melhoria no aproveitamento dos equipamentos disponíveis para o melhor possível satisfação dos desejos humanos, por outro lado.

O primeiro é o efeito da poupança e da acumulação de capital, o último da habilidade tecnológica e das atividades empresariais. Se chamarmos de progresso econômico do aumento da renda nacional (não produzida pela inflação), não se pode deixar de estabelecer o fato de que o progresso econômico é fruto do esforço

dos poupadores, dos inventores e dos empresários. O que uma análise imparcial da renda nacional teria de mostrar é, antes de tudo, a evidente desigualdade na contribuição de vários indivíduos para o surgimento da magnitude chamada renda nacional. Além disso, teria de mostrar como o aumento da quota *per capita* de capital empregado e o aperfeiçoamento das atividades tecnológicas e empresariais beneficiam - aumentando a produtividade marginal do trabalho e, portanto, os salários e os preços pagos pela utilização de recursos naturais recursos - também aquelas classes de indivíduos que não contribuíram para a melhoria das condições e o aumento da "renda nacional".

A abordagem da "renda nacional" é uma tentativa abortada de fornecer uma justificativa para a ideia marxista de que sob o capitalismo os bens são "socialmente" (*gesellschaftlich*) produzidos e então "apropriados" por indivíduos. Isso coloca as coisas de cabeça para baixo. Na realidade, os processos de produção são atividades de indivíduos cooperando uns com os outros. Cada colaborador individual recebe o que seus semelhantes - competindo uns com os outros como compradores no mercado - estão dispostos a pagar por sua contribuição. A título de argumentação, pode-se admitir que, somando os preços pagos por cada contribuição individual, pode-se chamar a renda nacional total resultante. Mas é um passatempo gratuito concluir que esse total foi produzido pela "nação" e lamentar - negligenciando a desigualdade das contribuições dos vários indivíduos - a desigualdade em sua suposta distribuição.

Não há nenhuma razão apolítica para proceder com tal soma de todas as rendas dentro de uma "nação" e não dentro de um coletivo mais amplo ou restrito. Por que a renda nacional dos Estados Unidos e não "renda estadual" do estado de Nova York ou "renda municipal" do condado de Westchester ou "renda municipal" do município de White Plains? Todos os argumentos que podem ser apresentados a favor da preferência do conceito de "renda nacional" dos Estados Unidos contra a receita de qualquer uma dessas unidades territoriais menores também podem ser avançados a favor da preferência pela receita continental de todas as partes da América ou mesmo a "renda mundial" em relação à renda nacional dos Estados Unidos. São apenas tendências políticas que tornam plausível a escolha dos Estados Unidos como unidade. Os responsáveis por essa escolha são críticos do que consideram a desigualdade das rendas individuais dentro dos Estados Unidos - ou dentro do território de outra nação soberana - e visam a uma maior igualdade de renda dos cidadãos de sua própria nação. Eles não são a favor de uma equalização mundial das rendas nem de uma equalização dentro dos vários

estados que formam os Estados Unidos ou suas subdivisões administrativas. Pode-se concordar ou discordar de seus objetivos políticos. Mas não se deve negar que o conceito macroeconômico de renda nacional é um mero slogan político desprovido de qualquer valor cognitivo.

### **VII. Realidade e Brincadeira**

As condições naturais de sua existência impunham aos ancestrais não humanos do homem a necessidade de lutarem impiedosamente até a morte. Incrustado no caráter animal do homem está o impulso da agressão, a ânsia de aniquilar todos aqueles que competem com ele nos esforços para arrebatrar uma parte suficiente dos escassos meios de subsistência que não bastam para a sobrevivência de todos os nascidos. Somente para o animal forte havia uma chance de permanecer vivo.

O que distingue o homem dos brutos é a substituição da inimizade mortal pela cooperação social. O instinto inato de agressão é suprimido para que não desintegre o esforço conjunto para preservar a vida e torná-la mais satisfatória, atendendo a desejos especificamente humanos. Para acalmar os impulsos reprimidos, mas não totalmente extintos, de ação violenta, danças e jogos de guerra foram utilizados. O que antes era extremamente sério agora era esportivamente duplicado como um passatempo. O torneio parece uma luta, mas é apenas um desfile. Todos os movimentos dos jogadores são estritamente regulados pelas regras do jogo. A vitória não consiste na aniquilação da outra parte, mas na conquista de uma situação que as regras declaram ser de sucesso. Os jogos não são realidade, mas apenas brincadeira. Eles são homens civilizados encontrando uma saída para instintos de inimizade profundamente arraigados. Quando o jogo termina, os vencedores e os derrotados apertam-se as mãos e voltam à realidade da sua vida social, que é a cooperação e não a luta.

Difícilmente se poderia interpretar mais equivocadamente a essência da cooperação social e do esforço econômico da humanidade civilizada do que olhar para ela como se fosse uma luta ou a duplicação lúdica da luta, um jogo. Na cooperação social, cada um, ao servir seus próprios interesses, serve aos interesses de seus semelhantes. Impulsionado pelo desejo de melhorar suas próprias condições, ele melhora as condições de outras pessoas. O padeiro não faz mal àqueles para quem faz pão; ele os serve. Todas as pessoas ficariam feridas se o padeiro parasse de produzir pão e o médico não atendesse mais os enfermos. O sapateiro não lança mão de "estratégia" para vencer seus clientes fornecendo-lhes

sapatos. A competição no mercado não deve ser confundida com a impiedosa competição biológica que prevalece entre animais e plantas ou com as guerras ainda travadas entre - infelizmente ainda não completamente - nações civilizadas. A competição catalítica no mercado visa atribuir a cada indivíduo a função no sistema social em que ele pode prestar a todos os seus semelhantes o mais valioso dos serviços que é capaz de realizar.

Sempre houve pessoas que eram emocionalmente incapazes de conceber o princípio fundamental da cooperação no sistema de divisão de tarefas. Podemos tentar compreender sua fragilidade timologicamente. A compra de qualquer mercadoria restringe o poder do comprador de adquirir alguma outra mercadoria que ele também deseja obter, embora, é claro, ele considere sua aquisição menos importante do que a do bem que ele realmente compra. Deste ponto de vista, ele vê qualquer compra que fizer como um obstáculo que o impede de satisfazer alguns outros desejos. Se ele não comprar *A* ou se ele teve que gastar menos com *A*, ele teria sido capaz de adquirir *B*. Existe, para pessoas de mente estreita, mas um passo para a inferência de que é o vendedor de *A* que o obriga a renunciar *B*. Ele vê no vendedor não o homem que lhe permite satisfazer uma de suas necessidades, mas o homem que o impede de satisfazer outras necessidades. O tempo frio o induz a comprar combustível para seu fogão e restringe os fundos que ele pode gastar em outras coisas. Mas ele não culpa o tempo nem seu desejo por calor; ele coloca a culpa no negociante de carvão. Este homem mau, pensa ele, lucra com seu constrangimento.

Esse foi o raciocínio que levou as pessoas à conclusão de que a fonte de onde provêm os lucros do empresário é a necessidade e o sofrimento de seus semelhantes. Segundo esse raciocínio, o médico ganha a vida com a doença do paciente, não com a cura. As padarias prosperam com a fome, não porque forneçam os meios para aplacar a fome. Nenhum homem pode lucrar, a não ser às custas de alguns outros homens; o ganho de um homem é necessariamente a perda de outro. Em um ato de troca, apenas o vendedor ganha, enquanto o comprador sai mal. O comércio beneficia os vendedores ao prejudicar os compradores. A vantagem do comércio exterior, diz a doutrina mercantilista, antiga e nova, consiste em exportar, não nas importações adquiridas pelas exportações.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Mises, *Human Action*, pp. 660 ff.

Diante dessa falácia, a preocupação do empresário é prejudicar o público. Sua habilidade é estratégia, por assim dizer, a arte de infligir o máximo de mal possível ao inimigo. Os adversários cuja ruína ele trama são seus clientes em potencial, bem como seus concorrentes, aqueles que, como ele, embarcam em ataques contra o povo. O método mais adequado para investigar cientificamente as atividades empresariais e o processo de mercado é analisar o comportamento e a estratégia das pessoas envolvidas em jogos.<sup>48</sup>

Em um jogo, há um prêmio definitivo que cabe ao vencedor. Se o prêmio foi fornecido por terceiros, a parte derrotada vai embora de mãos vazias. Se o prêmio for formado por contribuições dos jogadores, o derrotado perderá sua aposta em benefício da parte vitoriosa. Em um jogo, existem vencedores e perdedores. Mas um negócio é sempre vantajoso para ambas as partes. Se tanto o comprador quanto o vendedor não considerassem a transação como a ação mais vantajosa que poderiam escolher nas condições vigentes, eles não fechariam o negócio.<sup>49</sup>

É verdade que os negócios, assim como os jogos, são um comportamento racional. Mas assim são todas as outras ações do homem. O cientista em suas investigações, o assassino na trama de seu crime, o candidato a cargos na busca de votos, o juiz em busca de uma decisão justa, o missionário em suas tentativas de converter um descrente, o professor instruindo seus alunos, todos procedem de forma racional.

Um jogo é um passatempo, é um meio de empregar o tempo de lazer e eliminar o tédio. Envolve custos e pertence à esfera do consumo. Mas os negócios são um meio - o único meio - de aumentar a quantidade de bens disponíveis para preservar a vida e torná-la mais agradável. Nenhum jogo pode, além do prazer que proporciona aos jogadores e aos espectadores, contribuir em nada para a melhoria das condições humanas.<sup>50</sup> É um erro igualar os jogos às realizações da atividade empresarial.

---

<sup>48</sup> J. v. Neumann e O. Morgenstern, *Theory of Games and Economic Behavior* (Princeton University Press, 1944); R. Duncan Luce e H. Raiffa, *Games and Decisions* (Nova York, 1957); e muitos outros livros e artigos.

<sup>49</sup> Mises, *Human Action*, pp. 661ss.

<sup>50</sup> Jogos organizados para o entretenimento dos espectadores não são jogos propriamente ditos, mas show business.

O empenho do homem em melhorar as condições de sua existência o impele à ação. A ação requer planejamento e a decisão de qual dos vários planos é o mais vantajoso. Mas o traço característico dos negócios não é que imponha ao homem a tomada de decisões como tal, mas que visa melhorar as condições de vida. Os jogos são diversão, esporte e diversão; negócio é vida e realidade.

### **VIII. Interpretação errônea do clima de opinião**

Não se explica uma doutrina e ações por ela engendradas ao declarar que foi gerada pelo espírito da época ou pelo ambiente pessoal ou geográfico dos agentes. Ao recorrer a tais interpretações, meramente enfatizamos o fato de que uma ideia definida estava de acordo com outras ideias sustentadas ao mesmo tempo e no mesmo meio por outras pessoas. O que se denomina o espírito de uma época, dos membros de um coletivo ou de um determinado meio, são precisamente as doutrinas que prevalecem entre os indivíduos envolvidos.

As ideias que mudam o clima intelectual de um determinado ambiente são aquelas inéditas antes. Para essas novas ideias, não há outra explicação senão que houve um homem de cuja mente elas se originaram.

Uma nova ideia é uma resposta fornecida por seu autor ao desafio das condições naturais ou de ideias desenvolvidas anteriormente por outras pessoas. Olhando para trás, na história das ideias - e nas ações engendradas por elas - o historiador pode descobrir uma tendência definida em sua sucessão e pode dizer que "logicamente" a ideia anterior justificou o surgimento da ideia posterior. No entanto, essa filosofia retrospectiva carece de qualquer justificativa racional. Sua tendência a menosprezar as contribuições do gênio - o herói da história intelectual - e de atribuir sua obra à conjuntura dos acontecimentos só faz sentido no quadro de uma filosofia da história que pretende conhecer o plano oculto de Deus ou de um poder sobre-humano (como as forças produtivas materiais no sistema de Marx) deseja realizar dirigindo as ações de todos os homens. Do ponto de vista de tal filosofia, todos os homens são marionetes, fadados a se comportar exatamente como o demiurgo lhes estipulou.

### **IX. A crença na onipotência do pensamento**

Um traço característico das ideias populares atuais a respeito da cooperação social é o que Freud chamou de crença na onipotência do pensamento

humano (*die Allmacht des Gedankens*).<sup>51</sup> Essa crença, é claro, (à parte dos psicopatas e neuróticos) não é mantida com relação à esfera que é investigada pelas ciências naturais. Mas no campo dos eventos sociais está firmemente estabelecido. Desenvolveu-se a partir da doutrina que atribui infalibilidade às maiorias.

O ponto essencial nas doutrinas políticas do Iluminismo era a substituição do despotismo real pelo governo representativo. No conflito constitucional espanhol em que os campeões do governo parlamentar lutavam contra as aspirações absolutistas do Bourbon Ferdinand VII, os partidários de um regime constitucional eram chamados de liberais, e os do rei, servis. Muito em breve o nome Liberalismo foi adotado em toda a Europa.

O governo representativo ou parlamentar (também denominado governo do povo ou governo democrático) é o governo por titulares de cargos designados pela maioria do povo. Os demagogos tentaram justificá-lo com balbucios extáticos sobre a inspiração sobrenatural das maiorias. No entanto, é um erro grave presumir que os liberais do século XIX da Europa e da América o defendiam porque acreditavam na sabedoria infalível, na perfeição moral, na justiça inerente e em outras virtudes do homem comum e, portanto, das maiorias. Os liberais queriam salvaguardar a evolução suave da prosperidade e do bem-estar material e espiritual de todas as pessoas. Eles queriam acabar com a pobreza e a miséria. Como um meio de atingir esses fins, eles defenderam instituições que contribuíssem para a cooperação pacífica de todos os cidadãos das várias nações, bem como para a paz internacional. Eles viam as guerras, fossem guerras civis (revoluções) ou guerras estrangeiras, como uma perturbação do progresso constante da humanidade para condições mais satisfatórias. Eles perceberam muito bem que a economia de mercado, a própria base da civilização moderna, envolve cooperação pacífica e se espalha quando as pessoas, em vez de trocar mercadorias e serviços, estão lutando entre si.

Por outro lado, os liberais compreenderam muito bem o fato de que o poder dos governantes, em última análise, não se baseia na força material, mas nas ideias. Como David Hume apontou em seu famoso ensaio *Sobre os Primeiros Princípios de Governo*, os governantes são sempre uma minoria de pessoas. Sua autoridade e poder de exigir obediência por parte da imensa maioria dos que estão

---

<sup>51</sup> Freud, *Totem und Tabu* (Viena, 1913), pp. 79 e segs.

sujeitos a eles derivam da opinião destes últimos de que servem melhor seus próprios interesses pela lealdade a seus chefes e pelo cumprimento de suas ordens. Se essa opinião minguar, a maioria mais cedo ou mais tarde se rebelará. A revolução - guerra civil - removerá o sistema impopular de governo e os governantes impopulares e os substituirá por um sistema e por funcionários que a maioria considera mais favoráveis à promoção de seus próprios interesses. Para evitar tais violentos distúrbios da paz e suas conseqüências perniciosas, para salvaguardar o funcionamento pacífico do sistema econômico, os liberais advogam o governo pelos representantes da maioria. Esse esquema torna possível uma mudança pacífica na organização dos negócios públicos. Torna o recurso às armas e ao derramamento de sangue desnecessário, não apenas nas relações internas, mas também nas relações internacionais. Quando cada território pode, pelo voto da maioria, determinar se deve formar um estado independente ou uma parte de um estado maior, não haverá mais guerras para conquistar mais províncias.<sup>52</sup>

Ao defender o governo da maioria do povo, os liberais do século XIX não alimentaram quaisquer ilusões sobre a perfeição intelectual e moral de muitos, das maiorias. Eles sabiam que todos os homens estão sujeitos ao erro e que poderia acontecer que a maioria, iludida por doutrinas errôneas propagadas por demagogos irresponsáveis, pudesse embarcar em políticas que resultariam em desastre, mesmo na destruição total da civilização. Mas eles não estavam menos cientes do fato de que nenhum método de governo imaginável poderia prevenir tal catástrofe. Se a pequena minoria de cidadãos esclarecidos que são capazes de conceber princípios sólidos de gestão política não conseguem ganhar o apoio de seus concidadãos e convertê-los ao endosso de políticas que trazem e preservam a prosperidade, a causa da humanidade e da civilização é desesperadora. Não há outro meio de salvaguardar um desenvolvimento favorável dos negócios humanos do que fazer com que as massas de pessoas inferiores adotem as ideias da elite. Isso deve ser alcançado convencendo-os. Não pode ser realizado por um regime despótico que, em vez de iluminar as massas, as leva à submissão. No longo prazo, as ideias da maioria, por mais prejudiciais que sejam, continuarão. O futuro da humanidade depende da capacidade da elite de influenciar a opinião pública na direção certa. Não pode ser realizado por um regime despótico que, em vez de iluminar as massas, as leva à submissão. No longo prazo, as ideias da maioria, por mais prejudiciais que sejam, continuarão. O futuro da humanidade depende da

---

<sup>52</sup> A primeira condição para o estabelecimento da paz perpétua é, naturalmente, a adoção geral dos princípios do capitalismo laissez-faire. Sobre este problema, veja Mises, *Human Action*, pp. 680 ff., *E Mises, Omnipotent Government* (New Haven: Yale University Press, 1944), pp. 89 ff.

capacidade da elite de influenciar a opinião pública na direção certa. Não pode ser realizado por um regime despótico que, em vez de iluminar as massas, as leva à submissão. No longo prazo, as ideias da maioria, por mais prejudiciais que sejam, continuarão. O futuro da humanidade depende da capacidade da elite de influenciar a opinião pública na direção certa.

Esses liberais não acreditavam na infalibilidade de nenhum ser humano nem na infalibilidade das maiorias. Seu otimismo em relação ao futuro baseava-se na expectativa de que a elite intelectual convenceria a maioria a aprovar políticas benéficas.

A história dos últimos cem anos não cumpriu essas esperanças. Talvez a transição do despotismo de reis e aristocracias tenha ocorrido repentinamente. De qualquer forma, é fato que a doutrina que atribui excelência intelectual e moral ao homem comum e, conseqüentemente, infalibilidade à maioria, tornou-se o dogma fundamental da propaganda política "progressista". Em seu desenvolvimento lógico posterior, gerou a crença de que, no campo da organização política e econômica da sociedade, qualquer esquema arquitetado pela maioria pode funcionar de maneira satisfatória. As pessoas não perguntam mais se o intervencionismo ou o socialismo podem produzir os efeitos que seus defensores esperam deles. O simples facto de a maioria dos eleitores os solicitar é considerado uma prova irrefutável de que podem funcionar e resultarão inevitavelmente nos benefícios esperados. Nenhum político está mais interessado na questão de saber se uma medida é adequada para produzir os fins pretendidos. O que só conta para ele é se a maioria dos eleitores a favor ou rejeita.<sup>53</sup>

No entanto, o critério da verdade é que funciona mesmo que ninguém esteja preparado para reconhecê-lo.

---

<sup>53</sup> Sintomático dessa mentalidade é o peso atribuído pelos políticos às conclusões das pesquisas de opinião pública.

## X. O conceito de um sistema perfeito de governo

O "engenheiro social" é o reformador que está preparado para "liquidar" todos aqueles que não se enquadram em seu plano de ordenamento dos negócios humanos. No entanto, historiadores e às vezes até vítimas que ele condena à morte não são contrários a encontrar algumas circunstâncias atenuantes para seus massacres ou massacres planejados, apontando que ele foi motivado em última instância por uma ambição nobre: ele queria estabelecer o estado perfeito da humanidade. Eles atribuem a ele um lugar na longa fila de criadores de esquemas utópicos.

Ora, certamente é tolice desculpar dessa forma os assassinatos em massa de gângsteres sádicos como Stalin e Hitler. Mas não há dúvida de que muitos dos mais sangrentos "liquidadores" foram guiados pelas ideias que inspiraram, desde tempos imemoriais, as tentativas dos filósofos de meditar sobre uma constituição perfeita. Tendo uma vez traçado o projeto de tal ordem ideal, o autor está em busca do homem que a estabeleceria suprimindo a oposição de todos aqueles que discordam. Nesse sentido, Platão estava ansioso para encontrar um tirano que usaria seu poder para a realização do estado ideal platônico. A questão de saber se outras pessoas gostariam ou não do que ele próprio tinha reservado para elas nunca ocorreu a Platão. Era uma coisa evidente para ele que o rei que se tornasse filósofo ou o filósofo que se tornasse rei tinha o direito de agir sozinho e que todas as outras pessoas tinham, sem vontade própria, de se submeter às suas ordens. Visto do ponto de vista do filósofo que está firmemente convencido de sua própria infalibilidade, todos os dissidentes aparecem apenas como rebeldes teimosos que resistem ao que os beneficiará.

A experiência proporcionada pela história, especialmente pela dos últimos duzentos anos, não abalou essa crença na salvação pela tirania e a liquidação dos dissidentes. Muitos de nossos contemporâneos estão firmemente convencidos de que o que é necessário para tornar todos os assuntos humanos perfeitamente satisfatórios é a supressão brutal de todas as pessoas "más", isto é, daqueles de quem discordam. Eles sonham com um sistema de governo perfeito que - como eles pensam - já teria sido realizado há muito tempo se esses homens "maus", guiados pela estupidez e egoísmo, não tivessem impedido seu estabelecimento.

Uma escola moderna e supostamente científica de reformadores rejeita essas medidas violentas e atribui a culpa de tudo o que falta às condições humanas ao suposto fracasso do que é chamado de "ciência política". As ciências naturais,

dizem eles, avançaram consideravelmente nos últimos séculos, e a tecnologia nos fornece quase que mensalmente novos instrumentos que tornam a vida mais agradável. Mas "o progresso político foi nulo". A razão é que "a ciência política parou".<sup>54</sup> A ciência política deve adotar os métodos das ciências naturais; não deveria mais perder seu tempo em meras especulações, mas deveria estudar os "fatos". Pois, como nas ciências naturais, os "fatos são necessários antes da teoria".<sup>55</sup>

Difícilmente se pode interpretar mal de forma mais lamentável todos os aspectos das condições humanas. Restringindo nossa crítica aos problemas epistemológicos envolvidos, temos que dizer: o que hoje se chama de "ciência política" é aquele ramo da história que trata da história das instituições políticas e da história do pensamento político manifestada nos escritos de autores que dissertou sobre instituições políticas e esboçou planos para sua alteração. É história e pode, como tal, como foi apontado acima, nunca fornecer quaisquer "fatos" no sentido em que esse termo é usado nas ciências naturais experimentais. Não há necessidade de instar os cientistas políticos a reunir todos os fatos do passado remoto e da história recente, falsamente rotulados de "experiência presente".<sup>56</sup> Na verdade, eles fazem tudo o que pode ser feito a esse respeito. E não faz sentido dizer a eles que as conclusões derivadas desse material deveriam "ser testadas por experimentos".<sup>57</sup> É supererrogatório repetir que as ciências da ação humana não podem fazer experimentos.

Seria absurdo afirmar apoditicamente que a ciência jamais conseguirá desenvolver uma doutrina praxeológica apriorística de organização política que colocaria uma ciência teórica ao lado da disciplina puramente histórica da ciência política. Tudo o que podemos dizer hoje é que nenhum homem vivo sabe como tal ciência poderia ser construída. Mas mesmo que esse novo ramo da praxeologia surgisse um dia, não teria utilidade para o tratamento dos problemas que os filósofos e estadistas estavam e estão ansiosos para resolver.

Que toda ação humana deve ser julgada e é julgada por seus frutos ou resultados é um velho truísmo. É um princípio com relação ao qual os Evangelhos concordam com os ensinamentos frequentemente mal compreendidos da filosofia

---

<sup>54</sup> NC Parkinson, *The Evolution of Political Thought* (Boston, 1958), p. 306.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 309.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 314.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 314.

utilitarista. Mas o ponto crucial é que as pessoas diferem amplamente umas das outras na avaliação dos resultados. O que alguns consideram bom ou melhor é frequentemente rejeitado por outros como totalmente ruim. Os utópicos não se preocuparam em nos dizer qual arranjo dos assuntos de Estado melhor satisfaria seus concidadãos. Eles simplesmente expuseram quais condições para o resto da humanidade seriam mais satisfatórias para eles. Nem para eles, nem para seus adeptos que tentaram realizar seus esquemas, jamais ocorreu que há uma diferença fundamental entre essas duas coisas. Os ditadores soviéticos e a sua comitiva pensam que tudo vai bem na Rússia na medida em que eles próprios estejam satisfeitos.

Mas, mesmo que, para fins de argumentação, deixemos de lado essa questão, temos que enfatizar que o conceito de sistema de governo perfeito é falacioso e contraditório.

O que eleva o homem acima de todos os outros animais é a cognição de que a cooperação pacífica sob o princípio da divisão do trabalho é um método melhor para preservar a vida e remover o mal-estar sentido do que se entregar a uma competição biológica impiedosa por uma parte dos escassos meios de subsistência fornecidos pela natureza. Guiado por essa compreensão, o homem sozinho entre todos os seres vivos visa conscientemente substituir o que os filósofos chamam de estado de natureza ou *bellum omnium contra omnes* (lei da selva) pela cooperação social. Porém, para preservar a paz, é, como o ser humano, imprescindível estar pronto para repelir pela violência qualquer agressão, seja por parte de gangsters domésticos ou de inimigos externos. Assim, a cooperação humana pacífica, o pré-requisito da prosperidade e civilização, não pode existir sem um aparato social de coerção e compulsão, ou seja, sem um governo. Os males da violência, do roubo e do homicídio só podem ser evitados por uma instituição que, ela própria, sempre que necessário, recorre aos próprios métodos de atuação para cuja prevenção foi instituída. Surge uma distinção entre o emprego ilegal da violência e o recurso legítimo a ela. Cientes desse fato, algumas pessoas chamaram o governo de um mal, embora admitam que seja um mal necessário. Contudo, o que é necessário para atingir um fim buscado e considerado benéfico não é um mal na conotação moral deste termo, mas um meio, o preço a ser pago por ele. Ainda assim, permanece o fato de que ações consideradas altamente censuráveis e criminosas quando perpetradas por indivíduos "não autorizados" são aprovadas quando cometidas pelas "autoridades".

O governo, como tal, não é apenas um mal, mas a instituição mais necessária e benéfica, pois sem ele nenhuma cooperação social duradoura e nenhuma civilização poderia ser desenvolvida e preservada. É um meio de lidar com uma imperfeição inerente de muitos, talvez da maioria de todas as pessoas. Se todos os homens fossem capazes de perceber que a alternativa para a cooperação social pacífica é a renúncia a tudo o que distingue o *Homo sapiens* das feras predadoras, e se todos tivessem a força moral para sempre agir de acordo, não haveria necessidade de estabelecimento de um aparato social de coerção e opressão. Não o estado é um mal, mas as deficiências da mente e do caráter humanos que requerem imperativamente a operação de um poder policial. Governo e estado nunca podem ser perfeitos porque devem razão de ser para a imperfeição do homem e pode atingir o seu fim, a eliminação do impulso inato do homem para a violência, apenas recorrendo à violência, a mesma coisa que eles são chamados a prevenir.

É uma lâmina de dois gumes confiar a um indivíduo ou grupo de indivíduos a autoridade para recorrer à violência. A sedução implícita é muito tentadora para um ser humano. Os homens que devem proteger a comunidade contra as agressões violentas tornam-se facilmente os agressores mais perigosos. Eles violam suas responsabilidades. Eles usam mal seu poder para opressão daqueles que deveriam defender contra a opressão. O principal problema político é como evitar que o poder policial se torne tirânico. Este é o significado de todas as lutas pela liberdade. A característica essencial da civilização ocidental que a distingue das civilizações presas e petrificadas do Oriente foi e é sua preocupação com a liberdade do Estado. A história do Ocidente, da Grécia Antiga à atual resistência ao socialismo, é, essencialmente, a história da luta pela liberdade contra o avanço dos governantes.

Uma escola de filósofos sociais de mentalidade superficial, os anarquistas, optou por ignorar o assunto ao sugerir uma organização sem estado da humanidade. Eles simplesmente ignoraram o fato de que os homens não são anjos. Eles eram muito estúpidos para perceber que, no curto prazo, um indivíduo ou um grupo de indivíduos pode certamente promover seus próprios interesses às custas dos seus próprios e dos interesses de longo prazo de todos os outros. Uma sociedade que não está preparada para impedir os ataques de agressores tão sociais e míopes está desamparada e à mercê de seus membros menos inteligentes e mais brutais. Enquanto Platão fundou sua utopia na esperança de que um pequeno grupo de filósofos perfeitamente sábios e moralmente impecáveis estará

disponível para a condução suprema dos assuntos, os anarquistas deram a entender que todos os homens, sem exceção, serão dotados de sabedoria perfeita e impecabilidade moral. Eles falharam em conceber que nenhum sistema de cooperação social pode remover o dilema entre os interesses de um homem ou de um grupo no curto e no longo prazo.

A propensão atávica do homem de subjugar todas as outras pessoas se manifesta claramente na popularidade desfrutada pelo esquema socialista. O socialismo é totalitário. O autocrata ou o conselho de autocratas sozinho é chamado a agir. Todos os outros homens serão privados de qualquer critério para escolher e visar os fins escolhidos; oponentes serão liquidados. Ao aprovar esse plano, todo socialista implica tacitamente que os ditadores, os encarregados da gestão da produção e de todas as funções de governo, cumprirão precisamente suas próprias ideias sobre o que é desejável e o que é indesejável. Ao deificar o estado - se ele é um marxista ortodoxo, ele o chama de sociedade - e ao atribuir-lhe poder ilimitado, ele se deifica e visa a supressão violenta de todos aqueles de quem discorda. O socialista não vê nenhum problema na condução da política porque só se importa com sua própria satisfação, e não leva em conta a possibilidade de que um governo socialista proceda de modo que ele não aprove.

Os "cientistas políticos" estão livres das ilusões e auto-engano que estragam o julgamento de anarquistas e socialistas. Mas, ocupados com o estudo do imenso material histórico, eles se preocupam com os detalhes, com os inúmeros casos de ciúme mesquinho, inveja, ambição pessoal e cobiça exibidos pelos atores na cena política. Eles atribuem o fracasso de todos os sistemas políticos até então experimentados à fraqueza moral e intelectual do homem. A seu ver, esses sistemas falharam porque seu funcionamento satisfatório exigiria homens de qualidades morais e intelectuais apenas excepcionalmente presentes na realidade. Partindo dessa doutrina, eles tentaram traçar planos para uma ordem política que pudesse funcionar automaticamente, por assim dizer, e não seria envolvida pela inépcia e vícios dos homens. A constituição ideal deve salvaguardar uma conduta impecável dos assuntos públicos, apesar da corrupção e ineficiência dos governantes e do povo. Os que buscavam tal sistema jurídico não se entregavam às ilusões dos autores utópicos que presumiam que todos os homens, ou pelo menos uma minoria de homens superiores, são inocentes e eficientes. Eles se orgulharam de sua abordagem realista do problema. Mas eles nunca levantaram a questão de como os homens maculados por todas as deficiências inerentes ao caráter humano poderiam ser induzidos a se submeter voluntariamente a uma

ordem que os impediria de dar vazão a seus caprichos e fantasias. Os que buscavam tal sistema jurídico não se entregavam às ilusões dos autores utópicos que presumiam que todos os homens, ou pelo menos uma minoria de homens superiores, são inocentes e eficientes. Eles se orgulharam de sua abordagem realista do problema. Mas eles nunca levantaram a questão de como os homens maculados por todas as deficiências inerentes ao caráter humano poderiam ser induzidos a se submeter voluntariamente a uma ordem que os impediria de dar vazão a seus caprichos e fantasias. Os que buscavam tal sistema jurídico não se entregavam às ilusões dos autores utópicos que presumiam que todos os homens, ou pelo menos uma minoria de homens superiores, são inocentes e eficientes. Eles se orgulharam de sua abordagem realista do problema. Mas eles nunca levantaram a questão de como os homens maculados por todas as deficiências inerentes ao caráter humano poderiam ser induzidos a se submeter voluntariamente a uma ordem que os impediria de dar vazão a seus caprichos e fantasias.

No entanto, a principal deficiência dessa abordagem supostamente realista do problema não é apenas isso. Deve-se ver na ilusão de que o governo, instituição cuja função essencial é o emprego da violência, pudesse operar de acordo com os princípios da moral que condenam peremptoriamente o recurso à violência. O governo está golpeando até a submissão, aprisionando e matando. As pessoas podem estar propensas a esquecê-lo porque o cidadão obediente à lei submete-se humildemente às ordens das autoridades para evitar punição. Mas os juristas são mais realistas e chamam uma lei sem sanção de lei imperfeita. A autoridade da lei feita pelo homem é inteiramente devida às armas dos condestáveis que impõem obediência às suas disposições. Nada do que se deve dizer sobre a necessidade da ação governamental e os benefícios dela derivados pode remover ou mitigar o sofrimento daqueles que definham nas prisões. Nenhuma reforma pode tornar perfeitamente satisfatório o funcionamento de uma instituição cuja atividade essencial consiste em infligir dor.

A responsabilidade pelo fracasso em descobrir um sistema de governo perfeito não reside no alegado atraso do que se chama ciência política. Se os homens fossem perfeitos, não haveria necessidade de governo. Com homens imperfeitos, nenhum sistema de governo poderia funcionar satisfatoriamente.

A eminência do homem consiste em seu poder de escolher os fins e de recorrer aos meios para a consecução dos fins escolhidos; as atividades do governo visam restringir a liberdade de ação dos indivíduos. Todo homem visa

evitar o que lhe causa dor; as atividades do governo consistem, em última instância, em infligir dor. Todas as grandes conquistas da humanidade foram o produto de um esforço espontâneo por parte dos indivíduos; o governo substitui a coerção pela ação voluntária. É verdade, o governo é indispensável porque os homens não são perfeitos. Mas projetado para lidar com alguns aspectos da imperfeição humana, nunca pode ser perfeito.

### **XI. As Ciências do Comportamento**

As autodenominadas ciências do comportamento querem lidar cientificamente com o comportamento humano.<sup>58</sup> Eles rejeitam como "não científicos" ou "racionalistas" os métodos da praxeologia e da economia. Por outro lado, eles depreciam a história como contaminada pelo antiquarismo e desprovida de qualquer uso prático para a melhoria das condições humanas. Sua suposta nova disciplina irá, eles prometem, lidar com todos os aspectos do comportamento do homem e, assim, fornecer conhecimento que prestará serviços inestimáveis aos esforços para melhorar a sorte da humanidade.

Os representantes dessas novas ciências não estão preparados para perceber que são historiadores e recorrem aos métodos da pesquisa histórica.<sup>59</sup> O que frequentemente - mas nem sempre - os distingue dos historiadores regulares é que, como os sociólogos, eles escolhem como objeto de suas investigações as condições do passado recente e os aspectos da conduta humana que a maioria dos historiadores de épocas anteriores costumava negligenciar. Mais notável pode ser o fato de que seus tratados frequentemente sugerem uma política definida, como alegadamente "ensinada" pela história, uma atitude que a maioria dos historiadores de som abandonou há muito tempo. Não é nossa preocupação criticar os métodos aplicados nesses livros e artigos, nem questionar as ingênuas pretensões políticas ocasionalmente apresentadas por seus autores. O que torna aconselhável prestar atenção a esses estudos comportamentais é a negligência de um dos princípios epistemológicos mais importantes da história, o princípio da relevância.

Na pesquisa experimental das ciências naturais, tudo o que pode ser observado é suficientemente relevante para ser registrado. Como, de acordo com o *a priori* que está no início de toda pesquisa nas ciências naturais, tudo o que

---

<sup>58</sup> Não se deve confundir as "ciências do comportamento" com o behaviorismo. Sobre o último, veja Mises, *Human Action*, p. 26)

<sup>59</sup> Claro, alguns desses estudiosos lidam com problemas de medicina e higiene.

acontece está fadado a acontecer como efeito regular do que o precedeu, todo evento corretamente observado e descrito é um "fato" que deve ser integrado no corpo teórico da doutrina. Nenhum relato de uma experiência deixa de ter alguma relação com todo o conhecimento. Consequentemente, todo projeto de pesquisa, se realizado de maneira consciente e habilidosa, deve ser considerado uma contribuição ao esforço científico da humanidade.

Nas ciências históricas é diferente. Tratam das ações humanas: os juízos de valor que as incitaram, a utilidade dos meios escolhidos para sua atuação e os resultados por elas produzidos. Cada um desses fatores desempenha seu próprio papel na sucessão de eventos. É tarefa principal do historiador atribuir o mais corretamente possível a cada fator o alcance de seus efeitos. Essa quase quantificação, essa determinação da relevância de cada fator, é uma das funções que a compreensão específica das ciências históricas é chamada a desempenhar.<sup>60</sup>

No campo da história (no sentido mais amplo do termo) prevalecem diferenças consideráveis entre os diversos temas que poderiam ser objeto de atividades de pesquisa. É insignificante e sem sentido determinar em termos gerais "o comportamento do homem" como o programa de atividades de uma disciplina. O homem visa um número infinito de objetivos diferentes e recorre a um número infinito de meios diferentes para alcançá-los. O historiador (ou, nesse caso, o cientista do comportamento) deve escolher um assunto de relevância para o destino da humanidade e, portanto, também para a ampliação de nosso conhecimento. Ele não deve perder seu tempo com ninharias. Ao escolher o tema de seu livro, ele se classifica. Um homem escreve a história da liberdade, outro homem a história de um jogo de cartas. Um homem escreve a biografia de Dante, outro a do *maître* de um hotel da moda.<sup>61</sup>

Como os grandes temas do passado da humanidade já foram tratados pelas ciências históricas tradicionais, o que resta às ciências comportamentais são estudos detalhados sobre os prazeres, tristezas e crimes do homem comum. Para coletar material recente sobre estes e assuntos semelhantes, nenhum conhecimento ou técnica especial é necessário. Todo universitário pode embarcar imediatamente em algum projeto. Há um número ilimitado de assuntos para dissertações de doutorado e tratados de maior porte. Muitos deles tratam de

---

<sup>60</sup> Veja acima, p. 66

<sup>61</sup> Karl Schriftgiesser. *Oscar of the Waldorf* (Nova York, 1943), 248 páginas.

temas bastante triviais, destituídos de qualquer valor para o enriquecimento de nosso conhecimento.

Essas chamadas ciências do comportamento precisam urgentemente de uma reorientação completa do ponto de vista do princípio da relevância. É possível escrever um livro volumoso sobre cada assunto. Mas a questão é se esse livro trata de algo que é considerado relevante do ponto de vista da teoria ou da prática.

## Capítulo 6

# Outras implicações da negligência do pensamento econômico

---

### **I. A Abordagem Zoológica para Problemas Humanos**

O naturalismo planeja lidar com os problemas da ação humana da mesma forma que a zoologia lida com todos os outros seres vivos. O Behaviorismo quer obliterar o que distingue a ação humana do comportamento dos animais. Nesses esquemas, não sobra espaço para a qualidade humana específica, a característica distintiva do homem, a saber, a busca consciente pelos fins escolhidos. Eles ignoram a mente humana. O conceito de finalidade é estranho para eles.

Visto do ponto de vista zoológico, o homem é um animal. Mas prevalece uma diferença fundamental entre as condições de todos os outros animais e as do homem. Todo ser vivo é naturalmente o inimigo implacável de todos os outros seres vivos, especialmente de todos os outros membros de sua própria espécie. Pois os meios de subsistência são escassos. Eles não permitem que todos os espécimes sobrevivam e consumam sua existência até o ponto em que sua vitalidade inata seja totalmente gasta. Este conflito irreconciliável de interesses essenciais prevalece, em primeiro lugar, entre os membros da mesma espécie, porque dependem dos mesmos alimentos para sua sobrevivência. A natureza é literalmente "vermelha nos dentes e nas garras".<sup>62</sup>

O homem também é um animal. Mas ele difere de todos os outros animais porque, por força de sua razão, ele descobriu a grande lei cósmica da maior produtividade da cooperação sob o princípio da divisão do trabalho. O homem é, como Aristóteles formulou, o ζῷον πολιτικόν, o animal social, mas ele é "social" não por causa de sua natureza animal, mas por causa de sua qualidade especificamente humana. Os espécimes de sua própria espécie zoológica são, para o indivíduo humano, não inimigos mortais que se opõem a ele na competição biológica impiedosa, mas cooperadores ou potenciais cooperadores em esforços

---

<sup>62</sup> Tennyson, In Memoriam , LVI, iv.

conjuntos para melhorar a condição externa de seu próprio bem-estar. Um abismo intransponível separa o homem de todos os seres que não têm a capacidade de compreender o significado da cooperação social.

## II. A Abordagem das "Ciências Sociais"

É costume hipostatizar a cooperação social empregando o termo "sociedade". Diz-se que alguma misteriosa agência sobre-humana criou a sociedade e exige peremptoriamente que o homem sacrifique as preocupações de seu mesquinho egoísmo em benefício da sociedade.

O tratamento científico dos problemas envolvidos começa com a rejeição radical dessa abordagem mitológica. O que o indivíduo renuncia a fim de cooperar com outros indivíduos não são seus interesses pessoais opostos aos da sociedade fantasma. Ele abandona um benefício imediato para colher posteriormente um benefício maior. Seu sacrifício é provisório. Ele escolhe entre seus interesses de curto prazo e seus interesses de longo prazo, aqueles que os economistas clássicos costumavam chamar de seus interesses "bem compreendidos".

A filosofia utilitarista não considera as regras da moralidade como leis arbitrárias impostas ao homem por uma divindade tirânica com a qual o homem deve obedecer sem fazer mais perguntas. Comportar-se de acordo com as regras exigidas para a preservação da cooperação social é para o homem o único meio de atingir com segurança todos os fins que deseja alcançar.

As tentativas de rejeitar esta interpretação racionalista da moralidade do ponto de vista dos ensinamentos cristãos são fúteis. De acordo com a doutrina fundamental da teologia e filosofia cristãs, Deus criou a mente humana ao dotar o homem de sua faculdade de pensar. Visto que tanto a revelação quanto a razão humana são manifestações do poder do Senhor, não pode haver, em última análise, qualquer desacordo entre eles. Deus não se contradiz. É o objetivo da filosofia e da teologia demonstrar a concordância entre a revelação e a razão. Esse foi o problema cuja solução a filosofia patrística e escolástica tentou alcançar.<sup>63</sup> Muitos desses pensadores duvidavam que a mente humana, sem o auxílio da revelação, pudesse tomar consciência do que ensinavam os dogmas, especialmente os da

---

<sup>63</sup> L. Rougier, *La scolastique et le Thomisme* (Paris, 1925), pp. 36 e seguintes, 84 e seguintes, 102 e seguintes.

Encarnação e da Trindade. Mas eles não expressaram sérias dúvidas sobre a faculdade da razão humana em todos os outros aspectos.

Os ataques populares à filosofia social do Iluminismo e à doutrina utilitarista ensinada pelos economistas clássicos não se originaram da teologia cristã, mas do raciocínio teísta, ateu e antiteísta. Eles pressupõem a existência de alguns coletivos e não perguntam como esses coletivos surgiram nem em que sentido eles "existem". Eles atribuem ao coletivo de sua escolha - humanidade (*humanité*), raça, nação (no sentido atribuído a este termo em inglês e em francês, que corresponde ao *Staat* alemão) nacionalidade (a totalidade de todas as pessoas falando a mesma língua), classe social (no sentido marxista) e algumas outras - todos os atributos de indivíduos atuantes. Eles sustentam que a realidade desses coletivos pode ser percebida diretamente e que eles existem à parte e acima das ações dos indivíduos que os pertencem. Eles pressupõem que a lei moral obriga o indivíduo a subordinar seus "mesquinhos" desejos e interesses privados aos do coletivo ao qual pertence "por direito" e ao qual deve fidelidade incondicional. O indivíduo que persegue seus próprios interesses ou prefere a lealdade a um coletivo "falso" ao do coletivo "verdadeiro" é apenas um refratário.

A principal característica do coletivismo é que ele não leva em conta a vontade e a autodeterminação moral do indivíduo. À luz de sua filosofia, o indivíduo nasce em um coletivo e é "natural" e apropriado que ele se comporte como se espera que os membros desse coletivo se comportem. Esperado por quem? Claro, por aqueles indivíduos a quem, pelos decretos misteriosos de alguma agência misteriosa, a tarefa de determinar a vontade coletiva e dirigir as ações do coletivo foi confiada.

No antigo regime, o autoritarismo baseava-se em uma espécie de doutrina teocrática. O rei ungido governou pela graça de Deus; seu mandato era de Deus. Ele era a personificação do reino. "França" era o nome tanto do rei quanto do país; os filhos do rei eram *enfants de France*. Os súditos que desafiavam as ordens reais eram rebeldes.

A filosofia social do Iluminismo rejeitou essa presunção. Chamava todos os franceses de *enfants de la patrie*, filhos da pátria. Já não era a unanimidade obrigatória em todas as questões essenciais e políticas a ser aplicada. A instituição do governo representativo - governo pelo povo - reconhece o fato de que as pessoas podem discordar em relação a questões políticas e que aqueles que

compartilham as mesmas opiniões se associam nos partidos. O partido no cargo governa desde que seja apoiado pela maioria.

O neautoritarismo do coletivismo estigmatiza esse "relativismo" como contrário à natureza humana. O coletivo é visto como uma entidade acima das preocupações dos indivíduos. É irrelevante se os indivíduos concordam ou não espontaneamente com as preocupações do todo. De qualquer forma, é seu dever concordar. Não há festas; existe apenas o coletivo.<sup>64</sup> Todas as pessoas são moralmente obrigadas a cumprir as ordens do coletivo. Se eles desobedecem, são forçados a ceder. Isso é o que o marechal russo Zhukov chamou de "sistema idealista" em oposição ao "sistema materialista" do individualismo ocidental que o general comandante das forças americanas achou "um pouco difícil" de defender.<sup>65</sup>

As "ciências sociais" estão comprometidas com a propagação da doutrina coletivista. Não perdem palavras na árdua tarefa de negar a existência de indivíduos ou de provar sua vilania. Ao definir como objetivo das ciências sociais a preocupação com "as atividades do indivíduo como membro de um grupo"<sup>66</sup> e implicando que as ciências sociais assim definidas cobrem tudo o que não pertence às ciências naturais, elas simplesmente ignoram a existência do indivíduo. Em sua opinião, a existência de grupos ou coletivos é um dado definitivo. Eles não procuram buscar os fatores que fazem com que os indivíduos cooperem uns com os outros e, assim, criem o que se chama de grupos ou coletivos. Para eles, o coletivo, como a vida ou a mente, é um fenômeno primário, cuja origem a ciência não pode remontar à operação de algum outro fenômeno. Conseqüentemente, as ciências sociais não sabem explicar como pode acontecer que exista uma multidão de coletivos e que os mesmos indivíduos sejam, ao mesmo tempo, membros de coletivos diferentes.

### III. A Abordagem da Economia

A economia ou cataláxia, o único ramo das ciências teóricas da ação humana até agora elaborado, vê os coletivos como criações da cooperação dos

---

<sup>64</sup> Etimologicamente, o termo "Parte" é derivado do termo "parte" em contraste com o termo "todo". Um partido sem irmãos não difere do todo e, portanto, não é um partido. O slogan "sistema de partido único" foi inventado pelos comunistas russos (e imitado por seus adeptos, os fascistas italianos e os nazistas alemães) para ocultar a abolição da liberdade individual e do direito à dissidência.

<sup>65</sup> Sobre este incidente, ver WF Buckley, *Up from Liberalism* (New York, 1959), pp. 164-68.

<sup>66</sup> ERA Seligman, "What Are the Social Sciences?" *Enciclopédia das Ciências Sociais*, I, 3.

indivíduos. Guiados pela ideia de que os fins definidos buscados podem ser alcançados melhor ou apenas pela cooperação, os homens se associam em cooperação e assim geram o que é chamado de grupos ou coletivos ou simplesmente sociedade humana.

O modelo de coletivização ou socialização é a economia de mercado, e o princípio fundamental da ação coletiva é a troca mútua de serviços, o *do ut des*. O indivíduo dá e serve para ser recompensado pelos presentes e serviços de seus semelhantes. Ele dá o que menos valoriza para receber algo que no momento da transação considera mais desejável. Ele troca - compra ou vende - porque pensa que essa é a coisa mais vantajosa que pode fazer no momento.

A compreensão intelectual do que os indivíduos fazem ao trocar mercadorias e serviços foi obscurecida pela maneira como as ciências sociais distorceram o significado de todos os termos em questão. Em seu jargão, "sociedade" não significa o resultado gerado pela substituição da cooperação mútua entre os indivíduos pelos esforços isolados dos indivíduos para melhorar suas condições; significa uma entidade coletiva mítica em cujo nome se espera que um grupo de governantes cuide de todos os seus semelhantes. Eles empregam o adjetivo "social" e o substantivo "socialização" em conformidade.

A cooperação social entre indivíduos - sociedade - pode ser baseada na coordenação espontânea ou no comando e subordinação; na terminologia de Henry Sumner Maine, seja sob contrato ou sob status. Na estrutura da sociedade contratual o indivíduo se integra espontaneamente; na estrutura da sociedade de status, seu lugar e funções - seus deveres - são atribuídos a ele por aqueles no comando do aparato social de compulsão e opressão. Enquanto na sociedade contratual esse aparato - o governo ou o estado - interfere apenas para reprimir maquinações violentas ou fraudulentas para subverter o sistema de troca mútua de serviços, na sociedade de status ele mantém todo o sistema funcionando por meio de ordens e proibições.

A economia de mercado não foi planejada por uma mente-mestre; não foi inicialmente planejado como um esquema utópico e depois colocado em prática. Ações espontâneas de indivíduos, visando nada mais que a melhoria de seu próprio estado de satisfação, minaram o prestígio do sistema de status coercitivo passo a passo. Só então, quando a eficiência superior da liberdade econômica não pôde mais ser questionada, a filosofia social entrou em cena e demoliu a ideologia

do sistema de status. A supremacia política dos partidários da ordem pré-capitalista foi anulada pelas guerras civis. A economia de mercado em si não foi produto de ação violenta - de revoluções - mas de uma série de mudanças graduais e pacíficas. As implicações do termo "revolução industrial" são totalmente enganosas.

#### IV. Uma observação sobre terminologia jurídica

Na esfera política, a derrubada violenta dos métodos pré-capitalistas de governo resultou no abandono total dos conceitos feudais de direito público e no desenvolvimento de uma nova doutrina constitucional com conceitos e termos jurídicos até então desconhecidos. (Somente na Inglaterra, onde a transformação do sistema de supremacia real primeiro no da supremacia de uma casta de proprietários de terras privilegiados e depois no de governo representativo com franquia adulta foi efetuada por uma sucessão de mudanças pacíficas,<sup>67</sup> foi a terminologia de o *ancien régime* em sua maior parte preservado, enquanto seu significado original há muito se tornou destituído de qualquer aplicabilidade prática.) Na esfera do direito civil, a transição do pré-capitalista às condições capitalistas foi provocada por uma longa série de pequenas mudanças por meio de ações de pessoas que não tinham o poder de alterar formalmente as instituições e conceitos jurídicos tradicionais. Os novos métodos de fazer negócios geraram novos ramos do direito que foram desenvolvidos a partir de costumes e práticas comerciais mais antigos. Mas por mais que esses novos métodos tenham transformado radicalmente a essência e o significado das instituições jurídicas tradicionais, presumia-se que os termos e conceitos da antiga lei que permaneceram em uso continuaram a significar as mesmas condições sociais e econômicas que haviam representado em épocas passadas. A retenção dos termos tradicionais impede que observadores superficiais percebam o significado total das mudanças fundamentais efetuadas. O exemplo notável é fornecido pelo uso do conceito de propriedade.

Onde em geral prevalece a autossuficiência econômica de todas as famílias e, conseqüentemente, na maior parte de todos os produtos não há troca regular, o

---

<sup>67</sup> Não foram as revoluções do século XVII que transformaram o sistema de governo britânico. Os efeitos da primeira revolução foram anulados pela Restauração e, na Revolução Gloriosa de 1688, o cargo real foi apenas transferido do rei "legítimo" para outros membros de sua família. A luta entre o absolutismo dinástico e o regime parlamentar da aristocracia latifundiária continuou durante a maior parte do século XVIII. Só chegou ao fim quando as tentativas do terceiro rei de Hanover para reviver o regime pessoal dos Tudors e Stuarts foram frustradas. A substituição do governo popular pelo da aristocracia foi - no século XIX - provocada por uma sucessão de reformas nas concessões.

significado de propriedade em bens de produção não difere do significado de propriedade em bens de consumo. Em cada caso, a propriedade serve exclusivamente ao proprietário. Possuir algo, seja um bem de produção ou um bem de consumo, significa tê-lo para si mesmo e lidar com ele para sua própria satisfação.

Mas é uma coisa bem diferente no contexto de uma economia de mercado. O proprietário dos bens de produção é forçado a empregá-los para a melhor satisfação possível das necessidades dos consumidores. Ele perde sua propriedade se outras pessoas o eclipsarem servindo melhor os consumidores. Na economia de mercado, a propriedade é adquirida e preservada servindo ao público e é perdida quando o público fica insatisfeito com a maneira como é servida. A propriedade privada nos fatores de produção é um mandato público, por assim dizer, que é retirado assim que os consumidores pensam que outras pessoas a empregariam com mais eficiência. Por instrumentalidade do sistema de lucros e perdas, os proprietários são forçados a lidar com "sua" propriedade como se fosse de outras pessoas bens que lhes são confiados com a obrigação de os utilizar para a melhor satisfação possível dos beneficiários virtuais, os consumidores. Todos os fatores de produção, incluindo também o fator humano, a saber, trabalho, servem à totalidade dos membros da economia de mercado. Esse é o verdadeiro significado e caráter da propriedade privada nos fatores materiais de produção sob o capitalismo. Só poderia ser ignorado e mal interpretado porque as pessoas - economistas e advogados, bem como leigos - foram desencaminhadas pelo fato de que o conceito legal de propriedade, desenvolvido pelas práticas jurídicas e doutrinas de idades pré-capitalistas, foi mantido inalterado ou apenas ligeiramente alterado depois que seu significado efetivo foi radicalmente alterado.<sup>68</sup>

É necessário lidar com essa questão em uma análise dos problemas epistemológicos das ciências da ação humana porque mostra quão radicalmente a abordagem da praxeologia moderna difere daquela das formas tradicionais mais antigas de estudar as condições sociais. Cegados pela aceitação acrítica das doutrinas legalistas das eras pré-capitalistas, gerações de autores falharam inteiramente em ver os traços característicos da economia de mercado e da propriedade privada dos meios de produção dentro da economia de mercado. Em

---

<sup>68</sup> Veja Mises, *Die Gemeinwirtschaft* (2ª ed. ; Jena, 1932), pp. 15 f. ( *Socialism* tradução em inglês [Yale University Press, 1951], pp. 40 ff.)

sua opinião, os capitalistas e empresários aparecem como autocratas irresponsáveis administrando os assuntos econômicos em seu próprio benefício, sem qualquer consideração pelas preocupações do resto do povo. Eles descrevem o lucro como lucro injusto derivado da "exploração" dos empregados e consumidores. Sua veemente denúncia do lucro os impediu de perceber que é precisamente a necessidade de obter lucros e evitar perdas que obriga os "exploradores" a satisfazer os consumidores com o melhor de suas habilidades, fornecendo-lhes as mercadorias e serviços de que são mais urgentes pedindo por. Os consumidores são soberanos porque, em última instância, determinam o que deve ser produzido, em que quantidade e com que qualidade.

### **V. A Soberania dos Consumidores**

Uma das características da economia de mercado é a maneira específica como lida com os problemas propostos pela desigualdade biológica, moral e intelectual dos homens.

Nas idades pré-capitalistas, os superiores, isto é, os indivíduos mais inteligentes e eficientes, subjugavam e encantavam as massas de seus companheiros menos eficientes. Na sociedade de status, existem castas; existem senhores e existem servos. Todos os negócios são administrados para o benefício exclusivo dos primeiros, enquanto os últimos têm que trabalhar duro para seus senhores.

Na economia de mercado, as pessoas melhores são forçadas pela instrumentalidade do sistema de lucros e perdas a atender às preocupações de todos, incluindo as hostes de pessoas inferiores. Em seu quadro, as situações mais desejáveis podem ser alcançadas apenas por ações que beneficiem todas as pessoas. As massas, em sua capacidade de consumidores, determinam em última instância as receitas e a riqueza de todos. Eles confiam o controle dos bens de capital a quem sabe como empregá-los para sua própria satisfação, ou seja, a maior satisfação das massas.

É claro, é verdade que na economia de mercado não se saem melhor os que, do ponto de vista de um julgamento esclarecido, deveriam ser considerados os indivíduos mais eminentes da espécie humana. As hordas rudes de homens comuns não são adequadas para reconhecer devidamente os méritos daqueles que eclipsam sua própria miséria. Eles julgam a todos do ponto de vista da satisfação de seus desejos. Assim, os campeões do boxe e os autores de histórias de detetive

gozam de maior prestígio e ganham mais dinheiro do que os filósofos e poetas. Aqueles que lamentam esse fato certamente estão certos. Mas nenhum sistema social poderia ser concebido para recompensar com justiça as contribuições do inovador cujo gênio leva a humanidade a ideias antes desconhecidas e, portanto, primeiro rejeitadas por todos aqueles que carecem da mesma inspiração.

O que a chamada democracia de mercado traz é um estado de coisas no qual as atividades de produção são operadas por aqueles cuja conduta de negócios as massas aprovam ao comprar seus produtos. Ao tornar suas empresas lucrativas, os consumidores transferem o controle dos fatores de produção para as mãos dos empresários que os atendem melhor. Ao tornar os empreendimentos dos empresários desajeitados não lucrativos, eles retiram o controle dos empresários de cujos serviços discordam. É anti-social, no sentido estrito do termo, se os governos frustram essas decisões do povo taxando os lucros. Do ponto de vista genuinamente social, seria mais "social" tributar prejuízos do que tributar lucros.

A inferioridade da multidão se manifesta de forma mais convincente no fato de que eles odeiam o sistema capitalista e estigmatizam os lucros que seu próprio comportamento cria como injustos. A exigência de expropriar toda propriedade privada e redistribuí-la igualmente entre todos os membros da sociedade fazia sentido em uma sociedade totalmente agrícola. Lá, o fato de algumas pessoas possuírem grandes propriedades era o corolário do fato de que outras não possuíam nada ou não possuíam o suficiente para sustentar a eles e suas famílias. Mas é diferente em uma sociedade em que o padrão de vida depende da oferta de bens de capital. O capital é acumulado com parcimônia e poupança pela abstenção de dissipá-lo. A riqueza dos abastados de uma sociedade industrial é tanto a causa quanto o efeito do bem-estar das massas. Ela enriquece, e não empobrece, também àqueles que não a possuem.

O espetáculo oferecido pelas políticas dos governos contemporâneos é paradoxal. A tão difamada aquisição de promotores e especuladores consegue diariamente fornecer às massas mercadorias e serviços antes desconhecidos. Um chifre da abundância é derramado sobre pessoas para as quais os métodos por meio dos quais todos esses dispositivos maravilhosos são produzidos são incompreensíveis. Esses estúpidos beneficiários do sistema capitalista se entregam à ilusão de que é o desempenho de suas tarefas rotineiras que cria todas essas maravilhas. Eles votam em governantes que estão comprometidos com uma

política de sabotagem e destruição. Eles consideram os "grandes negócios", necessariamente comprometidos com o atendimento ao consumo de massa, como o principal inimigo público e aprovam qualquer medida que, segundo eles, melhore suas próprias condições "punindo" os invejosos.

Analisar os problemas envolvidos não é, obviamente, tarefa da epistemologia.

## Capítulo 7

# As raízes epistemológicas do monismo

---

### I. O caráter não experimental do monismo

A visão de mundo do homem é, como foi apontado, determinística. O homem não pode conceber a ideia de um nada absoluto ou de algo originado do nada e invadindo o universo de fora. O conceito humano de universo compreende tudo o que existe. O conceito humano de tempo não conhece nenhum começo nem fim do fluxo do tempo. Tudo o que é e será estava potencialmente presente em algo que já existia antes. O que aconteceu estava fadado a acontecer. A interpretação completa de cada evento leva a um *regressus in infinitum*.

Esse determinismo ininterrupto, que é o ponto de partida epistemológico de tudo o que as ciências naturais experimentais fazem e ensinam, não é derivado da experiência; é *a priori*.<sup>69</sup> Os positivistas lógicos percebem o caráter apriorístico do determinismo e, fiéis ao seu empirismo dogmático, rejeitam apaixonadamente o determinismo. Mas eles não estão cientes do fato de que não há nenhuma base lógica ou empírica para o dogma essencial de seu credo, sua interpretação monística de todos os fenômenos. O que o empirismo das ciências naturais mostra é um dualismo de duas esferas sobre as relações mútuas das quais sabemos muito pouco. Há, por um lado, a órbita de eventos externos sobre os quais nossos sentidos nos transmitem informações, e há, por outro lado, a órbita de pensamentos e ideias invisíveis e intangíveis. Se não apenas assumirmos que a faculdade de desenvolver o que é chamado de mente já estava potencialmente embutida na estrutura original das coisas que existiam desde a eternidade e foi trazida à fruição pela sucessão de eventos que a natureza dessas coisas necessariamente produziu, mas também que neste processo nada havia que não pudesse ser reduzido a eventos físicos e químicos, estamos recorrendo à dedução de um teorema arbitrário. Não há experiência que possa apoiar ou refutar tal doutrina.

---

<sup>69</sup> "La science est déterministe; elle l'est a priori ; elle postule le déterminisme, parce que sans lui elle ne pourrait être." Henri Poincaré, *Dernières pensées* (Paris, 1913), p. 244.

Tudo o que as ciências naturais experimentais até agora nos ensinaram sobre o problema mente-corpo é que prevalece alguma conexão entre a faculdade de pensar e agir de um homem e as condições de seu corpo. Sabemos que lesões cerebrais podem prejudicar seriamente ou mesmo destruir totalmente as habilidades mentais do homem e que a morte, a desintegração total das funções fisiológicas dos tecidos vivos, invariavelmente apaga aquelas atividades da mente que podem ser percebidas pelas mentes de outras pessoas. Mas não sabemos nada sobre o processo que produz pensamentos e ideias no corpo de um homem vivo. Eventos externos quase idênticos que afetam a mente humana resultam em pessoas diferentes e nas mesmas pessoas em momentos diferentes, em pensamentos e ideias diferentes. A fisiologia não possui nenhum método que possa lidar adequadamente com os fenômenos da reação da mente aos estímulos. As ciências naturais são incapazes de empregar seus métodos para a análise do significado que um homem atribui a qualquer evento do mundo externo ou ao significado de outras pessoas. A filosofia materialista de La Mettrie e Feuerbach e o monismo de Haeckel não são ciências naturais; são doutrinas metafísicas que buscam uma explicação de algo que as ciências naturais não poderiam explorar. Assim como as doutrinas monísticas do positivismo e do neopositivismo.

Ao estabelecer esses fatos, não se pretende ridicularizar as doutrinas do monismo materialista e qualificá-las como absurdos. Apenas os positivistas consideram todas as especulações metafísicas como um absurdo e rejeitam qualquer tipo de apriorismo. Filósofos e cientistas judiciosos admitiram sem qualquer reserva que as ciências naturais não contribuíram com nada que pudesse justificar os dogmas do positivismo e do materialismo e que todas essas escolas de pensamento estão ensinando é metafísica e um tipo muito insatisfatório de metafísica.

As doutrinas que reivindicam para si mesmas o epíteto de empirismo radical ou puro e estigmatizam tudo o que não é ciência natural experimental como um absurdo, não conseguem perceber que o núcleo supostamente empirista de sua filosofia é inteiramente baseado na dedução de uma premissa injustificada. Tudo o que as ciências naturais podem fazer é rastrear todos os fenômenos que podem ser - direta ou indiretamente - percebidos pelos sentidos humanos em uma série de dados finalmente fornecidos. Pode-se rejeitar uma interpretação dualística ou pluralista da experiência e assumir que todos esses dados finais podem, no desenvolvimento futuro do conhecimento científico, ser rastreados até uma fonte comum. Mas tal suposição não é ciência natural experimental. É uma

interpretação metafísica. E supor que essa fonte aparecerá como a raiz de todos os fenômenos mentais, também é.

Por outro lado, todas as tentativas dos filósofos para demonstrar a existência de um ser supremo por métodos mundanos de pensamento, seja por raciocínio apriorístico ou tirando inferências de certas qualidades observadas de fenômenos visíveis e tangíveis, levaram a um impasse. Mas temos que perceber que não é menos impossível demonstrar logicamente pelos mesmos métodos filosóficos a inexistência de Deus ou rejeitar a tese de que Deus criou o X do qual deriva tudo o que as ciências naturais tratam e a tese posterior de que o inexplicável poderes da mente humana surgiram e surgiram por meio da reiterada intervenção divina nos assuntos do universo. A doutrina cristã segundo a qual Deus cria a alma de cada indivíduo não pode ser refutada pelo raciocínio discursivo, pois não pode ser provada dessa forma. Nada há nas brilhantes realizações das ciências naturais ou no raciocínio *a priori* que possa contradizer o *Ignorabimus* de Du Bois-Reymond.

Não pode haver filosofia científica no sentido que o positivismo lógico e o empirismo atribuem ao adjetivo "científico". A mente humana, em sua busca pelo conhecimento, recorre à filosofia ou teologia precisamente porque visa a uma explicação de problemas que as ciências naturais não podem responder. A filosofia lida com coisas além dos limites que a estrutura lógica da mente humana permite ao homem inferir das façanhas das ciências naturais.

## **II. O cenário histórico do positivismo**

Não se caracterizam satisfatoriamente os problemas da ação humana se se diz que as ciências naturais - pelo menos até agora - falharam em fornecer algo para sua elucidação. Uma descrição correta da situação teria que enfatizar o fato de que as ciências naturais nem mesmo possuem as ferramentas mentais para tomar consciência da existência de tais problemas. Ideias e causas finais são categorias para as quais não sobra espaço no sistema e na estrutura das ciências naturais. Sua terminologia carece de todos os conceitos e palavras que poderiam fornecer uma orientação adequada na órbita da mente e da ação. E todas as suas realizações, por mais maravilhosas e benéficas que sejam, nem mesmo superficialmente tocam os problemas essenciais da filosofia com os quais as doutrinas metafísicas e religiosas tentam lidar.

O desenvolvimento da opinião quase geralmente aceita em contrário pode ser facilmente explicado. Todas as doutrinas metafísicas e religiosas continham, além de seus ensinamentos teológicos e morais, também teoremas insustentáveis sobre eventos naturais que, com o desenvolvimento progressivo das ciências naturais, podiam ser não apenas refutados, mas frequentemente até ridicularizados. Teólogos e metafísicos tentaram obstinadamente defender teses, apenas superficialmente conectadas com o cerne de sua mensagem moral, que para a mente treinada cientificamente parecia a maioria das fábulas e mitos absurdos. O poder secular das igrejas perseguiu os cientistas que tiveram a coragem de se desviar de tais ensinamentos. A história da ciência na órbita do cristianismo ocidental é uma história de conflitos em que as doutrinas da ciência sempre foram mais bem fundamentadas do que as da teologia oficial. Humildemente, os teólogos tinham, finalmente, em todas as controvérsias, a admitir que seus adversários estavam certos e que eles próprios estavam errados. O exemplo mais espetacular de tal derrota inglória - talvez não da teologia como tal, mas certamente dos teólogos - foi o resultado dos debates sobre a evolução.

Daí surgiu a ilusão de que todas as questões com as quais a teologia costumava lidar poderiam um dia ser plena e irrefutavelmente resolvidas pelas ciências naturais. Da mesma forma que Copérnico e Galileu substituíram as doutrinas insustentáveis apoiadas pela Igreja por uma teoria melhor dos movimentos celestes, esperava-se que os futuros cientistas conseguissem substituir todas as outras doutrinas "supersticiosas" pela verdade "científica". Se alguém critica a epistemologia e filosofia um tanto ingênuas de Comte, Marx e Haeckel, não se deve esquecer que seu simplismo foi a reação aos ensinamentos ainda mais simplistas do que hoje é rotulado de Fundamentalismo, um dogmatismo que nenhum teólogo sábio ousaria adotar jamais.

A referência a esses fatos de forma alguma desculpa, e muito menos justifica, as crueldades do positivismo contemporâneo. Ele apenas visa a uma melhor compreensão do ambiente intelectual em que o positivismo se desenvolveu e se tornou popular. Infelizmente, a vulgaridade dos fanáticos positivistas está agora a ponto de provocar uma reação que pode obstruir seriamente o futuro intelectual da humanidade. Novamente, como no final do Império Romano, várias seitas de idolatria estão florescendo. Existem espiritualismo, vodu e doutrinas e práticas semelhantes, muitas delas emprestadas de cultos de tribos primitivas. Há um renascimento da astrologia. Nossa era não é apenas uma era de ciência. É também

uma época em que as superstições mais absurdas estão encontrando adeptos crédulos.

### III. O Caso das Ciências Naturais

Em vista desses efeitos desastrosos de uma reação excessiva inicial contra as excrescências do positivismo, é necessário repetir novamente que os métodos experimentais das ciências naturais são os únicos adequados para o tratamento dos problemas envolvidos. Sem discutir novamente os esforços para desacreditar a categoria de causalidade e determinismo, temos que enfatizar o fato de que o que está errado com o positivismo não é o que ele ensina sobre os métodos das ciências naturais empíricas, mas o que afirma sobre questões a respeito das quais - até pelo menos até agora - as ciências naturais não conseguiram contribuir com nenhuma informação. O princípio positivista de verificabilidade retificado por Popper<sup>70</sup> é inatacável como princípio epistemológico das ciências naturais. Mas não tem sentido quando aplicado a qualquer coisa sobre a qual as ciências naturais não possam fornecer qualquer informação.

Não é a tarefa deste ensaio lidar com as reivindicações de qualquer doutrina metafísica ou com a metafísica como tal. Como é a natureza e a estrutura lógica da mente humana, muitos homens não se contentam com a ignorância a respeito de qualquer problema e não consentem facilmente com o agnosticismo de que resulta a mais fervorosa busca pelo conhecimento. A metafísica e a teologia não são, como pretendem os positivistas, produtos de uma atividade indigna do *Homo sapiens*, resquícios da era primitiva da humanidade que os civilizados deveriam descartar. Eles são uma manifestação do desejo insaciável do homem por conhecimento. Não importa se essa sede de onisciência pode ser totalmente gratificada ou não, o homem não deixará de se esforçar apaixonadamente por ela.<sup>71</sup> Nem o positivismo nem qualquer outra doutrina são chamados a condenar um princípio religioso ou metafísico que não contradiz nenhum dos ensinamentos confiáveis do *a priori* e da experiência.

### IV. O Caso das Ciências da Ação Humana

No entanto, este ensaio não trata de teologia ou metafísica e da rejeição de suas doutrinas pelo positivismo. Trata do ataque do positivismo às ciências da ação humana.

---

<sup>70</sup> Veja acima, p. 69

<sup>71</sup> "L'homme fait de la métaphysique comme il respire, sans le vouloir et surtout sans s'en douter la plupart du temps." E. Meyerson, *De l'explication dans les sciences* (Paris, 1927), p. 20

A doutrina fundamental do positivismo é a tese de que os procedimentos experimentais das ciências naturais são o único método a ser aplicado na busca do conhecimento. Na visão dos positivistas, as ciências naturais, inteiramente absorvidas pela tarefa mais urgente de elucidar os problemas da física e da química, negligenciaram no passado e podem também no futuro próximo negligenciar dar atenção aos problemas da ação humana. Mas, acrescentam, não pode haver dúvida de que, uma vez que os homens imbuídos de uma perspectiva científica e treinados nos métodos exatos de trabalho de laboratório tenham tempo para se voltar para o estudo de questões "menores" como o comportamento humano, eles substituirão os autênticos conhecimentos de todos esses assuntos para a conversa inútil que agora está em voga. "Ciência unificada" vai resolver em totalidade os problemas envolvidos e vai inaugurar uma triunfante era da "engenharia social", em que todos os assuntos humanos irão ser tratados com a mesma eficácia com que a tecnologia moderna nos fornece energia elétrica.

Alguns passos bastante significativos no caminho para esse resultado, supostamente os arautos menos cautelosos desse credo, já foram dados pelo behaviorismo (ou, como Neurath preferia chamá-lo, behaviorista). Eles apontam para a descoberta dos tropismos e dos reflexos condicionados. Avançando ainda mais com a ajuda dos métodos que trouxeram essas realizações, a ciência um dia será capaz de cumprir todas as promessas do positivismo. É uma vaidade do homem presumir que sua conduta não é inteiramente determinada pelos mesmos impulsos que determinam o comportamento das plantas e dos cães.

Contra toda essa conversa apaixonada, devemos enfatizar o duro fato de que as ciências naturais não possuem ferramenta intelectual para lidar com as ideias e com a finalidade.

Um positivista convicto pode esperar que um dia os fisiologistas consigam descrever em termos de física e química todos os eventos que resultaram na produção de indivíduos definidos e na modificação de sua substância inata durante suas vidas. Podemos deixar de levantar a questão de saber se tal conhecimento seria suficiente para explicar completamente o comportamento dos animais em qualquer situação que eles possam ter que enfrentar. Mas não se pode duvidar de que não capacitaria o estudante a lidar com a maneira pela qual um homem reage a estímulos externos. Pois esta reação humana é determinada por ideias, um fenômeno cuja descrição está além do alcance da física, química e

fisiologia. Nos termos das ciências experimentais naturais, não há explicação para o que leva muitas pessoas a manter a fé nos credos religiosos em que foram criadas e outras tantas a mudar de crença; para o que faz com que as pessoas se filiem ou abandonem partidos políticos, para a existência de diferentes escolas de filosofia e de opiniões diferentes sobre um grande número de problemas.

### **V. As falácias do positivismo**

Visando consistentemente uma melhoria das condições em que os homens devem viver, as nações da Europa Ocidental e Central e seus descendentes estabelecidos em territórios ultramarinos conseguiram desenvolver o que é chamado - e mais frequentemente difamado como - civilização burguesa ocidental. Sua base é o sistema econômico do capitalismo, cujo corolário político é o governo representativo e a liberdade de pensamento e comunicação interpessoal. Embora continuamente sabotado pela loucura e maldade das massas e os resquícios ideológicos dos métodos pré-capitalistas de pensar e agir, a livre empresa mudou radicalmente o destino do homem. Reduziu as taxas de mortalidade e prolongou o tempo médio de vida, multiplicando os números populacionais. De uma forma sem precedentes, elevou o padrão de vida do homem médio nas nações, o que não impediu de maneira muito severa o espírito aquisitivo dos indivíduos empreendedores. Todas as pessoas, por mais fanáticas que possam ser em seu zelo para desacreditar e lutar contra o capitalismo, implicitamente prestam homenagem a ele clamando apaixonadamente pelos produtos que ele produz.

A riqueza que o capitalismo trouxe à humanidade não é uma conquista de uma força mítica chamada progresso. Tampouco é uma conquista das ciências naturais e da aplicação de seus ensinamentos para o aperfeiçoamento da tecnologia e da terapêutica. Nenhum aperfeiçoamento tecnológico e terapêutico pode ser utilizado na prática se os meios materiais para sua utilização não tiverem sido previamente disponibilizados por meio de poupança e acumulação de capital. A razão pela qual nem tudo sobre a produção e o uso da qual a tecnologia fornece informação pode ser tornado acessível a todos é a insuficiência da oferta de capital acumulado. O que transformou as condições estagnadas de outrora no ativismo do capitalismo não foram as mudanças nas ciências naturais e na tecnologia, mas a adoção do princípio da livre empresa<sup>72</sup> produziu tanto o capitalismo - a economia de mercado livre - e seu corolário político ou - como os marxistas têm a dizer, sua

---

<sup>72</sup> O termo liberalismo, conforme empregado neste ensaio, deve ser entendido em sua conotação clássica do século XIX, não em seu sentido americano atual, em que significa o oposto de tudo o que costumava significar no século XIX.

"superestrutura" política - governo representativo e os direitos cívicos dos indivíduos: liberdade de consciência, de pensamento, de expressão e de todos os outros métodos de comunicação. Foi no clima criado por esse sistema capitalista de individualismo que todas as conquistas intelectuais modernas prosperaram. Nunca antes a humanidade viveu em condições como as da segunda parte do século XIX, quando, nos países civilizados, os problemas mais importantes de filosofia, religião e ciência podiam ser discutidos livremente, sem medo de represálias por parte dos poderes que sejam. Foi uma época de dissidência produtiva e salutar.

Um contra-movimento evoluiu, mas não de uma regeneração das forças sinistras desacreditadas que no passado haviam criado para a conformidade. Ela brotou do complexo autoritário e ditatorial profundamente enraizado nas almas de tantos que foram beneficiados pelos frutos da liberdade e do individualismo sem nada ter contribuído para seu crescimento e amadurecimento. As massas não gostam daqueles que as superam em qualquer aspecto. O homem comum inveja e odeia aqueles que são diferentes.

O que empurra as massas para o campo do socialismo é, ainda mais do que a ilusão de que o socialismo irá torná-las mais ricas, a expectativa de que irá refrear todos aqueles que são melhores do que eles próprios. O traço característico de todos os planos utópicos, desde Platão até o de Marx, é a rígida petrificação de todas as condições humanas. Uma vez que o estado "perfeito" das questões sociais seja alcançado, nenhuma outra mudança deve ser tolerada. Não haverá mais espaço para inovadores e reformadores.

Na esfera intelectual, a defesa dessa tirania intolerante é representada pelo positivismo. Seu campeão, Auguste Comte, não contribuiu em nada para o avanço do conhecimento. Ele apenas esboçou o esquema de uma ordem social sob a qual, em nome do progresso, da ciência e da humanidade, qualquer desvio de suas próprias ideias deveria ser proibido.

Os herdeiros intelectuais de Comte são os positivistas contemporâneos. Como o próprio Comte, esses defensores da "Ciência Unificada", do panfiscalismo, do "positivismo lógico" ou "empírico" e da filosofia "científica" não contribuíram eles próprios para o avanço das ciências naturais. Os futuros historiadores da física, química, biologia e fisiologia não precisarão mencionar seus nomes e seu trabalho. Tudo o que a "Ciência Unificada" apresentou foi para recomendar a

proscrição dos métodos aplicados pelas ciências da ação humana e sua substituição pelos métodos das ciências naturais experimentais. Não é notável por aquilo para que contribuiu, mas apenas por aquilo que deseja ver proibido. Seus protagonistas são os campeões da intolerância e de um dogmatismo provinciano.

Os historiadores precisam compreender as condições políticas, econômicas e intelectuais que geraram o positivismo, antigo e novo. Mas a compreensão histórica específica do meio a partir do qual ideias definidas se desenvolveram não pode justificar nem rejeitar os ensinamentos de qualquer escola de pensamento. É tarefa da epistemologia desmascarar as falácias do positivismo e refutá-las.

## Capítulo 8

# Positivismo e a crise da civilização ocidental

---

### I. A Interpretação Errada do Universo

A maneira como a filosofia do positivismo lógico descreve o universo é defeituosa. Compreende apenas o que pode ser reconhecido pelos métodos experimentais das ciências naturais. Ele ignora a mente humana, bem como a ação humana.

É comum justificar esse procedimento apontando que o homem é apenas uma partícula minúscula na vastidão infinita do universo e que toda a história da humanidade é apenas um episódio passageiro no fluxo infinito da eternidade. No entanto, a importância e o significado de um fenômeno desafiam essa avaliação meramente quantitativa. O lugar do homem naquela parte do universo sobre a qual podemos aprender algo é certamente modesto apenas. Mas, até onde podemos ver, o fato fundamental sobre o universo é que ele é dividido em duas partes, que - empregando termos sugeridos por alguns filósofos, mas sem sua conotação metafísica - podemos chamar *res extensa*, os fatos concretos do externo mundo e *res cogitans*, o poder do homem de pensar. Não sabemos como as relações mútuas dessas duas esferas podem aparecer na visão de uma inteligência sobre-humana. Para o homem, sua distinção é peremptória. Talvez seja apenas a inadequação de nossas faculdades mentais que nos impede de reconhecer a homogeneidade substancial do que nos parece mente e matéria. Mas certamente nenhum palavrório sobre a "ciência unificada" pode converter o caráter metafísico do monismo em um teorema inexpugnável do conhecimento experimental. A mente humana não pode deixar de distinguir dois reinos da realidade, sua própria esfera e a dos eventos externos. E não deve relegar as manifestações da mente a um nível inferior, pois é apenas a mente que permite ao homem conhecer e produzir uma representação mental do que ela é.

A visão de mundo do positivismo distorce a experiência fundamental da humanidade, para a qual o poder de perceber, pensar e agir é um fato último claramente distinguível de tudo o que acontece sem a interferência da ação

humana intencional. É vão falar de experiência sem referência ao fator que permite ao homem ter experiência.

## **II. A Interpretação Errada da Condição Humana**

Para todas as “marcas” de positivismo, o papel eminente que o homem desempenha na terra é o efeito de seu progresso na cognição da interconexão dos fenômenos naturais - isto é, não especificamente mentais e volitivos, por exemplo - e em sua utilização para comportamento tecnológico e terapêutico. A civilização industrial moderna, a afluência espetacular que ela produziu e o aumento sem precedentes no número de pessoas que tornou possível são os frutos do avanço progressivo das ciências naturais experimentais. O principal fator para melhorar a sorte da humanidade é a ciência, ou seja, na terminologia positivista, as ciências naturais. No contexto dessa filosofia, a sociedade aparece como uma fábrica gigantesca e todos os problemas sociais como problemas tecnológicos a serem resolvidos pela “engenharia social”. O que, por exemplo, falta aos chamados países subdesenvolvidos é, à luz dessa doutrina, o “*know-how*”, suficiente familiaridade com a tecnologia científica.

É quase impossível interpretar mal a história da humanidade de forma mais completa. O fato fundamental que permitiu ao homem elevar sua espécie acima do nível dos animais e dos horrores da competição biológica foi a descoberta do princípio da maior produtividade da cooperação sob um sistema de divisão do trabalho, esse grande princípio cósmico do devir. O que melhorou e ainda melhora a fecundidade dos esforços humanos é a acumulação progressiva de bens de capital, sem os quais nenhuma inovação tecnológica poderia ser utilizada na prática. Nenhum cálculo e computação tecnológica seria possível em um ambiente que não empregaria um meio de troca geralmente usado, o dinheiro. A industrialização moderna, o emprego prático das descobertas das ciências naturais, é intelectualmente condicionado pelo funcionamento de uma economia de mercado na qual os preços, em termos monetários, para os fatores de produção são estabelecidos e, assim, é dada ao engenheiro a oportunidade de comparar os custos e os rendimentos esperados de projetos alternativos. A quantificação da física e da química seria inútil para o planejamento tecnológico se não houvesse

cálculo econômico.<sup>73</sup> O que falta às nações subdesenvolvidas não é conhecimento, mas capital.<sup>74</sup>

A popularidade e o prestígio de que gozam os métodos experimentais das ciências naturais em nossa época e a dedicação de amplos fundos para a realização de pesquisas de laboratório são fenômenos associados à acumulação progressiva de capital do capitalismo. O que transformou o mundo das carruagens puxadas por cavalos, navios à vela e moinhos de vento, passo a passo, em um mundo de aviões e aparelhos eletrônicos foi o princípio *laissez-faire* do manchesterismo. Grandes economias, em busca contínua das oportunidades de investimento mais lucrativas, estão proporcionando os recursos necessários para tornar as realizações dos físicos e químicos utilizáveis para o aprimoramento das atividades empresariais. O que é chamado de progresso econômico é o efeito conjunto das atividades dos três grupos progressistas - ou classes - dos poupadores, os cientistas-inventores e os empresários, operando numa economia de mercado, na medida em não sabotada pelos esforços da maioria não progressista dos rotinistas e pelas políticas públicas por ela sustentada.

O que gerou todas essas conquistas tecnológicas e terapêuticas que caracterizam nossa época não foi a ciência, mas o sistema social e político do capitalismo. Somente no clima de enorme acumulação de capital o experimentalismo poderia evoluir de um passatempo de gênios como Arquimedes e Leonardo da Vinci para uma busca sistemática bem organizada de conhecimento. A tão condenada aquisitividade dos promotores e especuladores visava aplicar as realizações da pesquisa científica à melhoria do padrão de vida das massas. No ambiente ideológico de nossa época, que, movido por um ódio fanático ao "burguês", está ansioso para substituir o princípio do "lucro" pelo princípio do "serviço", a inovação tecnológica é cada vez mais direcionada à fabricação de eficientes instrumentos de guerra e de destruição.

As atividades de pesquisa das ciências naturais experimentais são, em si mesmas, neutras em relação a qualquer questão filosófica e política. Mas eles

---

<sup>73</sup> Sobre os problemas de cálculo econômico, ver Misses, *Ação Humana*, pp. 201-32 e *Ação Humana* 691-711.

<sup>74</sup> Isso responde também à questão freqüentemente levantada por que os gregos antigos não construíram máquinas a vapor, embora sua física lhes fornecesse o conhecimento teórico necessário. Eles não conceberam a importância primária da poupança e da formação de capital.

podem prosperar e se tornar benéficos para a humanidade apenas onde prevalece uma filosofia social de individualismo e liberdade.

Ao enfatizar o fato de que as ciências naturais devem todas as suas realizações à experiência, o positivismo apenas repetiu um truísmo que, desde o fim da *Naturphilosophie*, ninguém mais contestou. Ao depreciar os métodos das ciências da ação humana, abriu o caminho para as forças que estão minando os alicerces da civilização ocidental.

### III. O Culto da Ciência

A característica da civilização ocidental moderna não são suas realizações científicas e seu serviço para a melhoria do padrão de vida das pessoas e o prolongamento do tempo médio de vida. Estes são apenas o efeito do estabelecimento de uma ordem social em que, pela instrumentalidade do sistema de lucros e perdas, os membros mais eminentes da sociedade são levados a servir com o melhor de suas habilidades o bem-estar das massas de pessoas menos talentosas. O que compensa no capitalismo é satisfazer o homem comum, o cliente. Quanto mais pessoas você satisfazer, melhor para você.<sup>75</sup>

Este sistema certamente não é ideal ou perfeito. Não existe perfeição nos negócios humanos. Mas a única alternativa é o sistema totalitário, no qual, em nome de uma entidade fictícia, a "sociedade", um grupo de diretores determina o destino de todas as pessoas. É paradoxal que os planos para o estabelecimento de um sistema que, regulando totalmente a conduta de cada ser humano, aniquilasse a liberdade do indivíduo, fossem proclamados como o culto da ciência. Saint-Simon usurpou o prestígio das leis da gravitação de Newton como um manto para seu fantástico totalitarismo, e seu discípulo, Comte, fingiu atuar como o porta-voz da ciência quando ele tabu, tanto como vão quanto como inúteis, certos estudos astronômicos que apenas um pouco tempo depois, produziu alguns dos anos do século XIX 's resultados científicos mais notáveis. Marx e Engels arrogaram para seus planos socialistas o rótulo de "científico". A predisposição socialista ou comunista e as atividades de destacados defensores do positivismo lógico e da "ciência unificada" são bem conhecidas.

---

<sup>75</sup> "A civilização moderna, quase toda civilização, baseia-se no princípio de tornar as coisas agradáveis para aqueles que agradam ao mercado e desagradáveis para aqueles que não o fazem." Edwin Cannan, *An Economist's Protest* (Londres, 1928), pp. Vi ff.

A história da ciência é o registro das conquistas de indivíduos que trabalharam isolados e, muitas vezes, encontraram indiferença ou até mesmo hostilidade aberta por parte de seus contemporâneos. Você não pode escrever uma história da ciência "sem nomes". O que importa é o indivíduo, não o "trabalho em equipe". Não se pode "organizar" ou "institucionalizar" o surgimento de novas ideias. Uma ideia nova é precisamente aquela que não ocorreu àqueles que projetaram a estrutura organizacional, que desafia seus planos e pode frustrar suas intenções. Planejar as ações dos outros significa impedir que se planejem, significa privá-los de sua qualidade essencialmente humana, significa escravizá-los.

A grande crise de nossa civilização é o resultado desse entusiasmo por um planejamento integral. Sempre houve pessoas dispostas a restringir o direito e o poder de seus concidadãos de escolher sua própria conduta. O homem comum sempre olhou com desconfiança para todos aqueles que o eclipsaram em qualquer aspecto, e ele defendeu a conformidade, *Gleichschaltung*. O que é novo e caracteriza nossa época é que os defensores da uniformidade e conformidade estão levantando suas reivindicações em nome da ciência.

#### **IV. O Suporte Epistemológico do Totalitarismo**

Cada passo à frente no caminho para substituir métodos mais eficientes de produção pelos métodos obsoletos das eras pré - capitalistas encontrou hostilidade fanática por parte daqueles cujos interesses adquiridos foram, no curto prazo, prejudicados por qualquer inovação. O interesse fundiário dos aristocratas não estava menos ansioso para preservar o sistema econômico do ancien régime do que os trabalhadores rebeldes que destruíram máquinas e demoliram edifícios de fábricas. Mas a causa da inovação foi apoiada pela nova ciência da economia política, enquanto a causa dos métodos obsoletos de produção carecia de uma base ideológica sustentável.

À medida que todas as tentativas de impedir a evolução do sistema fabril e suas conquistas tecnológicas abortadas, a ideia sindicalista começou a tomar forma. Jogue fora o empresário, aquele parasita preguiçoso e inútil, e entregue todos os lucros - "toda a produção do trabalho" - aos homens que os criaram com seu trabalho! Mas mesmo os inimigos mais fanáticos dos novos métodos industriais não podiam deixar de perceber a inadequação desses esquemas. O sindicalismo continuou sendo a filosofia das turbas analfabetas e só obteve a aprovação dos intelectuais muito mais tarde, sob o disfarce do Socialismo de

Guildd Britânica, do *stato corporativo* do fascismo italiano e da "economia do trabalho" e política sindical do século XX.<sup>76</sup>

O grande artifício anticapitalista foi o socialismo, não o sindicalismo. Mas havia algo que embarçou os partidos socialistas desde o início de sua propaganda, sua incapacidade de refutar as críticas que seus esquemas receberam por parte da economia. Ciente de sua impotência a esse respeito, Karl Marx recorreu a um subterfúgio. Ele e seus seguidores, até aqueles que chamavam suas doutrinas de "sociologia do conhecimento", tentaram desacreditar a economia por seu conceito ideológico espúrio. Na opinião dos marxistas, em uma "sociedade de classes" os homens são inerentemente incapazes de conceber teorias que sejam uma descrição substancialmente verdadeira da realidade. Os pensamentos de um homem são necessariamente contaminados "ideologicamente". Uma ideologia, no sentido marxista do termo, é uma falsa doutrina, que, no entanto, precisamente por causa de sua falsidade, serve aos interesses da classe da qual seu autor deriva. Não há necessidade de responder a nenhuma crítica aos planos socialistas. É suficiente desmascarar a formação não proletária de seu autor.<sup>77</sup>

Este polilogismo marxista é a filosofia viva e a epistemologia de nossa época. Visa tornar a doutrina marxista inexpugnável, pois define implicitamente a verdade como concordância com o marxismo. Um adversário do marxismo está necessariamente sempre errado pelo próprio fato de ser um adversário. Se o dissidente é de origem proletária, ele é um traidor; se pertence a outra "classe", é inimigo da "classe que tem o futuro em suas mãos".<sup>78</sup>

O feitiço desse truque erístico dos marxista foi e é tão enorme que mesmo os estudiosos da história das ideias falharam por muito tempo em perceber que o positivismo, seguindo o rastro de Comte, ofereceu outro improviso para desacreditar a economia por atacado, sem entrar em qualquer análise crítica de sua argumentação. Para os positivistas, a economia não é ciência porque não recorre aos métodos experimentais das ciências naturais. Assim, Comte e seus seguidores que, sob o rótulo de sociologia pregavam o estado total, podiam rotular a economia como um absurdo metafísico e estavam livres da necessidade de refutar seus ensinamentos pelo raciocínio discursivo. Quando o revisionismo de Bernstein enfraqueceu temporariamente o prestígio popular da ortodoxia

---

<sup>76</sup> Veja Mises, *Human Action*, pp. 808-16.

<sup>77</sup> *Human Action* pp. 72-91.

<sup>78</sup> *Manifesto Comunista*, I.

marxista, alguns membros mais jovens dos partidos marxistas começaram a buscar nos escritos de Avenarius e Mach uma justificativa filosófica para o credo socialista. Essa deserção da linha reta do materialismo dialético parecia um sacrilégio aos olhos dos intransigentes guardiões da doutrina imaculada. A contribuição mais volumosa de Lenin para a literatura socialista é um ataque apaixonado à "filosofia de classe média" da empiriocrítica e seus adeptos nas fileiras dos partidos socialistas.<sup>79</sup> No gueto espiritual em que Lenin se confinou durante toda a sua vida, ele não podia se dar conta do fato de que a ideologia da doutrina marxista havia perdido seu poder de persuasão nos círculos dos cientistas naturais e que o panfiscalismo positivista poderia prestar melhores serviços em as campanhas para difamar a ciência econômica aos olhos de matemáticos, físicos e biólogos. No entanto, alguns anos depois, Otto Neurath incutiu no monismo metodológico da "ciência unificada" sua nota anticapitalista definitiva e converteu o neopositivismo em um auxiliar do socialismo e do comunismo. Hoje, ambas as doutrinas, o polilogismo marxista e o positivismo, competem amigavelmente entre si para dar apoio teórico à "esquerda". Para os filósofos, matemáticos e biólogos, há a doutrina esotérica do positivismo lógico ou empírico; para as massas menos sofisticadas, resta uma variedade confusa de materialismo dialético.

Mesmo que, para fins de argumentação, possamos supor que a rejeição da economia pelo panfiscalismo foi motivada apenas por considerações lógicas e epistemológicas e que nem o preconceito político nem a inveja das pessoas com salários mais altos ou maior riqueza desempenharam qualquer papel no assunto, nós não devemos ignorar em silêncio o fato de que os defensores do empirismo radical obstinadamente se recusam a prestar qualquer atenção aos ensinamentos da experiência diária que contradizem suas predileções socialistas. Eles não negligenciam apenas o fracasso de todos os "experimentos" com empresas nacionalizadas nos países ocidentais. Eles não se importam com o fato indiscutível de que o padrão de vida médio é incomparavelmente mais alto nos países capitalistas do que nos países comunistas. Se pressionados com força, eles tentam deixar de lado essa "experiência".<sup>80</sup> O que quer que se possa pensar sobre essa pobre desculpa, não se pode negar que equivale a um repúdio espetacular do próprio princípio que considera a experiência como única fonte de conhecimento.

---

<sup>79</sup> Lenin, *Materialism and Empirio-Criticism* (publicado pela primeira vez em russo, 1908).

<sup>80</sup> Veja Mises, *Planned Chaos* (1947), pp. 80-87. (Reimpresso em *Socialism* [nova edição, Yale University Press, 1951], pp. 582-89.)

Pois, do ponto de vista deste princípio, não é permitido conjurar um fato da experiência referindo-se a algumas reflexões supostamente teóricas.

### **V. As consequências**

O fato marcante sobre a situação ideológica contemporânea é que as doutrinas políticas mais populares visam o totalitarismo, a abolição total da liberdade de escolha e ação do indivíduo. Não menos notável é o fato de que os defensores mais fanáticos desse sistema de conformidade se autodenominam cientistas, lógicos e filósofos.

É claro que este não é um fenômeno novo. Platão, que ainda mais do que Aristóteles foi durante séculos, o *maestro di color che sanno*, elaborou um plano de totalitarismo cujo radicalismo foi superado apenas no século XIX pelos esquemas de Comte e Marx. É um fato que muitos filósofos são absolutamente intolerantes com qualquer dissidência e desejam que qualquer crítica às suas próprias ideias seja impedida pelo aparato policial do governo.

Na medida em que o princípio empirista do positivismo lógico se refere aos métodos experimentais das ciências naturais, ele meramente afirma o que não é questionado por ninguém. Na medida em que rejeita os princípios epistemológicos das ciências da ação humana, não é apenas totalmente errado. Também está sabendo e intencionalmente minando os fundamentos intelectuais da civilização ocidental.



## Sobre o autor

---

*Ludwig von Mises foi o reconhecido líder da Escola Austríaca de pensamento econômico, um prodigioso originador na teoria econômica e um autor prolífico. Os escritos e palestras de Mises abarcavam teoria econômica, história, epistemologia, governo e filosofia política. Suas contribuições à teoria*

*econômica incluem elucidações importantes sobre a teoria quantitativa de moeda, a teoria dos ciclos econômicos, a integração da teoria monetária à teoria econômica geral, e uma demonstração de que o socialismo necessariamente é insustentável, pois é incapaz de resolver o problema do cálculo econômico. Mises foi o primeiro estudioso a reconhecer que a economia faz parte de uma ciência maior dentro da ação humana, uma ciência que Mises chamou de "praxeologia".*